
 <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS</p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO</p>	 <p>Programa de Pós-Graduação em Educação UF GD</p>
--	---	--

PRISCILA DEMENEGHI DA SILVA VARGAS

**HISTÓRIA DO LAR SANTA RITA E A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA EM
DOURADOS-MT/MS (1965-1982)**

DOURADOS-MS
2022

PRISCILA DEMENEGHI DA SILVA VARGAS

**HISTÓRIA DO LAR SANTA RITA E A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA EM
DOURADOS-MT/MS (1965-1982)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Linha de Pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como exigência para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Magda C. Sarat Oliveira

**DOURADOS-MS
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

V297h	<p>Vargas, Priscila Demeneghi da Silva.</p> <p>História do lar Santa Rita e a assistência à infância em Dourados – MT/MT (1965-1982). / Priscila Demeneghi da Silva Vargas. – Dourados, MS : UFGD, 2022.</p> <p>Orientadora: Prof. Magda C. Sarat Oliveira.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Infância abandonada. 2. Assistência. 3. História da Educação. I. Título.</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

PRISCILA DEMENEGHI DA SILVA VARGAS

**HISTÓRIA DO LAR SANTA RITA E A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA EM
DOURADOS-MT/MS (1965-1982)**

COMISSÃO JULGADORA

Profa. Dra. Magda C. Sarat Oliveira
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Presidente (Orientadora)

Profa. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Membro titular

Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Membro titular

Profa. Dra. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Membro suplente

DOURADOS-MS

2022

*Lo importante no es llegar
Lo importante es el camino
Yo no busco la verdad
Si no se que hay un destino
Y eso que llevas en tu corazón
Y eso que llevas ahí
Y eso que llevas en tu corazón
Quizás también te hará reír*

Eso que llevas ahí – Fito Páez

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Dra. Magda Sarat, por ter aceitado esse desafio de orientação. Espero seguir contando com seus ensinamentos valiosos durante a minha carreira. Obrigada por acreditar que eu conseguiria!

À banca examinadora, professoras Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e Dra. Alessandra Cristina Furtado, obrigada pela atenção, disponibilidade e contribuições enriquecedoras para a pesquisa.

Ao meu esposo Lucas, por ser meu grande incentivador, por me encorajar a alcançar os meus sonhos, por estar sempre comigo nos momentos de alegrias e tristezas segurando a minha mão, por me ouvir falar longamente sobre a pesquisa e por compreender as horas e mais horas de estudo.

Em especial, dedico esta dissertação à minha querida filha Diana, que está em meu ventre, tão desejada e amada por nossa família. Não quis esperar mais e veio nos trazer esperança e alegria com a sua coragem e força. Você já faz parte de nós, filha!

Aos meus pais, Luis Carlos e Giovana, que sempre me ensinaram a buscar os meus sonhos e a valorizar o estudo, obrigada pelas orações e palavras carinhosas.

Às colegas e amigas que fiz nessa jornada, em especial à Adrielly Soares, companheira de sempre, obrigada por todas as conversas e ombro amigo; você foi essencial para a minha conquista! À Vanessa Kusminsky e Adriana Mendonça pelas palavras de apoio e carinho, me encorajando a seguir em frente, muito obrigada!

Aos membros do Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador, que me receberam com muito carinho, e me acolheram nessa jornada.

Ao Lar Santa Rita pela atenção e disponibilidade dada a pesquisa, em especial à diretora Mônica, que me auxiliou na intensa busca pelas fontes...

Aos entrevistados, Marisa, Eneida, Helena e Roger, pelo carinho e por dedicar um tempo dentro de suas rotinas à pesquisa, compartilhando suas valiosas memórias para a construção dessa história.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido para o desenvolvimento deste trabalho.

À Universidade Federal da Grande Dourados, pelo ensino público e gratuito e pela possibilidade de cursar uma Pós-Graduação de excelência.

Muito obrigada!

RESUMO

VARGAS, Priscila Demeneghi da Silva. **História do Lar Santa Rita e a assistência à infância em Dourados-MT/MS (1965-1982)**. Orientadora: Magda C. Sarat. 2022. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.

Esta dissertação teve como tema o *Lar Santa Rita de Cássia*, uma Organização Não Governamental (ONG), fundada no ano de 1965 para realizar o acolhimento das crianças abandonadas do município de Dourados-MT/MS e região, e continua em pleno funcionamento nos dias atuais. O objetivo foi narrar e analisar a história desta instituição, tendo como recorte temporal os anos de 1965 a 1982, período que corresponde, respectivamente, à data de fundação da entidade a ao término de sua primeira gestão diretiva. Tratou-se de pesquisa qualitativa, cujas fontes utilizadas foram os livros-ata, livros de registro, fotografias, jornais e legislação da época, obtidas por meio de acesso ao arquivo institucional e a arquivo privado de colaboradores. Também foram analisadas entrevistas semiestruturadas com quatro sujeitos que fizeram parte da história da instituição, obtidas e tratadas a partir da metodologia da História Oral. Para problematizar as fontes inventariadas recorreu-se aos escritos de Norbert Elias e de outros autores que dialogam com essa perspectiva teórica. Feita a seleção do corpus, elencou-se as seguintes categorias de análise: origem/fundação, instalação (prédio/espço/local), aspectos de funcionamento da instituição durante a sua primeira gestão, promoções, campanhas e festas realizadas visando a subsistência e o trabalho filantrópico da assistência. Após as análises empreendidas, inferimos que o *Lar Santa Rita* foi fundado devido ao elevado número de crianças abandonadas no município e na região. Logo nos seus primeiros anos de fundação, atendeu a um número considerável de crianças abandonadas em frente ao seu prédio e a muitas outras encaminhadas pelas próprias famílias, tendo sido responsável por abrigar uma ampla parcela da população douradense no período. Em decorrência dos objetivos e regras inscritos em sua documentação, evidenciou-se que o *Lar Santa Rita* se incumbiu de civilizar as crianças atendidas, controlando seus modos de ser, de se comportar, ensinando-lhes padrões e normas específicas de portar-se socialmente de modo a torná-las parte de determinado grupo. Ao mesmo tempo, a disciplina instituída em nome do “bom funcionamento da instituição” visou estabelecer e projetar o lugar de dominação dos adultos, em meio às relações de poder ali estabelecidas. Quanto ao seu funcionamento, observou-se que o *Lar Santa Rita*, desde a sua fundação, e pelo menos até 1982, realizou festas, celebrações e promoções a fim de se manter em pleno funcionamento e se perpetuar ao longo dos anos, tendo a comunidade participado ativamente desse processo. Tal participação incluiu, sobretudo, indivíduos pertencentes à elite douradense, cujas ações eram comumente divulgadas no jornal local *O Progresso* e reconhecidas em atas da instituição, aspecto a partir do qual foi possível problematizar tal participação filantrópica, caridosa, como sendo de certo modo “interessada”, pois resultava em divulgações diretas/indiretas dos “benfeitores” – em geral, políticos e suas esposas. Concluímos que o *Lar Santa Rita*, entre 1965 e 1982, possuiu um papel significativo por ser a primeira instituição fundada com vistas ao acolhimento das crianças pequenas abandonadas no município de Dourados e região, e que seu funcionamento no período tornou-se possível graças às ações e práticas inscritas em figurações de poder.

Palavras-chave: infância abandonada; assistência; história da educação.

ABSTRACT

This dissertation had as its theme the Lar Santa Rita de Cássia, a Non-Governmental Organization (NGO), founded in 1965 to provide shelter for abandoned children in the municipality of Dourados-MT/MS and region, and continues in full operation current. The objective was to narrate and analyze the history of this institution, having as a time frame the years from 1965 to 1982, a period that corresponds, respectively, to the date of foundation of the entity and the end of its first management. It was a qualitative research, whose sources used were the minutes books, register books, photographs, newspapers and legislation of the time, obtained through access to the institutional archive and the private archive of collaborators. Semi-structured interviews with four subjects who were part of the institution's history were also analyzed, obtained and treated from the Oral History methodology. To problematize the inventoried sources, we resorted to the writings of Norbert Elias and other authors who dialogue with this theoretical perspective. Once the corpus was selected, the following categories of analysis were listed: origin/foundation, installation (building/space/place), aspects of the institution's functioning during its first term, promotions, campaigns and parties held with a view to subsistence and philanthropic assistance work. After the analyzes carried out, we infer that Lar Santa Rita was founded due to the high number of abandoned children in the municipality and in the region. In its first years of foundation, it took care of a considerable number of abandoned children in front of its building and to many others sent by their own families, having been responsible for sheltering a large portion of the population of Dourados in the period. As a result of the objectives and rules inscribed in its documentation, it was evident that Lar Santa Rita was responsible for civilizing the children served, controlling their ways of being, behaving, teaching them specific standards and norms to behave socially in a to make them part of a certain group. At the same time, the discipline instituted in the name of the “proper functioning of the institution” aimed to establish and project the place of domination of adults, in the midst of the power relations established there. As for its functioning, it was observed that Lar Santa Rita, since its foundation, and at least until 1982, held parties, celebrations and promotions in order to remain in full operation and perpetuate itself over the years, having the community actively participated in this process. Such participation included, above all, individuals belonging to the Golden elite, whose actions were commonly publicized in the local newspaper O Progresso and recognized in the institution's minutes, an aspect from which it was possible to problematize such philanthropic, charitable participation, as being somehow “interested in”, as it resulted in direct/indirect disclosures by the “benefactors” – in general, politicians and their wives. We conclude that Lar Santa Rita, between 1965 and 1982, had a significant role for being the first institution founded with a view to welcoming abandoned small children in the municipality of Dourados and region, and that its operation in the period became possible thanks to the actions and practices inscribed in figurations of power.

Keywords: abandoned childhood; assistance; education history.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Arquivo do Lar Santa Rita – Livros Ata	30
Figura 2 – Capa do livro Ata nº 01.....	30
Figura 3 – Primeira página do livro Ata nº 01	31
Figura 4 – Capa do livro Ata nº 02.....	31
Figura 5 – Primeira página do livro Ata nº 02.....	31
Figura 6 – Capa do Livro Ata nº 03.....	32
Figura 7 – Primeira página do Livro Ata nº 03	32
Figura 8 – Arquivo do Lar Santa Rita: Caixas de documentos (1976 a 1986).....	33
Figura 9 – Registro de crianças acolhidas pelo Lar Santa Rita	34
Figura 10 – Roda de Expostos situada no Convento Nossa Senhora do Carmo, em Tentúgal, Portugal.....	40
Figura 11 – Sede da Colônia Nacional Agrícola de Dourados (1943)	55
Figura 12 – Escola da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1970)	57
Figura 13 – Rafael Arcanjo de Arruda e sua esposa Marione Figueiredo Arruda	62
Figura 14 – Mahiba Rasslan Franco, Milton Sá Santos e Geni F. Milan (1960)	62
Figura 15 – Ata de Inauguração – 2ª Página	64
Figura 16 – Ata de Inauguração – 1ª Página	64
Figura 17 – Inauguração do Pavilhão “Antônio e Derluce Morais” (1972).....	68
Figura 18 – Assinatura da Ata da Inauguração do Pavilhão “Antônio e Derluce Morais” (1972)	69
Figura 19 – Cozinha do Lar Santa Rita (1980).....	71
Figura 20 – Pavilhão do Lar Santa Rita (1979).....	72
Figura 21 – Geni Ferreira Milan.....	73
Figura 22 – Coroação da Miss Estudantil (196-).....	74
Figura 23 – Família de Geni Ferreira Milan.....	75
Figura 24 – Nota de Agradecimento (1969).....	77
Figura 25 – Homenagem à família (1969).....	77
Figura 26 – Mulheres atuantes no Lar Santa Rita (197-)	81
Figura 27 – Mulheres integrantes da Diretoria - Primeira gestão (197-).....	82
Figura 28 – Ficha de Registro de Entrada (1976) (verso)	83
Figura 29 – Ficha de Registro de Entrada (1976) (frente).....	83
Figura 30 – Aulas de Religião no Lar Santa Rita (1970)	86

Figura 31 – Mapa da distância entre o Lar Santa Rita e a Escola Rotary Doutor Nelson de Araújo	89
Figura 32 – Inauguração Escola Dr. Nelson de Araújo (1974)	90
Figura 33 – Organização das crianças no pátio do Lar Santa Rita (1979)	91
Figura 34 – Despedida da Sra. Afife Maksoud Bussuan (1982)	92
Figura 35 – Quadro de Homenagem à Sra. Afife Maksoud Bussuan (1982).....	93
Figura 36 – Crianças atendidas pelo Lar Santa Rita no seu início (196-)	94
Figura 37 – Vista frontal da fachada do Lar Santa Rita (196-/197-).....	95
Figura 38 – Crianças do Lar Santa Rita reunidas no pátio (1977)	96
Figura 39 – Aniversário no pátio do Lar Santa Rita (1980)	97
Figura 40 – Churrasco no Lar Santa Rita (198-)	98
Figura 41 – Festa Junina no Lar Santa Rita (1978)	102
Figura 42 – Clube Social de Dourados (195-).....	104
Figura 43 – Cartaz de divulgação do 1º Baile das Debutantes (1966)	105
Figura 44 – Baile de Debutantes (1966).....	105
Figura 45 – Ymera Fedrizzi apresentando um dos Bailes de Debutantes (197-)	106
Figura 46 – Afife Bussuan e Marisa Pereira dos Santos (1985).....	108
Figura 47 – Aniversário realizado no Lar Santa Rita (196-)	109
Figura 48 – Aniversário realizado no Refeitório do Lar Santa Rita (197-).....	110
Figura 49 – Dia das Crianças promovido no Lar Santa Rita (198-)	111
Figura 50 – Celebração da Páscoa ocorrida no Lar Santa Rita (198-?).....	112
Figura 51 – Registro natalino (197-)	113
Figura 52 – Ronda Semanal – Marcha dos Estudantes (1970).....	116
Figura 53 – Ronda Semanal – Baile de São João (1966)	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produções bibliográficas selecionadas	19
Quadro 2 – Relação de documentos selecionados para pesquisa	25
Quadro 3 – Descrição dos Livros Ata do Lar Santa Rita	29
Quadro 4 – Edições do Jornal O Progresso com notícias relacionadas ao Lar Santa Rita	35
Quadro 5 – Apresentação dos Entrevistados (as)	36
Quadro 6 – Instituições escolares em Dourados-MT entre as décadas de 1930 e 1950.....	57
Quadro 7 – Entidades filantrópicas de atendimento à infância, em Dourados-MT/MS	59
Quadro 8 – Transcrição das doações e reformas feitas no espaço físico do Lar Santa Rita.....	70
Quadro 9 – Primeira Gestão do Lar Santa Rita (12/11/1965 a 15/03/1982)	79
Quadro 10 – Ingresso de crianças registradas (1966-1982)	84
Quadro 11 – Promoções, festas e campanhas realizadas no Lar Santa Rita (1966-1988).....	100

LISTA DE SIGLAS

APMI	Associação de Proteção à Maternidade e à Infância
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CAPES	Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEI	Centro de Educação Infantil
DNCr	Departamento da Criança no Brasil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FASUL	Fundo de Assistência de Mato Grosso do Sul
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
GEPHEMES	Grupo de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade/UFGD
GPEPC	Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador/UFGD
IPAI	Instituto de Proteção e Assistência à Infância
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
OBRAPE	Organização Brasileira de Atividades Pedagógicas do Rio de Janeiro
ONG	Organização Não Governamental
PROAPAE	Programa de Atendimento ao Pré-Escolar
PROEPRE	Programa de Educação Pré-Escolar
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SASC	Secretaria Estadual de Assistência Social
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Social
UESD	União Espírita de Dourados
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA E DO ATENDIMENTO À CRIANÇA ABANDONADA.....	38
	2.1 Atendimento e assistência à infância abandonada no Brasil	38
	2.2 Trajetória do atendimento à infância em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	47
	2.3 Assistência à Educação: contexto histórico em Dourados-MT/MS	54
3	O LAR SANTA RITA: HISTÓRIA E TRAJETÓRIA	61
	3.1 A instituição: fundação, instalação e os primeiros anos	61
	3.2 Geni Ferreira Milan: uma mulher à frente do seu tempo	72
	3.3 Primeira gestão diretiva (1965-1982): organização e funcionamento	79
	3.4 História e memória da Entidade.....	93
	3.5 Festas e promoções: estratégias para o seu funcionamento	99
	3.6 A(s) infância(s) do Lar: as crianças nas celebrações.....	107
	3.7 O olhar da comunidade sobre o Lar	114
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
	REFERÊNCIAS	122
	APÊNDICE A – DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÃO	133
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO	135
	APÊNDICE C – CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO PESSOAL	136
	APÊNDICE D – CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE RELATO ORAL	137
	APÊNDICE E – CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO.....	138
	APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA: MARISA PEREIRA DOS SANTOS	139
	APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA: ENEIDA MARIA GEBAILÉ OLIVEIRA MARTINS	140
	APÊNDICE H – ROTEIRO DE ENTREVISTA: HELENA TSUMORI UEMURA	141
	APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA: ROGER ALEXANDRE MILAN BROCHADO.....	142

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação integra as pesquisas da linha “História da Educação, Memória e Sociedade”, do Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD), e tem como objetivo narrar e analisar a história do *Lar de Crianças Santa Rita*, instituição situada em Dourados, município do estado de Mato Grosso do Sul. Esta instituição foi a primeira e a única do período abarcado na investigação (1965-1982) com o propósito de assistência à infância nessa localidade.

O *Lar de Crianças Santa Rita* é uma Organização Não Governamental (ONG), fundada em 12 de novembro de 1965, período no qual as instituições de assistência começavam a se expandir no país. No Brasil, neste período, a assistência era vista como uma prática caritativa e não como um direito social do indivíduo, porém, no período da ditadura cívico-militar¹, observamos a ampliação das instituições de assistência, como aborda Passos (2015, p. 1): “[...] observa-se, durante o período da ditadura militar, a crescente institucionalização da política de assistência social no nível federal de gestão”.

Essa entidade realizava o acolhimento das crianças abandonadas do município, assim como amparava famílias que a procuravam relatando não ter condições de criarem os seus filhos, cuidando dessas crianças. Logo após a sua fundação, ocorrida no ano de 1965, utilizou-se como nomenclatura e sua primeira razão social “*Abrigo de Menores Necessitados de Dourados*”, entretanto, na reunião² do dia 19 de Março de 1966, decidiu-se pela mudança do nome da instituição para “*Lar Santa Rita de Cássia*”, em homenagem à Santa Rita, referência religiosa da Igreja católica. Segundo registros documentais³ da instituição, a sua inauguração oficial ocorreu somente no dia 27 de agosto de 1966.

De acordo com o Histórico do *Lar Santa Rita* (HISTÓRICO..., 2005, p. 5), a entidade objetiva “[...] assistir, de modo geral, as crianças necessitadas de Dourados, zelando por sua saúde, educação, moral e bem-estar”. Atualmente, possui capacidade para acolher 40 crianças, desde recém-nascidas até aquelas de 12 anos, de ambos os sexos. Realiza também o acolhimento a meninas adolescentes com seus bebês, após o Conselho Tutelar fazer o encaminhamento das crianças, juntamente com a Vara da Infância e a 9ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS.

¹ Sobre tal período, abordaremos mais detalhes no Capítulo 2 desta pesquisa.

² Conforme a Ata nº 3, do livro intitulado ““LAR DE MENORES – SANTA RITA / LIVRO ATA Nº 01/ Registro de Atas do nº 01 a 149/ ATA DE FUNDAÇÃO”, páginas 5 – 6, 19/03/1966.

³ Relata a Ata nº 9, do livro intitulado “LAR DE MENORES – SANTA RITA / LIVRO ATA Nº 01/ Registro de Atas do nº 01 a 149/ ATA DE FUNDAÇÃO”, páginas 17-18, 27/08/1966.

As perguntas que nortearam e levaram ao desenvolvimento desta pesquisa⁴ foram: Quais as motivações para a fundação da instituição e o que a levou ao atendimento às crianças abandonadas? Quem a fundou e porquê o fez? Como era realizado esse atendimento em seus primeiros anos de funcionamento? Quais infâncias e histórias fazem parte da instituição? Qual foi a importância da entidade para a cidade de Dourados? Quais são foram as características mais marcantes na gestão da primeira administração do *Lar*?

Desse modo, pesquisar e investigar a história do *Lar Santa Rita* é relevante para elaborar a história da infância e da educação local, buscando, para tanto, compreender como se deu a assistência à infância no município, e reconstruindo a história dessa instituição que tem significativa contribuição para o acolhimento das crianças na região.

Refletimos sobre a história destas instituições de atendimento à infância, a partir de Marcílio (1998), que expõe essa trajetória, marcada pelo abandono de crianças, recorrente nos processos de longa duração histórica em todos os grupos sociais. Em seu livro intitulado “História Social da Infância Abandonada”, a autora apresenta um panorama deste fenômeno social desde a Antiguidade, desembocando no Brasil do século XIX, antes da criação das primeiras instituições de assistência e atendimento à infância.

A história da assistência às crianças pobres e abandonadas é tão antiga quanto a história do nosso país (PAVÃO, 2011). No Brasil, juntamente com a industrialização emergente no século XVIII, houve mudanças sociais significativas em relação à preocupação com o abandono e a mortalidade infantil, as quais causaram inquietações por parte dos médicos higienistas e impulsionaram a criação da Roda de Expostos⁵, pois tal fato “[...] relacionava-se ao alto índice de mortalidade infantil proveniente do aborto e do infanticídio que aconteciam com constância e em número cada vez mais elevado nas cidades brasileiras” (SÁ, 2006, p. 33). Até meados do século XIX, o fenômeno do abandono de filhos era existente e incorporado nas famílias brasileiras. As crianças eram abandonadas nas Rodas de Expostos, que por muito tempo foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil.

As instituições de assistência à infância foram fundadas na segunda metade do século XIX, objetivando o atendimento aos mais necessitados, às crianças abandonadas. Dessa maneira, eram perspectivadas como solução para resolver o “problema da infância pobre”, que

⁴ Esta investigação parte do projeto de pesquisa “Trajetórias Docentes na Educação Infantil: pesquisas em escolas públicas de Mato Grosso do Sul”, sob a coordenação da professora Dra. Magda Sarat. Inscreve-se, ainda, nos estudos realizados no Grupo de Pesquisa “Educação e Processo Civilizador”(GPEPC), da FAED/UFMG.

⁵ As Rodas eram cilindros rotatórios de madeira, localizadas nas Santas Casas de Misericórdia. Eram instaladas na parede e permitiam que a criança fosse colocada para dentro do estabelecimento, sem identificar a pessoa (RIZZINI, 2011, p. 19).

perambulava pelas ruas comprometendo o aspecto de uma sociedade proclamada como civilizada (RIBEIRO; SOUZA, 2018, p. 48). Kuhlmann Jr. (2015, p. 165) enfatiza que, em torno de tais fundações, permeava o preconceito existente na época. Por isso, as crianças eram acolhidas com a finalidade principal de se incutir nelas a disciplina e a moral, e tirá-las do convívio social, ou seja, não se observava uma proposta educativa de qualidade, e desde já se diferenciava da educação fornecida para a elite.

Se a primeira característica da educação assistencialista é a virtude pedagógica atribuída ao ato de se retirar a criança da rua, o segundo aspecto dessa proposta educacional é que a *baixa qualidade* do atendimento faz parte dos seus objetivos: previa-se uma educação que preparasse as crianças pobres para o futuro que com maior probabilidade lhes era destinado; não a mesma educação dos outros, pois isso poderia levar essas crianças a pensarem mais sobre sua realidade e a não se sentirem resignadas em sua condição social. Por isso, *uma educação mais moral do que intelectual*. (KUHLMANN JR, 2015, p. 167, grifo nosso).

Percebemos, pois, a diferenciação existente na educação assistencialista, que era destinada às crianças pobres⁶, objetivava apenas suprir o atendimento social, promover cuidados médicos, proteção e nutrição infantil. Não havia uma proposta pedagógica, fato ocorrido propositalmente, a fim de que as crianças pobres se conformassem com sua condição social, pois eram vistas pela sociedade como inferiores, carentes e necessitadas de regeneração.

Marcílio (1998), em análise da história da assistência à infância brasileira desvalida⁷, identifica fases diversas desse processo: a primeira, “[...] de caráter *caritativo*, estendeu-se até meados do século XIX. A segunda fase – embora mantendo setores e aspectos caritativos – evoluiu para o novo caráter *filantrópico*, e está presente, a rigor, até a década de 1960” (1998, p. 132, grifo nosso). A autora identifica ainda uma última fase, a do “Estado do Bem-Estar Social”, a partir da qual a criança tornou-se um sujeito de Direito por lei.

Segundo Ávila (1993), a palavra “caridade” é proveniente do latim, *caritas* = amor, de *carus* = caro, de alto valor, digno de apreço, de amor, ou seja, trata-se de um amor desinteressado pela pessoa humana. Entretanto, Ávila (1993) aponta que, hoje em dia, essa palavra é frequentemente relacionada com um afeto piegas, ligado a gestos de assistência paternalista, demonstrando a ideia de esmola. Já a palavra “filantropia” é originária do grego

⁶ Citamos a Lei dos Pobres, compilada em 1601, cujo objetivo era reduzir o contingente de pobres e aumentar a capacidade de produção da nação em situação precária, exploratória e desumana, e não acabar com a pobreza. A partir desta criação da lei, a categoria dos pobres foi reclassificada em capazes por trabalho (fortes), e incapazes por trabalho (idosos, deficientes e doentes) e por consequente merecedores e não merecedores (DORIGON, 2006).

⁷ As denominações *órfãos*, *desvalidos*, *vadios*, *infantes*, entre outras, dizem respeito aos nomes atribuídos às crianças brasileiras no final do século XIX e início do século XX, que se relacionam a classe social, gênero, grupo cultural. Referem-se às crianças em situação de abandono, nas ruas, e excluídas das famílias (SÁ, 2006, p. 26).

philos = amigo + *anthropos* = homem, que significa amizade pelo homem. Nesse sentido, o dicionário de Candido de Figueiredo, de 1913, apresenta definições para a palavra “caridade”: “Amor ao próximo. Benevolência. Beneficência, esmola. [...] *Iron.* Offensa, damno. **Ant.* Banquete ou bodo aos pobres. *Pitança, que se dava às comunidades dos monges ou cónegos. **Ant.* Hospital para enfermos pobres. *Nome de uma antiga Ordem religiosa. **Ant.* Solenidade religiosa, por intenção das almas do Purgatório. *Vossa caridade, tratamento, que os Prelados davam aos seus diocesanos. (Lat. *caritas*) (FIGUEIREDO, 1913, p. 380).

O conceito de pobreza é bastante subjetivo, e é determinada por diversos fatores, como aponta Machado (2015, p. 8), para quem a pobreza “[...] pode também ser vista considerando o estado existencial, que embora compreendendo as carências primárias se associa com outros argumentos de ordem social, cultural, entre outros, influenciando a relação que o pobre tem com a restante sociedade”. Segundo Geremek (1999), na pobreza predomina:

Um estado de debilidade, de carência, de insuficiência, de privação relativamente àquilo que era considerado como o modo de viver mais em geral numa dada sociedade, ou seja, relativamente a referências cronológicas e geográficas bem precisas. O termo exprime também determinados sentimentos e atitudes: a compaixão, o medo, o desprezo, a piedade. (GEREMEK, 1999, p. 213).

Ainda conforme Geremek (1999), os pobres podem ser divididos em três grupos: o dos pobres com baixo rendimento; o daqueles que recorrem à assistência; e o grupo que reúne as características anteriores, mas também é assinalado pela má reputação, e compõe-se por indivíduos não submetidos às normas de uma vida em sociedade, vivem “[...] na inferioridade e mais frequentemente na exploração, estigmatizados pela sociedade devido ao seu modo de viver”, pois seus comportamentos descumprem “[...] as normas e os valores admitidos pelo complexo da sociedade” (GEREMEK, 1999, p. 220). Assim,

[...] os ricos precisam dos pobres para cumprir os seus deveres de cristãos e os pobres precisam dos ricos porque deles depende a sua sobrevivência. O elogio da condição de pobreza diz respeito a uma elite de pessoas perfeitas que realizam o modelo de vida ascética, recusando-se voluntariamente a usufruir dos benefícios da condição que lhes é própria. As principais referências do *ethos* cristão da pobreza permaneciam assim fora da realidade social, visto que a pobreza era considerada como um valor espiritual. (GEREMEK, 1999, p. 228, grifo do autor).

Giddens (2008) explica que há duas abordagens distintas para se definir a pobreza: a pobreza absoluta e a relativa. Para o autor, o conceito de pobreza absoluta está associado à ideia de subsistência, na qual situam-se pessoas que carecem de requisitos mínimos como comida, abrigo e roupa. A noção de pobreza relativa sugere que as necessidades humanas são diferentes

em determinadas sociedades, e para mensurá-la deve-se determinar uma linha de pobreza de acordo com os preços dos bens essenciais à sobrevivência humana em sociedade.

Nesse ínterim, o movimento da caridade que surgiu envolto do “problema da pobreza”, antecede o da filantropia citado por Marcílio (1998), e é compreendido historicamente como cristão, pois a Igreja a pregava e defendia o exercício da caridade para os fiéis garantirem seu lugar no “céu” e salvarem a sua alma. Sobre a fase caritativa, Kuhlmann Jr. (2015) expõe que esta teve diversos significados ao decorrer do tempo, ligados à religiosidade, ao Estado e a sentimentos da sociedade relacionados à pobreza. Com a filantropia, ocorreu um processo semelhante, pois ela pode se referir tanto à iniciativa não governamental, quanto à estruturação da assistência. “A história da assistência representa justamente o embate das questões envolvendo a sua função, as prioridades e modalidades de atendimento, o papel do Estado e das organizações da sociedade civil” (KUHLMANN JR., 2015, p. 56).

A filantropia surgiu com o movimento dos médicos higienistas, devido a preocupação com os altos índices de mortalidade infantil presente na metade do século XIX, e, como aponta Rizzini (2011, p. 22), “[...] distinguia-se da caridade, pelos seus métodos, considerados científicos, por esperar resultados concretos e imediatos, como o bom encaminhamento dos desviantes à vida social, tornando-os cidadãos úteis...”. Entretanto, Souza (2018) ressalta que, apesar de existir diferentes definições para a caridade e para a filantropia, ambas possuem ligações a intervenções sociais que buscavam enfrentar a pobreza.

Nesse sentido, ainda de acordo com Rizzini (2011), no decorrer da história, a infância foi tratada de várias maneiras, conforme as relações sociais, da Igreja e do Estado e dos valores morais e culturais de cada época. A infância pobre foi vista como um problema, apontava-se o desejo de controle, porquanto as crianças eram vistas como “perigosas”, marginalizadas. Ora, “[...] em todos os tempos e em qualquer parte do mundo, existiram crianças desvalidas – sem valor para e sem proteção de alguém – órfãs, abandonadas, negligenciadas, maltratadas e delinquentes” (RIZZINI, 2011, p. 17). No Brasil, na segunda metade do século XIX, se expunha um problema para as famílias pobres, o abandono, especialmente em razão da miséria, e as dificuldades destas em criar os próprios filhos.

Segundo Pavão (2011), de 1924 a 1964, a assistência foi marcada por tratados e acordos internacionais, nos quais o Estado se responsabiliza pela infância. Em 1964, o Serviço de Assistência a Menores (SAM) foi finalizado e houve o surgimento da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), durante o regime militar, que objetivava, conforme Bazílio (1985, p. 48), “[...] formular e implementar a política de bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e o planejamento das soluções, a orientação, a coordenação e a fiscalização das

entidades que executam essa política”. Nesse sentido, o modelo de assistência então vigente no Brasil durante o período do regime militar, iniciado em 1964, relacionava-se ao modelo americano de educação, que transferia a responsabilidade das crianças para o Estado, destituindo o poder dos pais, legitimando, assim, a internação até os 18 anos (PAVÃO, 2011).

A assistência às crianças abandonadas ia ao encontro dos interesses do Estado, pois estes se pautavam na “[...] defesa da sociedade e proteção do homem honesto e de ‘bem’” (PAVÃO, 2011). Os “menores abandonados” eram considerados, nesse sentido, crianças que estavam em situação vulnerável, desamparadas e sem nenhum responsável, e representavam, de alguma maneira, um perigo para a sociedade. Kramer (1982, p. 52) ressalta o que dizia o Código Civil referente ao “menor desvalido⁸”, dado o contexto histórico de 1874, relacionava-se à ideia de “[...] menor delinqüente ou criminoso. Além disso, apresentava a repressão como medida necessária para solucionar o problema daquele menor”. Para a sociedade da época, essas crianças representavam um problema social, e o Estado buscava um controle sobre a situação para, principalmente, erradicar a violência e a criminalidade.

Buscando compreender melhor a produção científica sobre a temática da assistência, da infância desvalida, que se configura na criação do *Lar Santa Rita*, e justificar nossa pesquisa, realizamos um primeiro mapeamento para a localização de teses e dissertações, utilizando como fonte de consulta os repositórios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior (CAPES), no qual identificamos 44 produções; da UFGD, no qual localizamos 05 trabalhos; e também realizamos uma busca na base de dados do Google Acadêmico, mapeando 10 produções. Utilizamos filtros nas áreas de Educação e História, com os seguintes descritores: assistência AND infância desvalida; Lar Santa Rita AND Dourados AND Mato Grosso do Sul. Dessa maneira, entendemos que percorrer esse caminho é preciso, pois a pesquisa bibliográfica é essencial para se ter clareza sobre a temática investigada e o que ela pode nos propiciar, e uma dissertação “[...] não é mera repetição do que já foi escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 185).

Dentre o total de 59 trabalhos, selecionamos 12 deles, utilizando como critério as produções que de fato correspondem e contribuem com o nosso objeto de pesquisa, o *Lar Santa Rita*, a história da assistência e a infância desvalida. Dessas produções, 5 são teses e 7 são

⁸ Sobre tal nomenclatura, segundo o *Dicionário Lello universal*, de João Grave, edição de 1900, a palavra *desvalido* pode ser compreendida pela definição de pobre e desgraçado, sendo este último o órfão ou o abandonado. O *desgraçado* está desprovido da graça – entendida como felicidade ou favor divino. *Desgraçada* era a criança excluída da proteção de alguém. *Desvalido*, *desgraçado* e *delinqüente* seriam, então, o mesmo que pobre (GRAVE, 1900); e *pobre*, segundo o dicionário de Antônio Moraes e Silva, de 1890, era quem pedia esmola, mendigava; era o pedinte que, envergonhado, pedia só a alms; era ainda quem renunciava à riqueza para se tornar franciscano.

dissertações, todas inscritas na área da educação. Uma última dissertação foi selecionada na área da Antropologia, e somente ela utiliza o *Lar Santa Rita* como uma das principais instituições investigadas, tendo como fim a interação com as crianças que se encontravam abrigadas. Os demais trabalhos levantados apenas citam o *Lar* em suas análises como aspecto da história de Dourados. No Quadro 1, apresentamos o resultado da busca feita, tendo as produções sido organizadas e classificadas pelo ano de sua publicação.

Quadro 1 – Produções bibliográficas selecionadas

Nº	Autor (a)	Título	Natureza do Trabalho	Instituição
1	Giselle Cristina Martins Real (2000)	“Educação Infantil: Políticas Públicas e Ação Institucional”	Dissertação (Mestrado em Educação)	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
2	Marilda Cabreira Leão Luiz (2012)	“Retratos da Escola: A Organização do Acervo Fotográfico e a Utilização de Imagens como Fontes em História da Educação”	Dissertação (Mestrado em Educação)	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
3	Silvana Jesus do Nascimento (2013)	“Crianças Indígenas Kaiowá Abrigadas e em situação de Reinserção Familiar: Uma Análise em Torno da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente”	Dissertação (Mestrado em Antropologia)	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
4	Ronise Nunes dos Santos (2015)	A História da “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” Em Dourados (1973-1986)	Dissertação (Mestrado em Educação)	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
5	Carla Cristina Johansen (2017)	A interiorização da assistência à infância e a experiência do Asylo de Orphans Anália Franco em Ribeirão Preto (1901-1925)	Dissertação (Mestrado em Educação)	Universidade de São Paulo (Ribeirão Preto)
6	Eleni Carvalho dos Santos (2017)	Política de atendimento às crianças órfãs: um estudo do Lar Santa Catarina de Sena em Vitória da Conquista-BA (1962-2002)	Dissertação (Mestrado em Educação)	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
7	Marilsa Aparecida Alberto Assis Souza (2018)	O Orfanato Santo Eduardo e a assistência às crianças pobres em Uberaba-MG (1920-1964)	Tese (Doutorado em Educação)	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
8	Elianne Barreto Sabino (2019)	Infância pobre e educação no juízo de órfão do Pará (1870-1910): acolher, proteger, cuidar e educar “os filhos do Estado”	Tese (Doutorado em Educação)	Universidade Federal do Pará (UFPA)
9	Eliana Maria Ferreira (2019)	“Educação Infantil no cotidiano: Diálogos entre Adultos e Crianças”	Tese (Doutorado em Educação)	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
10	Giseli Tavares de Souza Rodrigues (2019)	História do clube de mães e as origens do atendimento à criança pequena em Naviraí/MS (1974-1990)	Dissertação (Mestrado em Educação)	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
11	Larissa Wayhs Trein Montiel (2019)	Da assistência à educação infantil: a transição do atendimento à infância no município de Naviraí-MS (1995-2005)	Tese (Doutorado em Educação)	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

12	Juliana da Silva Monteiro (2021)	O Patronato de menores de Dourados MT/MS: cultura escolar e estratégias da Ação Social Franciscana (1950-1983)	Tese (Doutorado em Educação)	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
----	----------------------------------	--	------------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

Dentre as pesquisas acima mencionadas, cujo foco é a história da assistência à infância no Brasil, destacamos as investigações desenvolvidas pelos membros do Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador (GPEPC⁹), sobretudo as de Rodrigues (2019) e Montiel (2019), que narram a história da assistência de Naviraí, em período compreendido quando o município ainda pertencia ao Mato Grosso e mesmo após a divisão desse estado, bem como a de Ferreira (2019), que aborda a infância e a Educação Infantil, mencionando o *Lar Santa Rita*. Nesse percurso, localizamos a dissertação de Santos (2015), membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES¹⁰), da UFGD, que conta a história da “Casa Escola O Infantil do Bom Senso”, situada em Dourados, no período de 1973 a 1986.

As produções de Johansen (2017), Santos (2017), Souza (2018) e Sabino (2019) tratam da assistência à infância, crianças órfãs, instituições de assistência e amparo e da infância pobre. Já as pesquisas de Real (2000), Luiz (2012), Santos (2015), Nascimento (2013), Ferreira (2019) e Monteiro (2021) apenas mencionam o *Lar Santa Rita* em alguns de seus momentos. Alguns aspectos dessas investigações, os quais contribuem para a problematização do objeto desta pesquisa, são tratadas a seguir.

Real (2000) analisou a política pública de Educação Infantil da esfera federal no período de 1988 a 1998, e sua materialização no município de Dourados, por meio de um estudo documental, utilizando como fontes primárias as legislações nacional e municipal, documentos oficiais e dados estatísticos. Ao abordar a origem da Educação Infantil no município, a autora tratou do contexto social de Dourados na década de 1960 e do surgimento do *Lar Santa Rita*:

Assim, o contexto social que gerou a criação do Lar Santa Rita foi permeado pelo quadro de pobreza que se configurava em Dourados, principalmente decorrente da aceleração do processo demográfico entre 1960 e 1970... e o esgotamento do Projeto da Colônia Agrícola de Dourados, fazendo com que alguns colonos vendessem seus lotes e fossem trabalhar como peões; outros se alojaram na periferia da cidade, à procura de trabalho. (REAL, 2000, p. 103).

De acordo com a autora, o município passava por um intenso processo de crescimento demográfico, devido a criação da Colônia Nacional Agrícola de Dourados (CAND) no governo

⁹ Por este link, pode-se ter acesso às pesquisas desenvolvidas pelo Grupo GPEPC: <https://portal.ufgd.edu.br/laboratorio/lapedi/acervo>. Acesso em: 23 ago. 2021.

¹⁰ Por este link, pode-se ter acesso às pesquisas desenvolvidas pelo Grupo GEPHEMES: <https://portal.ufgd.edu.br/laboratorio/ladheme/acervo>. Acesso em: 23 ago. 2021.

de Getúlio Vargas, que desencadeou a situação de pobreza da população (REAL, 2000). As entidades filantrópicas expandiram-se no município, tendo sido organizadas pela sociedade civil, movimento que implicava “[...] a ausência de uma política pública municipal de atendimento à infância” (REAL, 2000, p. 103). Diante do cenário apresentado, a primeira das instituições a ser fundada foi o *Lar Santa Rita*, com a finalidade de atender as crianças abandonadas, órfãs ou por necessidade da família que não conseguia recursos para sustentá-las.

Já Nascimento (2013), em sua dissertação, desenvolveu a pesquisa com agentes e instituições da rede de proteção à criança do município de Dourados e Caarapó, na qual analisou as relações e compreensões sobre a cultura indígena nesses lócus. O *Lar Santa Rita* foi uma das instituições investigadas, a partir da qual a autora problematizou a socialização das crianças Kaiowá no âmbito interno da instituição e analisou a perspectiva dos gestores perante esse processo de acolhimento. A interação com as crianças que estavam institucionalizadas, argumentou a autora, foi um processo difícil e, por isso, houve um clima de tensão por parte da gestão diretiva no processo investigativo. Na análise realizada, Nascimento (2013) apresentou uma foto da fachada do *Lar Santa Rita*, descrevendo elementos de seu prédio:

[...] ele ocupa um quarteirão inteiro e se encontra ladeado por um hospital público e, de outro, por uma clínica particular. O local tem uma grande placa em branco, com letras azuis, escrito Lar de Crianças Santa Rita de Cássia, possui silhuetas humanas em tom azul, e sua entrada é toda colorida com motivos infantis. (NASCIMENTO, 2013, p. 158).

Por sua vez, Luiz (2012), em sua dissertação, investigou as imagens fotográficas da Escola Estadual Rotary Dr. Nelson de Araujo, localizada em Dourados. O *Lar Santa Rita* foi mencionado porquanto as crianças por ele atendidas estudam, desde a sua fundação, naquela instituição focalizada pela autora, que é localizada a apenas uma quadra de distância. A Escola Estadual Rotary Dr. Nelson de Araújo foi criada para atender as crianças do *Lar*, e o seu prédio foi doado para a prefeitura pelo Rotariano Nelson de Araújo. As imagens fotográficas da escola, argumentou Luiz (2012, p. 119), “[...] podem nos passar todo tipo de mensagem, revelando como era o ensino da década final de 1970, e até mesmo como era feito o trabalho filantrópico com as crianças do Lar Santa Rita de Cássia que foram os primeiros a ser atendidos pela escola”.

Analisar a história da instituição pré-escolar “Casa Escola O Infantil do Bom Senso”, também localizada em Dourados, entre os anos de 1973 a 1986, foi o objetivo da dissertação de Santos (2015). Metodologicamente, tratou-se de uma investigação de caráter documental, realizada por meio de pesquisa em arquivos. A autora, em seção de sua dissertação, intitulada “A escolarização da infância mato-grossense: ações institucionais confessionais, públicas e

filantrópicas”, expôs as instituições voltadas para o atendimento à infância e apresentou relevantes informações de como era Dourados no período de sua fundação e, especificamente, da história da infância e educação no município.

Ao discorrer sobre as instituições filantrópicas na história da infância de Dourados, Santos, R. (2015, p. 64) mencionou o *Lar Santa Rita*, tratando brevemente de sua fundação e de suas origens, as quais “[...] estão vinculadas ao crescimento populacional em Dourados em meados de 1965, que gerou paralelamente um crescente fluxo de crianças abandonadas, provindas principalmente de famílias menos favorecidas”. Em uma última menção ao *Lar Santa Rita*, Santos, R. (2015) apresentou uma tabela intitulada “Relação de Lares e Creches instalados em Dourados entre os anos de 1965-1984” e destacou também que essa instituição “[...] sobreviveu de donativos, realizando promoções de eventos sociais, a fim de angariar recursos, sendo a entidade também auxiliada por órgãos públicos” (SANTOS, R., 2015, p. 66).

A tese de autoria de Ferreira (2019) objetivou a compreensão da dinâmica no trabalho pedagógico, no cotidiano de uma instituição de educação infantil. Para o desenvolvimento da pesquisa, a autora elencou um grupo de 11 crianças com a faixa etária de dois anos e meio a três anos e meio, além de duas professoras, em um centro de educação infantil público conveniado no município de Dourados. A autora ressalta a criação do *Lar Santa Rita* como um marco na história do atendimento à infância da cidade.

Com diferentes histórias de constituição, o atendimento à infância das crianças douradenses tem como marco o Lar Santa Rita de Cássia, criado em 1965. Doze anos depois, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da LDB 9.394/1996, o município de Dourados publicou a resolução conjunta SEMED/SENSAU/Fundação Pro-Social nº 001, de 17/11/2000, que instituiu o regime de ação compartilhada entre as secretarias municipais de educação e saúde e a Fundação Pró-Social para o atendimento dos centros de educação infantil. (FERREIRA, 2019, p. 47).

Destacamos, por fim, a tese de Monteiro (2021), na qual foi analisada a história do Patronato de Menores de Dourados sob a gestão do sistema educacional franciscano, tendo como recorte temporal os anos de 1950 a 1983. A autora abordou o contexto de Dourados na década de 1960, quando o movimento da caridade e filantropia emergia, associado a preceitos religiosos, e se organizava para a criação de instituições de assistência visando o amparo às crianças abandonadas. Monteiro (2021) citou a criação do *Abrigo de Menores Necessitados de Dourados*, que, posteriormente, em 1965, teve sua denominação alterada para *Lar Santa Rita*. O movimento para a criação do *Lar*, em meio a um contexto de pobreza e necessidade da população douradense, contou com “[...] juristas, filantropos e damas da caridade, [os quais] também se mobilizaram para fundar um abrigo para menores necessitados de Dourados que,

inicialmente funcionou de modo improvisado no edifício do Fórum do município” (MONTEIRO, 2021, p. 219).

O levantamento socializado nos ajudou a identificar a existência de uma lacuna de pesquisas em relação ao *Lar Santa Rita* realizadas até o presente momento, no contexto da historiografia regional e educacional. Como constatamos, esta instituição ainda não foi elencada como objeto principal de investigação de nenhuma pesquisa, tendo sido apenas mencionada em estudos que abordaram a história de Dourados – tanto quando pertencente ao Mato Grosso quanto agora como município sul-mato-grossense – e temáticas como a infância, a assistência e a educação infantil. Esta pesquisa se justifica, portanto, tendo em vista a elaboração histórica do *Lar Santa Rita*, pois, embora mantenha crianças com histórias de abandono em regime de internato institucional até hoje, esta instituição atua há mais de 50 anos em Dourados e ainda assim continua silenciada no âmbito da história da educação local.

Deste modo, definimos como objetivo geral desta dissertação narrar e analisar a história da fundação do *Lar Santa Rita*, instituição que atuou no atendimento e na assistência às crianças pobres em situações de abandono, no município de Dourados, entre 1965 e 1982. Como objetivos específicos, elencamos os seguintes: realizar um levantamento sobre a história da assistência e o atendimento à infância no período histórico compreendido entre os anos de 1965 e 1982; investigar a trajetória do *Lar Santa Rita* e do atendimento à criança desde a sua fundação, no âmbito da assistência, verificando suas características e perfil de funcionamento durante a primeira gestão administrativa; e compreender as relações existentes a comunidade local e os atores envolvidos no processo de fundação da instituição focalizada.

A delimitação temporal da investigação, de 1965 a 1982, refere-se, respectivamente, ao ano de fundação do *Lar Santa Rita* por um grupo de senhoras e um Juiz de Direito, e ao ano de término da primeira gestão vigente desde a fundação da instituição. A partir do ano de 1982, o *Lar Santa Rita* passou a ser presidido pela “Loja Maçônica Estrela de Dourados nº 2015”, alterando, assim, algumas de suas características institucionais e diretivas.

Inicialmente, o recorte temporal da pesquisa compreendia o período de 1965 a 1995, entretanto, após análises e levantamentos das fontes institucionais, elegemos o ano de 1982 como limite, devido ao volume de documentação existente. Nesse sentido, enfatizamos que há fontes disponíveis para uma futura investigação que abarque os anos posteriores a 1982.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa na perspectiva da História do Tempo Presente, que nos permite pesquisar o passado reconstruindo o presente, levando em consideração a história e os sujeitos que dela fazem parte, pois, como aponta Scocuglia (2011):

As histórias da educação do tempo presente reconstróem as histórias da educação do passado sendo, portanto, fundamentais para a história e a historiografia da educação – do passado, do presente e da projeção do futuro. Por isso, o aprofundamento das pesquisas da história da educação do tempo presente é de suma importância. (SCOCUGLIA, 2011, p. 296-297).

Concordamos com a afirmação de Scocuglia (2011) de que o passado é vivo e a história do tempo presente possui relevância na pesquisa histórica, sendo um desafio para os historiadores e pesquisadores que dela fazem uso, pois exige reflexão e rigor metodológico.

Como recorte espacial, elegemos o município de Dourados, Mato Grosso (Uno)¹¹/Mato Grosso do Sul, onde se encontra localizada a referida instituição. Trata-se de um município de médio porte, fundado em 1935, situado na região sul do estado de Mato Grosso do Sul, Centro-Oeste do Brasil, a 210 quilômetros de distância da capital, Campo Grande. É “[...] o segundo maior município do Estado, sua zona de influência nas áreas comercial, financeira, médico-hospitalar, social e educacional, atinge dezessete outros municípios na região sul e sudoeste do estado” (REAL, 2000, p. 85). Dourados, na década de 1960, possuía características econômicas agrícolas¹² e não contemplava políticas municipais de assistência e amparo às crianças, o que levou a sociedade douradense a se organizar em relação a medidas sociais protetivas à infância, sustentando, assim, a criação do *Lar Santa Rita* (REAL, 2000).

Nessa conjuntura, nossa pesquisa inscreve-se como uma investigação qualitativa de caráter documental e com caráter exploratório, orientada na perspectiva da História do Tempo Presente, conforme apontam autores como Pesavento (2005), Scocuglia (2011) e Dosse (2012). Para nos auxiliar na discussão teórico-metodológica, nos valem das teorias e conceitos de autores como Le Goff (1990), Kossoy (2001, 2002, 2007), Magalhães (2004), Canabarro (2005), Janotti (2005), Vidal e Abdala (2005), Alberti (2006) e Mogarro (2006). Ademais, para tratarmos sobre a história da assistência no Brasil, das instituições assistenciais, bem como da infância, recorreremos a pesquisadores dessas temáticas, tais como Kramer (1982), Rosemberg (1984, 1999, 1997), Marcílio (1997, 1998), Silva, A. M., (1997), Kuhlmann Jr. (2000, 2015), Yamin (2001), Rizzini e Rizzini (2004), Sá (2006) e Arruda (2011).

Dessa maneira, buscando responder aos objetivos já expostos, como fontes investigativas utilizamos entrevistas semiestruturadas, nos valendo da história oral e da memória de sujeitos que fizeram/fazem parte da história do *Lar Santa Rita*. A oralidade e os

¹¹ Designamos inicialmente Mato Grosso (Uno) a situação do estado anterior a sua divisão, pois somente com a Lei Complementar nº 31, 11 de outubro de 1977, temos a divisão para Mato Grosso do Sul (BRASIL, 1977).

¹² A Colônia Agrícola Nacional Dourados (será abordada posteriormente no capítulo 2) foi criada com o Decreto-Lei nº. 5.941 de 28 de outubro de 1943, a CAND fazia parte das ações de intervenção da política de nacionalização das fronteiras, inserida em um projeto mais amplo do Estado Novo intitulado Marcha para Oeste, cuja finalidade era a expansão agrícola e a colonização (NAGLIS, 2014, p. 19).

depoimentos orais estão presentes nas fontes utilizadas pela história do tempo presente, que busca ouvir os sujeitos integrantes da história (SCOCUGLIA, 2011). Para tanto, consideramos na seleção e escolha dos sujeitos entrevistados, os que possuíssem uma relação com a entidade, que fizessem parte de sua história e trajetória, e que tivessem vivenciado a rotina do *Lar Santa Rita* durante a sua primeira gestão, no contexto de nosso recorte temporal (1965-1982).

As fontes orais, o acesso a “histórias dentro da história”, têm se mostrado como um excelente e indispensável recurso para os pesquisadores do tempo presente (ALBERTI, 2006). Constituem, pois, uma “[...] possibilidade de [...] valorizar todos aqueles que sejam representados nas pesquisas e investigações, valorizando vozes de pessoas, trajetórias de vidas, memórias, biografias, histórias” (SARAT; SANTOS, 2010, p. 50-51). Com o uso dessa metodologia permitimos a expressividade dos indivíduos, porquanto ouvi-los e estabelecer com eles um diálogo é fundamental para se elaborar uma história do tempo presente e fazer com que o pesquisador tenha um olhar crítico para as suas fontes (SCOCUGLIA, 2011).

Nesse percurso metodológico, ao manusear os arquivos da instituição, que são “celeiros da história” (MORAES, 2002), nos deparamos com os documentos nos quais constam informações sobre a trajetória institucional do *Lar Santa Rita*. No Quadro 2, apresentamos a relação de fontes documentais¹³ perscrutadas em nossas análises.

Quadro 2 – Relação de documentos selecionados para pesquisa

Acervo localizado	Documentos	Período	Conteúdo
Acervo institucional	Livros Ata (1 Fundação/ 2. Primeira gestão)	1965 - 1982	Os livros ¹⁴ tratam sobre a descrição das reuniões ocorridas na entidade.
Acervo do Jornal O Progresso	Notícias do Jornal O Progresso ¹⁵	1952/1965/ 1966/1969/ 1970/1972	Notícias relacionadas ao Lar Santa Rita, desde a sua inauguração até antes de sua fundação.
Acervo pessoal/ institucional e acervo online	Fotografias	1965 - 1982	Fotografias de acervo pessoal: 7 (despedida sra. Afife, Festa Junina, churrasco, natal, crianças reunidas). Fotografias institucionais: 20 (livros Ata, arquivo, livro de registros, espaço físico do Lar, aula de religião, crianças, fachada da entidade).

¹³ Devido à Pandemia do vírus Covid-19 em 2020, o acesso aos arquivos limitou-se por vezes ao virtual, dificultando esta etapa da investigação.

¹⁴ Posteriormente descrevemos mais detalhadamente os assuntos abordados em Ata.

¹⁵ O Jornal “O Progresso” foi fundado em 1951 por Weimar Gonçalves Torres. É o impresso mais antigo do Estado, graças à instalação da primeira tipografia na cidade, e o primeiro jornal a ser impresso em Dourados/MS. Está localizado no endereço: Av. Pres. Vargas, 447 - Centro, Dourados - MS, 79804-030. Fonte: <https://www.progresso.com.br/noticias/jornalismo-impresso-acompanha-a-historia-da-cidade-modelo/172135/>. Acesso em: 7 maio 2022.

			Fotografias de acervo online ¹⁶ ; 9 (Colônia Nacional Agrícola de Dourados, mulheres integrantes do Lar, inauguração de um pavilhão, escola Dr. Nelson de Araújo).
Acervo institucional	Fichas de Registro de Entrada de Menores no Abrigo Lar Santa Rita de Cássia	1966 - 1982	Espaço para fotografia da criança; descrição dos aspectos físicos da criança (cor/ cabelo/ olhos/ altura/ peso); nome; antiga residência; filiação; sexo; nacionalidade; dados quando os pais são estrangeiros; entregue a; data de dispensa; documentos do menor.
Acervo institucional	Certidão de registro em cartório do Estatuto do “Abrigo de Menores Necessitados de Dourados”	1966	Data; Inscrição; Registro integral da Ata de constituição da entidade; Estatuto (composto por 20º artigos); Averbções.
Acervo institucional	Certidão de Declaração de Utilidade Pública do Abrigo de Menores Necessitados de Dourados	1968	Data; dados sobre a legislação.
Acervo institucional	Livro de Registro de entrada denominado “Crianças que ficaram no Lar”	Agosto/1966 a Março/1986	Registro do nome da criança que ingressava no Lar; sua filiação; data de entrada e algumas datas de saída da entidade.
Acervo institucional	Dados Gerais sobre o menor do “Lar Santa Rita de Cássia”	1976 - 1982	Nome; local de nascimento; data de nascimento; idade; número de registro do nascimento; local do batismo; condições de saúde; está fazendo algum tratamento?; Porque o menor veio para o Lar?; carteira de vacinas; o menor foi entregue por quem?; número do ofício do juiz; data de entrada; data de saída; assinatura do responsável; observações.
Acervo institucional	Dados Gerais sobre a Família Adotiva do menor interno no “Lar Santa Rita de Cássia”	1976 - 1982	Nome do pai adotivo; Nome da mãe adotiva; Dados pessoais (endereço/ idade/ religião/ profissão/ documentos/ grau de instrução/ local de trabalho/ situação civil/ telefone); Situação do casal (duração do relacionamento/ quantos filhos tem/ qual a despesa do Lar/ situação de saúde do casal/ porque querem levar o menor/ conhecem os direitos do menor); Observações.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa

No trabalho com tais fontes, corroboramos com Le Goff (1990, p. 103), para quem o documento é “[...] o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continua a viver”. Os arquivos possuem uma importância significativa na pesquisa, e o seu uso tem crescido significativamente no âmbito das investigações em história da educação. Isto

¹⁶ As fotografias foram retiradas de um grupo do Facebook denominado “Dourados, recantos e histórias”, neste grupo são compartilhadas diversas fotografias que narram a história da cidade de Dourados em diferentes períodos históricos. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/195169290647818>. Acesso em: 7 maio. 2022.

porque, “[...] pelas escolhas que faz e pelas relações que estabelece, o historiador atribui sentido inédito às palavras que arranca do silêncio dos arquivos” (CHARTIER, 2002, p. 9).

Os arquivos, indica Mogarro (2006, p. 74), refletem a trajetória da instituição que os produziu, no entanto, “[...] as informações fornecidas por estes documentos têm, necessariamente, de ser cruzadas com os dados que se encontram com fontes de outra natureza, apresentando-se em suportes variados e sob formas diversificadas”. Por isso, o cruzamento de diversificadas fontes, como fotografias, atas, documentações institucionais, memórias, precisa se fazer presente no decorrer da pesquisa.

Nesse sentido, na busca dos documentos, no contato e na análise dos arquivos, momento no qual o historiador “se dispõe a fazer as coisas falarem” (PESAVENTO, 2005, p. 59), examinamos as fotografias para além do papel e da imagem nele fixada; levamos em consideração os detalhes, as minúcias que poderiam nos contar sobre a instituição pesquisada. Buscar a documentação da instituição nos foi de extrema relevância, pois o documento possui, nesse processo de análise, muitas nuances, como aponta Le Goff (1990):

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1990, p. 545).

Partindo dessas considerações, utilizamos os documentos para narrar/analisar a história do *Lar Santa Rita*. Sobretudo as fotografias fazem parte de nossos arquivos, tendo sido algumas delas compartilhadas ao longo da narrativa aqui socializada. Ao serem empregadas como fonte, as fotografias oportunizam a análise de importantes e diversos aspectos, possibilitando ao historiador “perpassar” o documento escrito. O uso da imagem e de acervos fotográficos está cada vez mais presente nas investigações, pois

[...] a foto não esgota a sua utilidade ou função pela simples contemplação estética. Exceto em algumas fotos artísticas, o que prende nossa atenção à imagem não é apenas a apreciação do belo, mas a possibilidade reconhecer/ conhecer o real. Vemo-nos transportados no tempo e no espaço, tocando o passado, eternizado pela ação mecânica da máquina fotográfica. Nesse sentido, poderíamos afirmar que a importância da fotografia como fonte para a história e a história da educação residiria nesse seu *dom* de permitir visualizar o ontem e o outro em seus contornos de *verdade*. (VIDAL; ABDALA, 2005, p. 178, grifo das autoras).

Operamos também com o arquivo privado de uma das entrevistadas, por meio do qual obtemos fotografias e registros sobre a história da entidade. Bacellar (2006, p. 42) caracteriza

um arquivo privado como um “[...] acervo de pessoas, de famílias, grupos de interesse (militares políticos, instituições, clubes, etc.) ou de empresas”. Tal arquivo documenta a trajetória dos sujeitos, seus itinerários, o lugar de construções individuais e coletivas, onde são registradas valiosas memórias, pois “arquivar é um modo de testemunhar” (ALMEIDA, 2021, p. 45).

Cumpra salientar que os dados e as fontes acessadas no decorrer da pesquisa foram analisados por meio de uma perspectiva histórica e sociológica aproximada às teorizações de Norbert Elias (1994, 2000, 2006, 2011). Com a busca pelas fontes e os caminhos percorridos no processo investigativo, as indagações foram sendo respondidas, pois “[...] o tratamento de fontes diversas permite alcançar o conjunto de pontos de vista (e de posições sociais) que formam uma figuração social e compreender a natureza dos laços de interdependência que unem, separam e hierarquizam indivíduos e grupos sociais” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 9).

Dessa forma, dialogamos com Elias referente a sua teoria e seus conceitos relacionados ao poder nas configurações e ao processo civilizador inscrito na criação das instituições que visavam a assistência e o amparo à infância na época, buscando civilizar a criança, controlando seus modos de ser, de se comportar, ensinando-lhes padrões e normas específicas de portar-se socialmente de modo a torná-la parte de determinado grupo.

Norbert Elias (1994, p. 67), tratando sobre a sociedade dos indivíduos, afirma que “[...] toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com os outros. A sociedade sem os indivíduos ou o indivíduo sem a sociedade é um absurdo”, destarte, o indivíduo torna-se parte essencial para contar a sua história, possui memória individual e coletiva. A memória aparece, então, como elemento essencial da história, no exercício de reflexão e compreensão dos acontecimentos, pois “[...] a memória, onde cresce a história, que por sua vez alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 1990, p. 477).

A seguir, apresentamos a memória institucional expressa através dos arquivos e documentos e o percurso da coleta de dados e levantamento das fontes para a narrativa desta história, pois “A História se utiliza de documentos, transformados em fonte pelo olhar do pesquisador” (PINSKY; LUCA, 2013, p. 7).

Em busca das fontes e documentos, realizei¹⁷ o primeiro contato com os dirigentes da instituição no mês de abril de 2020 (todas as visitas foram agendadas com antecedência via telefone), onde foi estabelecida uma conversa informal sobre os objetivos da investigação e uma apresentação pessoal. Inicialmente, todos mostraram-se muito receptivos e prestativos para

¹⁷ Nesse trecho, o texto foi construído na primeira pessoa do singular, após, tornará a ser escrito na primeira pessoa do plural.

realização da pesquisa. Entretanto, nos primeiros contatos, não me foi disponibilizado o livre acesso ao arquivo institucional. Diante de tal realidade, endossamos que, “[...] apesar da importância dos documentos para o conhecimento do patrimônio cultural e histórico, os pesquisadores ainda se deparam e lidam com muitas dificuldades para desenvolver as pesquisas históricas” (FURTADO, 2011, p. 151). Assim, apesar do meu acesso limitado aos arquivos, a diretora fornecia solicitamente a documentação para análise.

No mês de outubro de 2020, agendei uma reunião na qual pude apresentar formalmente o documento de declaração de orientação e apresentação do projeto. A partir do mês de novembro de 2020 realizei mais uma visita à instituição. Dessa forma, obtive o acesso a quatro Livros Ata, os quais foram organizados e descritos no Quadro 3.

Quadro 3 – Descrição dos Livros Ata do Lar Santa Rita

Nº	Livro	Período	Conteúdo
01	Lar de Menores – Santa Rita/ Livro Ata - Registro das Atas do nº 01 a 149	1965 - 1968	Contém informações sobre as reuniões ocorridas no Lar, tratando de diversos assuntos como: decisões de acontecimentos e rotina da entidade, alterações de estatutos, relato de fatos ocorridos, organização da diretoria, prestação de contas, planejamentos de datas comemorativas, promoções e estratégias para o funcionamento, registro de inaugurações e reformas ocorridas, instituição de normativas, processo de adoção, eleições, votações.
02	Lar de Menores – Santa Rita/ Livro Ata – Registro de Atas do nº 150 a 292	1968 - 1977	
03	União Espírita de Dourados – U.E.S.D. Dourados – MS/ Livro Ata – Registro de Atas do nº 293 a 357	1977 - 1984	
04	Lar de Menores – Santa Rita/ Livro Ata – Registro de Atas do nº 01 a 106	1984 - 2001	

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa

Para realizar a análise dos Livros Ata me foi disponibilizada a Sala de Reuniões, que estava vazia, então consegui folhear, fotografar e digitalizar o que deles eu considerava necessário e relevante para a pesquisa. Segundo Bellotto (2017, p. 137), ao manusearmos a documentação institucional e termos o contato com os arquivos, eles adquirem “[...] valor permanente pela densidade de seu valor informativo testemunhal, tanto para a história institucional da entidade que os criou/produziu, acumulou, como para a sociedade, em cujo contexto viveu e atuou aquela instituição”. Dessa maneira, temos a oportunidade de contar a história desta instituição, por meio de uma narrativa histórica e documental. Na Figura 1, apresentamos os quatro livros Ata institucionais cedidos pela instituição.

Figura 1 – Arquivo do Lar Santa Rita – Livros Ata



Fonte: Acervo institucional do Lar Santa Rita/Dourados-MS

Cumprе destacar que os Livros Ata os quais tive acesso se encontravam em bom estado de conservação, todos continham capa dura e a maioria das folhas, porém, algumas estavam fragilizadas com marcas do tempo. Os materiais analisados continham todas as páginas, inclusive o primeiro, datado do ano de fundação da entidade (1965). Em alguns momentos, a leitura tornou-se um pouco difícil devido a caligrafia utilizada, levando-nos a fazer uso da leitura paleográfica. Conforme aborda Bacellar (2006, p. 59), “[...] o leitor precisa se acostumar com a caligrafia... o aprendizado passa sempre pela percepção dos vícios da escrita, dos erros de ortografia, ou da grafia diferenciada em relação ao português moderno”.

Os Livros Atas relatam os assuntos gerais discutidos nas reuniões promovidas semanalmente na primeira gestão diretiva. Geralmente, essas reuniões eram realizadas às sextas-feiras. Devido ao recorte temporal elencado para a pesquisa (1965-1982), selecionamos para análise os três primeiros Livros Ata, a partir dos quais registramos e fotografamos 112 Atas, que foram posteriormente organizadas em quadros de análises.

Figura 2 – Capa do livro Ata nº 01

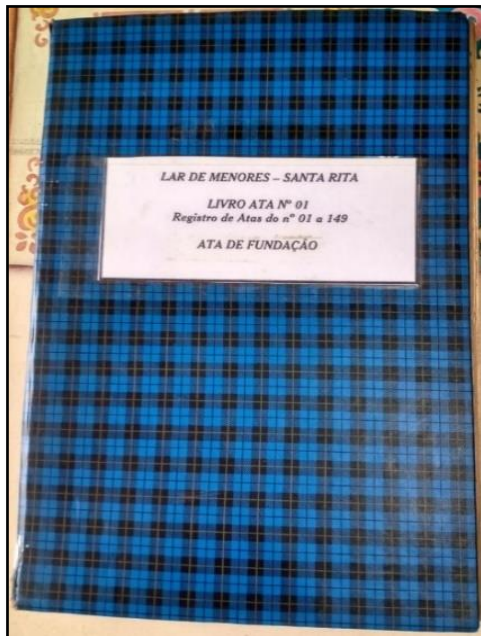


Figura 3 – Primeira página do livro Ata nº 01

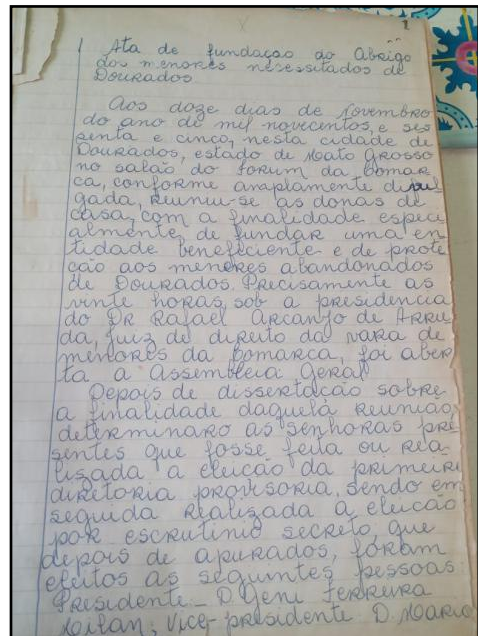


Figura 4 – Capa do livro Ata nº 02

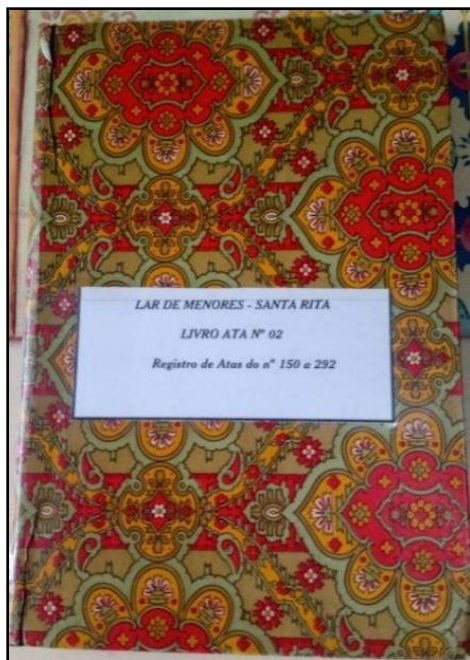


Figura 5 – Primeira página do livro Ata nº 02

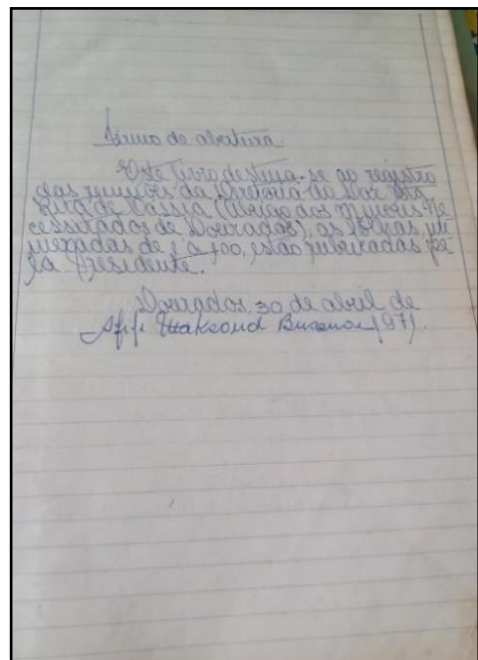
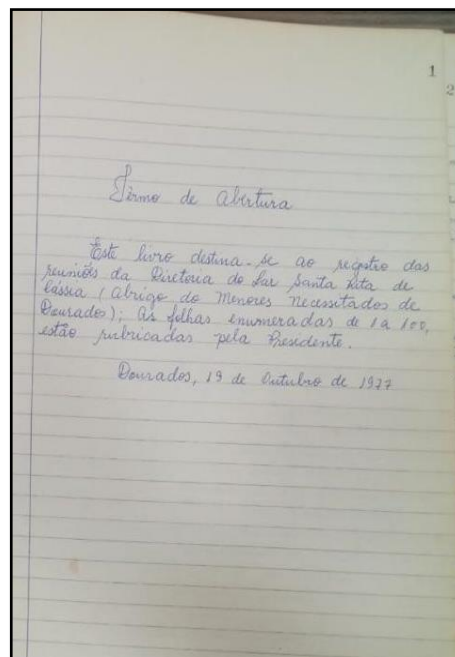


Figura 6 – Capa do Livro Ata nº 03



Figura 7 – Primeira página do Livro Ata nº 03



Fonte: Acervo institucional do Lar Santa Rita/Dourados-MS

O último Livro Ata selecionado para investigação, o Livro nº 03, apesar de estar intitulado como “União Espírita de Dourados – U.E.S.D”, trata em suas primeiras páginas do período de 1977 até o último dia da primeira gestão de Afife Maksoud Bussuan, 23 de março de 1982, data que delimita o fim do nosso recorte temporal, em razão da mudança da gestão.

A análise de tais Livros foi primordial para a pesquisa. Dentre outras informações, foi possível identificar a primeira reunião da instituição, ocorrida no dia 12 de novembro de 1965, conforme a primeira página do Livro Ata Nº 01, sob o título “Ata de fundação do Abrigo de Menores Necessitados de Dourados” (registrada na Figura 3). A reunião foi presidida pelo juiz Rafael Arcanjo Arruda, no salão do Fórum da Comarca da cidade, conforme o documento:

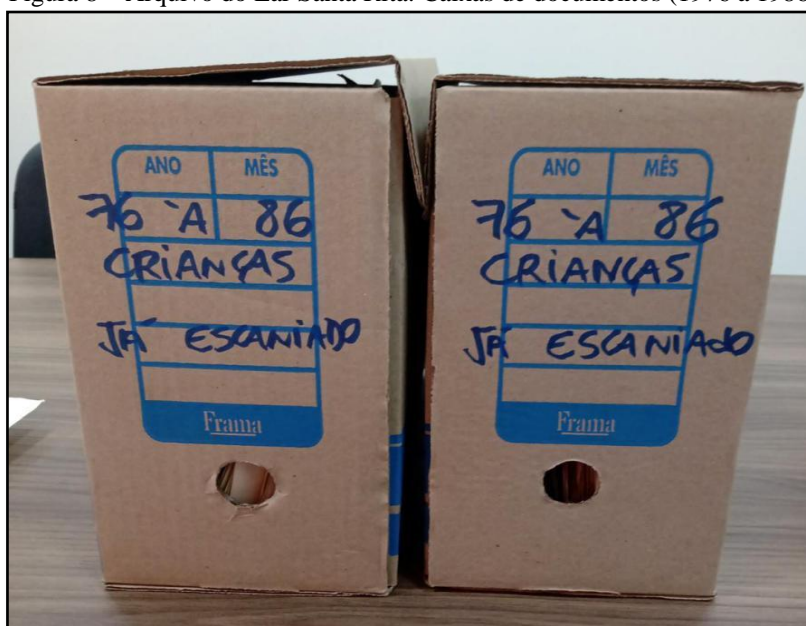
Aos doze dias de Novembro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Dourados, estado de Mato Grosso no salão do Fórum da Comarca, conforme amplamente divulgada, reuniu-se as donas de casa, com a finalidade especialmente de fundar uma entidade beneficente e de proteção aos menores abandonados de Dourados. Precisamente as vinte horas sob a presidência do Dr. Rafael Arcanjo Arruda, Juiz de direito da Vara de menores da Comarca, foi aberta a assembleia geral (ATA DE FUNDAÇÃO DO ABRIGO DE MENORES NECESSITADOS DE DOURADOS/ Livro 01 do Lar de Menores – Santa Rita, 12/11/1965).

Podemos observar, neste trecho da Ata, a motivação para a fundação da entidade: proteger e assistir os menores abandonados do município. Em seu primeiro Estatuto institucional, registrado no Cartório do Quarto Ofício de Dourados/MT, ressalta-se tal finalidade nos seguintes termos: “[...] Dar assistência de modo geral a todos os menores

necessitados de Dourados, velando por sua saúde, educação, instrução e bem-estar da infância e juventude” (ESTATUTO DO ABRIGO DE MENORES..., 1966, p.1).

Ainda como itinerário de nossa pesquisa, após várias visitas realizadas e conversas com a diretoria – pois como expõe Bacellar (2006, p. 53), “A paciência é a arma básica do pesquisador em arquivos” –, no mês de setembro de 2021 obtive a autorização para o acesso ao arquivo passivo, designado pela entidade como “arquivo morto”. Ora, “[...] longe de pensá-lo como algo *morto*, pois é um *Arq-Vivo*” (ALMEIDA, 2021, p. 26, grifo da autora), os documentos que o constituem estão vivos e contam a história, guardam a memória em seu silêncio e cabe ao historiador, com seu olhar criterioso de análise, narrar tais acontecimentos. O espaço do arquivo possuía várias dificuldades quanto a organização, o setor administrativo da entidade passava por mudanças de espaço físico, sendo transferido para outro prédio, porém, no mesmo terreno. A maioria dos materiais armazenados estavam datados com anos posteriores à década de 1990. Pudemos localizar somente duas caixas que continham documentos do período entre 1976 e 1986, conforme registro explicitado na Figura 8.

Figura 8 – Arquivo do Lar Santa Rita: Caixas de documentos (1976 a 1986)



Fonte: Acervo institucional do Lar Santa Rita/Dourados-MS

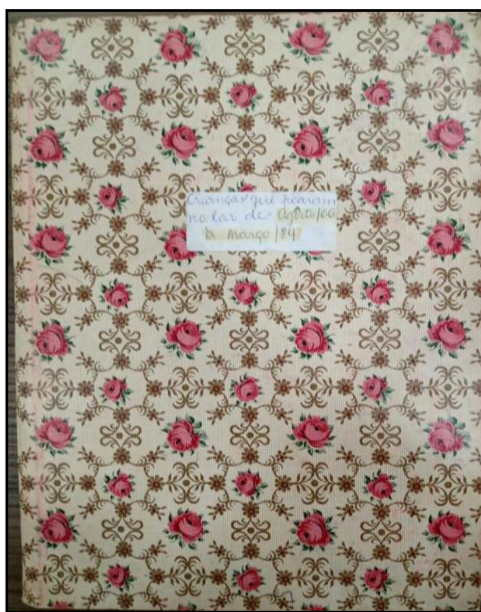
No interior de ambas as caixas havia as fichas de registro da entrada das crianças no *Lar*, intituladas “Registro de Menores no Abrigo Lar Santa Rita de Cássia”, nas quais estavam descritos os dados pessoais da criança e dos pais, data de entrada e saída, e quem encaminhou a criança ao abrigo. Ainda nesse arquivo, foi possível identificar: documentações quanto a adoção, dados gerais da família adotiva, entrevistas realizadas com os pais/responsáveis que

procuravam o *Lar* para o internato das crianças e descrições dos motivos para tal ato, condições da criança na ocasião do recebimento (registradas nas observações das fichas), documentação e encaminhamento da criança pelo juizado de menores.

Ainda no arquivo passivo institucional, localizei o livro de registro intitulado “Crianças que ficaram no Lar de Agosto 66/ à março 84” (Figura 9), que estava inserido em uma caixa denominada “Conselho Tutelar”, título não condizente com o seu conteúdo. Este fato aponta para uma das dificuldades encontradas pelos pesquisadores ao acessarem os arquivos institucionais que não possuem uma organização arquivística, conforme aponta Bacellar (2006, p. 49): “Aventurar-se pelos arquivos, é sempre um desafio de trabalhar em instalações precárias, com documentos mal acondicionados e preservados, e mal organizados”.

O livro de registro indicava o nome das crianças ingressantes na entidade e sua filiação, com a data de entrada e saída. Enfatizamos que muitas crianças não possuíam o registro da data de saída, somente o de entrada, pois estas permaneciam no Lar. No entanto, com tais dados foi possível realizar uma estimativa da movimentação na entidade a partir de 1966.

Figura 9 – Registro de crianças acolhidas pelo Lar Santa Rita



Fonte: Acervo institucional do Lar Santa Rita/Dourados-MS

Do percurso de investigação dos documentos existentes da instituição, destacamos a localização do “Histórico do Lar de Crianças Santa Rita”. Trata-se de um documento elaborado pela atual diretoria e gestão da entidade, onde constam os itens: identificação da instituição e da mantenedora, órgãos públicos de registro, diretoria executiva, administração da entidade, equipe técnica e administrativa, apresentação, história e fundação da entidade, as construções e

as doações, as primeiras administrações e mantenedoras, o início da administração da UESD (União Espírita de Dourados), dificuldades financeiras, implantação do Projeto Lar Substituto, acolhimento na casa Lar, objetivo geral e específicos, estrutura física, atividades desenvolvidas, atendimentos realizados, as mudanças implantadas pela UESD, a implantação do CEI (Centro de Educação Infantil), dos fins e objetivos do CEI, meios de manutenção da entidade, premiação da entidade, mensagem final e quadro das gestões anteriores. Apesar de ser um documento recente, ele pode ser utilizado na análise documental da pesquisa, devido as informações referentes à fundação institucional e fotografias que nele constam.

Posteriormente, recorri ao acervo do jornal local O Progresso, e me foi disponibilizada pela secretária, via telefone¹⁸, algumas edições datadas dos anos 1965, 1964, 1966, 1969 e 1972. No total, analisamos 26 edições, sendo que em 9 edições continham notícias relacionadas ao *Lar Santa Rita*, sua origem e funcionamento. A localização dessas fontes foi de extrema relevância para a investigação, pois pudemos observar como a instituição era vista pela sociedade e pela comunidade douradense do período. No Quadro 4 constam as edições analisadas que apresentaram notícias relacionadas à instituição e ao objetivo da pesquisa.

Quadro 4 – Edições do Jornal O Progresso com notícias relacionadas ao Lar Santa Rita

Nº da Edição	Data	Notícias
86	21/12/1952	“Os douradenses pobres vão ter um Natal feliz”, doações feitas pela comunidade no Natal para as crianças “desamparadas” (p. 1).
700	24/11/1965	“Associação protegerá menores desamparados”, relata o movimento do Juiz de direito Rafael Arcanjo de Arruda e da sociedade para a fundação da instituição (p. 1).
701	27/11/1965	“Ronda Semanal”, apresenta a primeira diretoria eleita e convoca todos os cidadãos douradenses a colaborar com a entidade (p. 6).
753	22/06/1966	“Abrigo do menor: uma obra meritória”, Bingo da Rural Willys foi transferido para o dia 26 (p.1).
754	25/06/1966	“Ronda Semanal”, relata o Baile de São João acontecido na cidade (p. 6).
768	13/08/1966	“Ronda Semanal”, primeiro Baile de Debutantes a ser realizado no dia 27 de Agosto, onde a renda será revertida para a instituição (p. 6).
771	27/08/1966	Inauguração do Lar Santa Rita (p. 1).
772	31/08/1966	“Sucesso absoluto o Baile das Debutantes. Ricamente ornamentado o Clube Social – Meninas-moças, deram um show de graça e simpatia – Prefeito Napoleão o Paraninfo – Deputado Weimar Tôrres, o orador oficial – De parabéns a direção do Lar Santa Rita de Cássia” (p. 6).
773	03/09/1966	“Ronda Semanal”, chamada para visita ao Lar e convocação para realizar doações (p. 6).
774	07/09/1966	Relato da prestação de contas do Baile de Debutantes realizado (p. 5).

¹⁸ As edições foram disponibilizadas em formato de PDF, pelo aplicativo de mensagens e comunicação de áudio e vídeo, denominado WhatsApp, devido à Pandemia do Covid-19.

1081	11/10/1969	“Causas Filantrópicas”, prédio do Lar construído para assistir 30 crianças, abriga 59. Relata o projeto de construção para abrigar 300 crianças e solicita a colaboração da sociedade. Venda de ingressos para um churrasco que ocorrerá na instituição (p. 1).
1138	09/05/1970	“Agradecimento”, diretoria agradece pela colaboração da comunidade ao Lar pela Marcha do Estudante para o Menor Desamparado (p. 1).
1134	25/04/1970	“Ronda Semanal”, relata a repercussão do show no Cine Ouro Verde realizado em prol do Lar (p. 6).
1316	18/03/1972	Comunicado da eleição de uma nova diretoria. Convite para a inauguração do Pavilhão “Derluce e Antonio dos Santos Morais” (p. 1).

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das edições do Jornal O Progresso

Partindo dessa perspectiva, e junto com o levantamento de dados, realizei uma primeira entrevista¹⁹ semiestruturada com Marisa Pereira dos Santos, que morou na instituição. Após as informações cedidas por ela, pude localizar Eneida Maria Gebaile Oliveira Martins, assistente social que trabalhou na entidade e que forneceu o contato de Helena Tsumori Uemura, também parte da história do *Lar Santa Rita*. Também entrei em contato com o neto de Geni Ferreira Milan, para compreender um pouco de sua trajetória como fundadora da entidade.

As entrevistas de Marisa Pereira dos Santos e Roger Alexandre Milan Brochado ocorreram de maneira remota, pela plataforma *Google Meet*²⁰. Já o contato com Eneida Maria Gebaile Oliveira Martins foi realizado em um ambiente tranquilo, sua sala de jantar. Helena Tsumori Uemura solicitou que a entrevista acontecesse em seu local de trabalho, com a presença de seu neto, que acompanhou nossa conversa. No Quadro 5, apresentamos, em síntese, quem são esses indivíduos e qual a sua relação com a pesquisa.

Quadro 5 – Apresentação dos Entrevistados (as)

Nome	Idade Atual	Relação com o tema da pesquisa
Eneida Maria Gebaile Oliveira Martins	66 anos	Trabalhou na entidade como Assistente Social em 1978, permaneceu trabalhando no Lar até o ano de 1982, auxiliando a presidente no funcionamento da secretaria.
Helena Tsumori Uemura	77 anos	Fez parte da diretoria do Lar Santa Rita, eleita em 1974 como 1º tesoureira, em 1976 a 1978 atuou como vice-presidente. Permaneceu até o ano de 1982.
Marisa Pereira dos Santos	47 anos	Morou na instituição do Lar Santa Rita de 1979 a 1982. Após esse período, foi adotada pela Sra. Afife Maksoud Bussuan, presidente da entidade.
Roger ²¹ Alexandre Milan Brochado	48 anos	Neto de Geni Ferreira Milan, fundadora do Lar Santa Rita.

Fonte: Elaborado pela autora

¹⁹ Nas entrevistas realizadas entregamos uma carta de apresentação da pesquisa, assim como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado por todas participantes, que optaram por manter o uso de seus nomes na pesquisa e roteiro da entrevista.

²⁰ Google Meet é um serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google, uma plataforma utilizada via internet.

²¹ Após a entrevista oral, a transcrição foi enviada ao colaborador, que fez alterações antes da aprovação final. Portanto, o texto apresentado está conforme a sua intervenção.

Por conseguinte, Marisa²² cedeu oito documentos fotográficos de seu arquivo pessoal, os quais indicam algumas características da instituição, imagens de datas comemorativas, momentos de refeição, festividades que eram promovidas na época, e uma foto contendo todas as crianças moradoras do *Lar*.

Após o levantamento de fontes, pudemos informar o volume de documentação existente, separá-los por categorias de análise, pois, de acordo com Certeau (2020, p. 69), a pesquisa histórica “[...] consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto”. Este foi o exercício que fizemos. Elegemos como categorias fundamentais de análise os seguintes aspectos: origem/fundação, instalação (prédio, espaço/ local), aspectos de funcionamento da instituição durante a primeira gestão, incluindo promoções, campanhas e festas para manter a subsistência e o trabalho filantrópico da assistência, objetivo do *Lar Santa Rita*.

A dissertação está estruturada em dois capítulos, além desta Introdução, em que explicitamos nossos pressupostos teórico-metodológicos, e das Considerações Finais, nas quais socializamos os “achados” da pesquisa e fizemos alguns “arremates”.

No primeiro capítulo, tratamos da história da assistência e do atendimento às crianças abandonadas no Brasil. Posteriormente, abordamos as primeiras instituições e fundações criadas que visavam o amparo à infância no Mato Grosso (MT), no Mato Grosso do Sul (MS) e em Dourados, bem como os movimentos sociais existentes que permeavam tais acontecimentos históricos.

No segundo capítulo, apresentamos a história da instituição *Lar Santa Rita*, localizada em Dourados, narrando fatos, apresentando a documentação sobre a sua fundação e funcionamento, bem como sobre sua finalidade e organização, descrevendo as diferentes gestões que o *Lar* possuiu entre os anos de 1965 a 1982. Considerando o volume de documentação encontrada, optamos por organizar o segundo capítulo em dois momentos. No último momento, averiguamos e analisamos, na documentação, as motivações para a criação do *Lar Santa Rita*, e compreendemos as relações sociais entre os indivíduos pertencentes à entidade e os processos estabelecidos com a comunidade douradense, considerando os motivos pelos quais a instituição foi criada associando a filantropia e a assistência à infância abandonada. Problematizamos, assim, a documentação encontrada, abordando aspectos referentes ao início da assistência à infância e à trajetória da entidade no município de Dourados no período delimitado.

²² Marisa, depoente e colaboradora da pesquisa, apresentada logo acima no Quadro 5.

2 HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA E DO ATENDIMENTO À CRIANÇA ABANDONADA

Neste capítulo, dialogamos acerca da história do atendimento e da assistência à criança pequena em situação de abandono no Brasil, realizando um levantamento, sobretudo no período histórico elencado para análise de 1965-1982, dos primeiros movimentos e instituições criadas com o objetivo de amparar a infância. Assim, abordamos, primeiramente, a história e a trajetória da assistência e do atendimento à infância no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e, em seguida, tratamos sobre aspectos do referido tema na cidade de Dourados, onde localiza-se o *Lar Santa Rita*, *lócus* da nossa pesquisa.

2.1 Atendimento e assistência à infância abandonada no Brasil

A designada “infância abandonada” carrega em si diversos significados e representações ligadas a este termo, assim como as expressões “órfãos”, “desvalidos”, “expostos”, “menores”, por exemplo, que serão mencionadas ao longo desta dissertação. Como aborda Sá (2006, p. 27), essas nomenclaturas correspondem a períodos históricos e refletem as concepções de infância vigentes da época, “[...] carregam em si as múltiplas representações de infância presentes nos discursos e práticas dos diferentes segmentos da sociedade brasileira”.

Importa, para dar início a esta seção, contextualizar a história do abandono no Brasil, quando o índice de abandono de filhos, por parte de seus pais, começou a crescer, tornando-se recorrente em todos os grupos sociais, e explicitar quais eram os motivos para o abandono, pois “[...] o fenômeno de abandonar os filhos é tão antigo como a história da colonização brasileira” (MARCÍLIO, 1997, p. 52). O fenômeno do abandono é algo recorrente em nossa história, antes mesmo do surgimento das instituições de acolhimento e amparo à criança. Famílias abandonavam os seus filhos (as) por diversos motivos no Brasil antigo, essas causas estão associadas a sobrecarga do grande número de crianças nas famílias, filhos ilegítimos, morte materna, bebês enfermos. A infância pobre, permanecia à margem da sociedade, desvalidas, negligenciadas, ditas sem valor. Rizzini e Pilotti (2011) lembram que a prática do abandono era frequente até meados do século XIX, mesmo em países que se consideravam “civilizados”.

Nesse sentido, Marcílio (1998) aponta que tal prática do abandono no Brasil está relacionada à proibição do comércio dos escravos, pois, a partir desse acontecimento, grande parte da população se encontrava em situação de miséria e pobreza, devido ao sistema colonial implantado. “Em sua quase totalidade, as crianças que eram abandonadas provinham dessa

faixa de miseráveis, de excluídos. A pobreza foi a causa primeira – e de longe a maior – do abandono de crianças, em todas as épocas” (MARCÍLIO, 1998, p.257).

Entretanto, a pobreza não foi o único motivo que levou ao exponencial aumento do abandono de crianças. Outras razões também contribuía para tal ato, dentre as quais o abandono, por parte das mulheres da elite, como estratégia para ocultar o fruto de uma relação proibida em nome da sua honra²³, assim como filhos concebidos entre um membro de uma classe favorecida com escravas e criadas. Havia também quem realizava tal ato para controlar o número de filhos, principalmente quem já possuía uma família numerosa. O abandono de bebês portadores de alguma deficiência era comum, assim como o abandono de crianças com doenças graves que estavam enfermas e até mesmo já sem vida²⁴ (MARCÍLIO, 1998). Era corriqueiro deixar um bilhete, onde escrevia-se o motivo para o ato, e em alguns constavam promessas de retorno dos expositores. Desse modo, apreendemos que não havia uma única causa para o abandono, mas inúmeras situações que o levavam a ser visto como “solução”.

Ao contextualizarmos o abandono, voltamos nosso olhar também ao atendimento à infância, processo que surgiu com as origens da educação assistencialista. No século XVIII, uma das preocupações dos médicos higienistas era com o alto índice existente da mortalidade infantil, proveniente do aumento de abortos e infanticídios, fatores que impulsionaram a criação da Roda dos Expostos, o abandono institucionalizado (SÁ, 2006). Assim, tem-se como marco histórico a primeira instituição brasileira criada com o objetivo de fornecer assistência à criança abandonada, denominada Roda de Expostos, “instituição de reclusão” que “[...] foi o principal instrumento de assistência à infância no país” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 22).

A assistência emergiu, portanto, como uma das formas buscadas para amenizar o “problema da pobreza”. Segundo Sanglard e Ferreira (2014, p. 73), “[...] a princípio organizada através das irmandades devocionais e/ou confrarias profissionais, caracterizou-se por uma solidariedade horizontal (entre iguais) e por separar o bom pobre – aquele afeito ao trabalho – do mau pobre”. Diante disto, começou a ganhar evidência a chamada questão social, dando lugar à preocupação com a pobreza, pautando diversas ações das sociedades ocidentais.

O modelo da Roda de Expostos teve o seu surgimento na Idade Média e Itália, derivado das confrarias de caridade, mais precisamente no século XII. A Confraria do Santo Espírito, originada na França entre 1160 e 1170, após a sua fundação, foi transferida para Roma pelo

²³ A preservação da honra de mulher era importante na época. Sua honra deveria ser defendida, principalmente no âmbito das famílias abastadas, e essa era uma razão pela qual os filhos ilegítimos eram abandonados na Roda, pois quem enjeitava a criança permanecia em anonimato (MARCÍLIO, 1998).

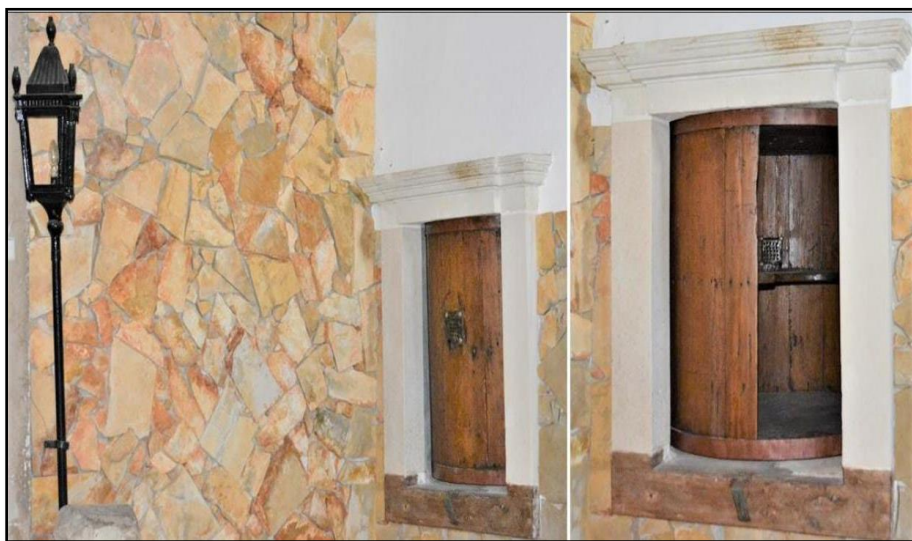
²⁴ Essa prática era recorrente, o abandono acontecia, nesses casos, para evitar as despesas com o enterro da criança (MARCÍLIO, 1997).

papa Inocêncio III, fundando um hospital com o objetivo de atender às crianças abandonadas (RODRIGUES, 2019). Assim Marcílio (1997) trata sobre o funcionamento da Roda:

Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar o vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado. (MARCÍLIO, 1997, p. 55).

Na Figura 10, registro fotográfico apresentado por Monteiro (2021) em sua tese intitulada “*O Patronato de Menores de Dourados – MT/MS: Cultura escolar e estratégias da ação social franciscana (1950-1983)*”, observamos um modelo da Roda de Expostos que funcionou no Convento Nossa Senhora do Carmo, localizado em Tentúgal, Portugal, e que mantém-se preservado ainda hoje.

Figura 10 – Roda de Expostos situada no Convento Nossa Senhora do Carmo, em Tentúgal, Portugal



Fonte: Monteiro (2021)

Marcílio (1998) aponta que as primeiras instituições chegaram ao Brasil somente no século XVIII, durante o período colonial, e se concentraram inicialmente em três cidades: Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738) e Recife (1789). No início, o objetivo para a fundação da Roda era a proteção às crianças abandonadas. No total, foram implantadas 13 Rodas de Expostos no Brasil: “[...] estiveram as rodas de expostos das cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas (RS), de Cachoeira (BA), de Olinda (PE); de Campos (RJ), Vitória (ES), Desterro (SC) e Cuiabá (MT)” (MARCÍLIO, 1997, p. 64). Em Mato Grosso (Uno) foi criada a primeira instituição em 1833, com o apoio da Santa Casa de Misericórdia (SÁ, 2006).

Nesse contexto, as Santas Casas de Misericórdia criaram um sistema de contrato para as amas-de-leite que tinham por função amamentar as crianças amparadas pelas Rodas, para conseguir realizar este atendimento que visava a diminuição da taxa de mortalidade infantil, muito elevada na época.

A criação coletiva de crianças pequenas nas Casas de Expostos, em um período anterior às descobertas de Pasteur e da microbiologia, resultava em altíssimas taxas de mortalidade. A amamentação artificial era um risco sério para as crianças, obrigando as instituições a manterem em seu quadro pessoal amas-de-leite, responsáveis pela amamentação de um grande número de lactentes. No Brasil, muitas escravas serviam nesta função, alugadas por seus proprietários. (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 23).

Sustentar a Roda de Expostos tornou-se muito custoso para as Santas Casas de Misericórdia, porquanto os recursos eram poucos, apesar das doações realizadas por indivíduos religiosos abastados, “caridosos”. Ora, “[...] quem havia sido abençoado com a riqueza tinha o dever sagrado da caridade... a caridade era compreendida a partir de um ponto de vista religioso: a Igreja era o instrumento da melhora social e da salvação espiritual” (KUHLMANN JR, 2015, p.55). Nesse sentido, a Igreja defendia a prática da caridade como um instrumento para chegar-se ao céu, uma virtude cristã, prática religiosa e missionária.

No século XIX, na Europa, começava um movimento contra a Roda de Expostos, visando o seu fechamento, pois a sua existência passou a ser considerada contrária aos interesses do Estado. No Brasil, em decorrência do movimento de médicos higienistas, esse mesmo pensamento concretizou-se, pois os índices de mortalidade eram muito elevados dentro das Casas dos Expostos, chegando a atingir o índice de 70% nos anos de 1852 e 1853, no Rio de Janeiro (RIZZINI, 2011).

Diante disto, destacamos que a Roda de Expostos acompanhou diversos acontecimentos históricos, “[...] sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa História. Criada na colônia, perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguiu manter-se durante a República e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950!” (MARCÍLIO, 1997, p. 51). As Rodas de São Paulo e Salvador foram as últimas a terem suas portas definitivamente fechadas.

Após o encerramento das Rodas de Expostos, surgiram as associações filantrópicas, cuja criação foi fundamentada na ciência, como um modelo assistencial, passando para a filantropia a tarefa da organização da assistência dentro de suas exigências, no âmbito político, econômico e social (MARCÍLIO, 1997, p. 7).

A filantropia surge para dar continuidade à obra da caridade, mas sob uma nova *concepção de assistência*. Não mais a esmola que humilha, mas a reintegração social daqueles que seriam os eternos clientes da caridade: os desajustados. A caridade vai reagir à crescente tendência filantrópica da assistência, acusando as instituições de se distanciarem da ‘palavra cristã’. (RIZZINI, 1990, p. 80, grifo nosso).

Os primeiros movimentos realizados que tinham a preocupação e a finalidade de proteção à infância, começaram a surgir devido a elevada taxa de mortalidade infantil da época, e foram organizados pelos médicos higienistas (KRAMER, 1982). Até o final da década de 1960, esse atendimento era direcionado somente para a assistência caritativa e filantrópica. “Os médicos começaram a participar ativamente de congressos internacionais e de exposições objetivando a troca de ideias para a implementação de ações sociais” (SÁ, 2006, p. 35).

Segundo Rizzini e Pilotti (2011, p. 22), a filantropia distingue-se da caridade devido aos seus métodos utilizados, que são considerados científicos, entretanto, ambas possuíam o mesmo objetivo: “[...] a preservação da ordem social”. Assim, muitos religiosos tornaram-se notáveis filantropos e filantropas, pois, conforme expõe Monteiro (2021, p. 160), a filantropia “[...] foi definida e praticada como uma ação racional para expressar solidariedade e simpatia pelos os que sofrem, mas também por ser expressão das virtudes da benemerência e da sociabilidade, tão preciosas aos homens e mulheres ilustrados”.

Há, nesse conceito de filantropia, um sentido moralizador envolvido, já que ela “[...] abrangia ações de prevenção dos ‘males causados pela indigência’: a recuperação dos presos, a assistência aos órfãos e aos loucos, a higiene pública, as caixas econômicas e as sociedades de socorros mútuos estavam na agenda dos filantropos” (SANGLARD; LOPES, 2018, p. 282). Conforme Marcílio (1998), a filantropia passou a interessar as elites, cujo interesse era manter o controle, buscar a ordem, o respeito às normativas, solucionar os conflitos sociais, preservar as famílias; era uma utopia filantrópica. Junto à filantropia surgiu uma preocupação em embasar cientificamente a assistência, tendo como finalidade a salvação da criança, do seu corpo, dentro de uma perspectiva utilitarista, para que ela fosse útil à sociedade (SOUZA, 2018).

O conceito de “menor desvalido”, no contexto da época, recebia o tratamento de um criminoso. O Código Civil inclusive sugeria a repressão para buscar a solução do “problema”. Neste sentido, compreendemos uma das preocupações com a criança abandonada na história da assistência, era retirá-la do convívio social, sujeito concebido, portanto, como sinônimo de problema. Como Kuhlmann Jr. (2015, p. 27) indica, “[...] a história da assistência tem sido também a da produção de uma imagem do pobre como ameaça social a ser controlada [...] quando a criança pobre é identificada como menino de rua, que, por sua vez, torna-se sinônimo

de trombadinha, ou menor infrator”. Nesse sentido, percebemos a presença desse estereótipo dos pobres como infratores e necessitados de regeneração e controle.

A caridade aparecia também como objetivo do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, fundado pelo médico Arthur Moncorvo Filho, em 1899, com sede no Rio de Janeiro, tendo como principal finalidade:

Atender aos menores de oito anos; elaborar leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas-de-leite, velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância. (KRAMER, 1982, p. 54).

O IPAI-RJ foi reconhecido na época como utilidade pública municipal, e chegou a possuir 22 filiais em todo o país; buscava a articulação da ciência e filantropia, objetivando “lutar” e proteger a infância pobre. O instituto tinha como lema “ [...] *infantes tuendo pro Patria Laboramus* (quem ampara a infância trabalha pela Pátria)” (KUHLMANN JR., 2015, p.85, grifos do autor).

O Patronato de Menores foi fundado, então, no Distrito Federal, em 1906, por juristas brasileiros, e também visava dar assistência à infância e oferecer cursos para mulheres mães. Já em São Paulo, em 1901, Anália Franco junto a um grupo de senhoras fundaram a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, com o objetivo de amparar e educar a mulher e promover assistência à infância (KUHLMANN JR., 2015). Em 1919, por iniciativa de Arthur Moncorvo Filho, o próprio IPAI-RJ fundou o Departamento da Criança no Brasil (DNCr), tendo sido “Criado e mantido em termos de recursos por Moncorvo Filho, sem receber qualquer auxílio do Estado ou da municipalidade” (KRAMER, 1982, p. 55).

O Código de Menores surgiu em 1927, promovendo, assim, algumas mudanças em relação ao funcionamento dos Patronatos e consolidando leis de assistência e proteção aos menores (MONTEIRO, 2021). Sua aprovação tornou-se marcante para a história da assistência, pois foi a primeira legislação a determinar a proteção às crianças e aos adolescentes no país. O termo *menor* era utilizado para designar a infância abandonada, carente, e de maneira discriminativa apontava “[...] para a despersonalização e remete à esfera do jurídico e, portanto, do público. A infância abandonada, que vivia entre a vadiagem e a gatunice, tornou-se para os juristas, caso de polícia” (MARCÍLIO, 1998, p. 195).

Conforme expõe Pavão (2011, p. 12), no período de 1924 a 1964, a assistência no Brasil foi marcada por tratados e convenções internacionais, e “O Estado passa a responsabilizar-se preferencialmente pela infância, tornando o Poder Judiciário hegemônico no trato dessas

questões”. Após 1930, diversas entidades e instituições começaram a ser fundadas, tendo como finalidade comum a assistência à infância. Em 1941 surgiu o Serviço de Assistência a Menores (SAM), subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e ligado ao Juízo de Menores, com finalidade de amparo à infância, judicial e administrativamente. Posteriormente à sua extinção, em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada por Darcy Vargas, primeira dama na época, esposa de Getúlio Vargas, “[...] associada ao esforço de guerra, como órgão de apoio aos pracinhas e suas famílias” (ROSEMBERG, 1997, p. 147). Com o término da Segunda Guerra Mundial, a LBA passou por mudanças, voltando-se ao atendimento à maternidade, à infância e à família. Surgiram, então, os centros de proteção à criança, creches, postos de puericultura, hospitais e maternidades, “esses centros eram as APMI, Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, disseminadas por todo o país” (KRAMER, 1982, p. 75).

Em 1946, criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, surgiu o Fundo das Nações Unidas (UNICEF), visando o acolhimento à infância de países destruídos pela Segunda Guerra Mundial. Na década de 1960, começou a atuar em relação aos serviços sociais, ampliou a sua atuação relacionada à infância e reconheceu a importância da educação (KRAMER, 1982).

O Fundo das Nações Unidas (UNICEF), que promoveu, em 1965, a Conferência Latino-Americana sobre a Infância e Juventude no Desenvolvimento Nacional, já trazia a ideia de simplificar as exigências básicas para uma instituição educacional e implantar um modelo de baixo custo, apoiado na ideologia do desenvolvimento da comunidade, que certamente influenciou a elaboração do Plano do DNCR, de 1967. (KUHLMANN JR., 2000, p. 11).

Este plano mencionado por Kuhlmann Jr. (2000), chamado de “Plano de Assistência ao Pré-Escolar”, do Departamento Nacional da Criança (DNCR), do Ministério da Saúde, possuía como finalidade implantar Centros de Recreação, ocupando creches e igrejas onde havia a proposta para o atendimento das crianças de 2 a 6 anos.

Já em 1948 foi fundada a Organização Mundial para Educação Pré-Escolar (OMEP), vinculada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Essa organização filantrópica, educacional, de direito privado e sem fins lucrativos, tinha como objetivo atender crianças de zero a sete anos. Conforme Kramer (1982), havia um entendimento que as crianças de classes desfavorecidas necessitavam ser preparadas para frequentar a escola, pois eles não recebiam essa preparação em casa.

Podemos dizer, portanto, que o atendimento e a assistência à infância passaram por diversas fases e concepções. Na década de 1960, havia uma preocupação com a assistência,

sem ter como finalidade o atendimento voltado ao cuidar e educar; “[...] o atendimento às crianças era voltado para assistência preventiva, ou seja, cuidados com a saúde e a educação moral, efetivado através da assistência caritativa (religiosa), filantrópica (médica e jurídica) e estatal (legislação e fiscalização)” (ARRUDA, 2011, p. 59).

Nesse percurso histórico do atendimento à criança pequena, podemos referenciar também a aprovação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1961), tornou os órgãos estaduais e municipais mais autônomos e incluiu a educação pré-primária no sistema educacional brasileiro. Sobre tal inclusão Santos (2015, p. 38) reflete: “O que podemos considerar um avanço, ainda que de modo ambíguo, pois, é flagrante a inexistência de maiores esclarecimentos que estabeleçam de que modo se daria a efetivação na prática”.

Em 1964, o SAM foi extinto por não cumprir os seus objetivos a que se propunha. Após, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) foi criada, possuindo autonomia administrativa e financeira para “Formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, mediante estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executam essa política” (BAZÍLIO, 1985, p. 47). Coube às Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs) o atendimento à infância abandonada, assim, ambas instituições, FUNABEM e FEBEM, promoviam uma educação compensatória.

A LBA promoveu a criação do Projeto Casulo em 1974, pretendendo fornecer o atendimento ao máximo número possível de crianças, com poucos recursos. Rosemberg (1997, p. 148) ressalta que “No momento de criação do Projeto Casulo, o discurso de prevenção adquiriu nova conotação; a da segurança nacional, pois os pobres poderiam ameaçar a integração nacional”. As chamadas Unidades Casulo pretendiam fornecer a assistência às crianças de 0 a 6 anos e atender aquelas cujas mães ingressarem no mercado de trabalho. A propósito do funcionamento e da instalação das Unidades Casulo, Kramer (1982) aponta:

As Unidades Casulo estão implantadas em todo o Território Nacional, atendendo a crianças durante quatro ou oito horas diárias. [...] A instalação de uma Unidade Casulo é feita a partir de solicitação por parte dos Estados, de Prefeituras Municipais, prelaças ou obras sociais particulares. É estabelecido convênio entre a instituição e o Projeto Casulo, e através dele a LBA pode financiar a alimentação, o material didático e de consumo, os equipamentos, o material de construção, e os registros, ficando o pagamento do pessoal por conta da instituição conveniada. Muitas vezes esse pessoal trabalha sem remuneração, como voluntariado. (KRAMER, 1982, p. 76).

O Projeto Casulo foi implementado na época do Regime Militar²⁵, nesse sentido Rosenberg (1997, p. 147) aponta que “Fez-se também apelo à retórica nacionalista, em voga durante os governos militares (que se lembre do dístico ‘Brasil, ame-o ou deixe-o’). O projeto era apresentado como tipicamente nacional...”. Assim, dizia-se que o investimento na criança representaria o investimento na segurança nacional.

A pobreza pode constituir uma ameaça à segurança nacional e as políticas de assistência – entre elas o Projeto Casulo, [...] são parte das estratégias de combate à guerra psicológica. Atuar nos bolsões da pobreza, chamados “bolsões de ressentimento”, constituiria medida preventiva ao expansionismo do “comunismo internacional”. (ROSEMBERG, 1997, p. 141-142).

Segundo Rizzini e Rizzini (2004, p. 45-46), no período de ditadura militar havia uma política de segurança nacional como medida de repressão “[...] a todo e qualquer sujeito que ameaçasse a ordem e as instituições oficiais. O silêncio e a censura eram poderosos aliados oficiais no sentido de manter a política de internação... longe dos olhos e ouvidos da população”. Nesses anos, foi formulada uma política pelo Estado para uma maior expansão de vagas, que tinham como característica e ideal de educação compensatória, cujo “[...] modelo sofreu, posteriormente, o impacto de novas ideias sobre educação infantil veiculadas pelos movimentos sociais das décadas de setenta e oitenta (o movimento de mulheres e o movimento pelos direitos das crianças e adolescentes)” (ROSEMBERG, 1999, p. 15).

Ao final da década de 1970, mais precisamente após o golpe militar de 1964, com a inserção das mulheres no mundo do trabalho, começaram os movimentos de luta para que houvesse um atendimento às crianças enquanto aquelas trabalhavam, dessa maneira, o trabalho feminino impulsionou a implantação das creches (KUHLMANN JR., 2004). Entretanto, a maioria destas instituições passou a atender as crianças pobres, oferecendo um atendimento voltado apenas para a assistência, sem proposta educacional. Em contrapartida, desde o século XIX haviam iniciativas com cunho educacional; eram os Jardins de Infância, como cita Kuhlmann Jr. (2015, p. 166): “Na história do jardim de infância, essas divisões sociais aparecem de maneira bastante clara, com o jardim de infância para os ricos, em instituições particulares ou mesmo públicas, e aquele para os pobres...”.

Importa destacar o papel das mulheres nesse movimento de lutas para o atendimento à criança, pois um árduo caminho foi trilhado para que esse direito fosse conquistado. Em

²⁵ Em 1964 foi implantado, no Brasil, um golpe militar, que estabeleceu um longo período de ditadura cerceando a liberdade de expressão e organização da sociedade civil. Partidos políticos, sindicatos e associações de classe foram fechados, ou ficaram sob o arbítrio de interventores, a imprensa esteve sob censura e, opositores ao regime foram presos, torturados, exilados, desaparecidos ou assassinados (ROSEMBERG, 1984, p. 76).

paralelo a essas movimentações, elas receberam severas críticas sociais quanto ao fato de “abandonarem” o seu papel de mãe, de não cumprirem com o que seria sua função “natural”. As instituições de educação infantil, inicialmente, foram alvo de polêmicas, pois não aceitavam a ideia de se educar as crianças fora dos limites da família (PEREIRA; CAMPOS, 2015).

Ainda na década de 1970, a proposta de uma educação compensatória, presente nas creches, começaram a receber críticas, pois, conforme afirma Kuhlmann Jr. (2015), possuíam um caráter assistencialista e discriminatório.

A Pedagogia das instituições educacionais para os pobres é uma Pedagogia da submissão, uma educação assistencialista marcada pela arrogância que humilha para depois oferecer o atendimento como dádiva, como favor aos poucos selecionados para o receber. Uma educação que parte de uma concepção preconceituosa da pobreza e que, por meio de um atendimento de baixa qualidade, pretende preparar os atendidos para permanecer no lugar social a que estariam destinados. Uma educação bem diferente daquela ligada aos ideais de cidadania, de liberdade, igualdade e fraternidade. (KUHLMANN JR., 2015, p. 166-167).

No entanto, a partir da década de 1980, surgiram diversas mudanças referentes à legislação que impactaram a educação pré-escolar. Um marco no âmbito jurídico-legal foi a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que, entre outros feitos, estabeleceu o direito da criança como cidadão e tornou a educação obrigatória e de responsabilidade do Estado, anunciando, desta forma, avanços significativos quanto à infância.

Em decorrência dessas mudanças foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), inscrito na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), visando a garantia de direitos como a oferta de educação às crianças pequenas. O ECA “[...] concebe[u] a criança e o adolescente como sujeito de direitos exigíveis com base na lei, não mais como mero objeto de intervenção jurídico e social por parte da família, do Estado e da sociedade...” (ARRUDA, 2011, p. 42). Depois, em 1993, houve a criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (BRASIL, 1993), voltada para a assistência, cujo objetivo, conforme o seu Artigo 2º, consiste no amparo às crianças e aos adolescentes carentes, proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

2.2 Trajetória do atendimento à infância em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Diante do contexto histórico socializado, a propósito do atendimento e da assistência à infância abandonada no Brasil, abordamos, nesta seção, os aspectos históricos políticos, assistenciais e educacionais de Mato Grosso (Uno) e de Mato Grosso do Sul, tendo como

principal objetivo apontar como ocorreu o começo do atendimento à infância, identificando os projetos e programas fundados no referido contexto geográfico para essa finalidade.

Quanto ao estado de Mato Grosso (Uno), identificou-se uma primeira documentação sobre a criação de um Jardim de Infância com o objetivo de atender às crianças de 3 a 6 anos, aprovada pelo Decreto nº 533, de 04 de junho de 1910. Entretanto, apesar de ter sido aprovado por lei, neste ano, a criação do Jardim de Infância não saiu do papel. Alguns motivos para isto foram apontados por Santos e Sá (2011, p. 9): “[...] falta de professor capacitado, falta de fiscalização e espaço físico impróprio à contribuição com a educação tanto em escolas, a instrução destinada à infância, que era quase nada ou nula”.

Santos, R. (2015) afirma que, em Mato Grosso (Uno), os primeiros movimentos para o atendimento educacional da infância foram dos setores privado e religioso. As primeiras instituições criadas possuíam uma perspectiva assistencialista, atendiam às crianças pobres visando apenas o cuidado, não centralizado na educação; tratava-se de um atendimento social, com cuidados médicos e nutricional, higiênicos e de proteção (KUHLMANN JR., 2015).

Na década de 1960, houve a criação da instituição Creche e Lar Santa Rosa, inaugurada em 19 de junho de 1963, em Corumbá, um importante acontecimento para a cidade (ARRUDA, 2011). Esta instituição teve como propósito apenas a assistência, sua existência era vista pela sociedade como um favor prestado e um ato de caridade da elite e não como um direito de todo o cidadão (SILVA; SOUZA; HOLANDA, 2009). Dessa maneira, somos levadas a afirmar que os movimentos para a implantação da educação pré-escolar surgiram no estado de Mato Grosso somente na década de 1970.

Essas movimentações resultaram na implantação da chamada “Casa-Escola Infantil do Bom Senso”, por meio do Decreto nº 2328, de novembro de 1974, assinado por José Manoel Fontanillas Fragelli, então Governador do Estado de Mato Grosso, e teve abrangência nos municípios de Cuiabá, Campo Grande, Três Lagoas, Corumbá, Aquidauana e Dourados (SANTOS, R., 2015). Como proposta pedagógica, as escolas vinculadas a esse projeto utilizavam uma metodologia montessoriana²⁶, tendo como características marcantes um mobiliário e espaço físico adequado para as crianças, e uma constante preocupação com a formação das professoras, que participavam de cursos oferecidos pela Organização Brasileira de Atividades Pedagógicas do Rio de Janeiro (OBRAPE), cujo responsáveis eram docentes filiados à Associação Montessori Internacional (SILVA; ROSA, 2001; SARAT; SILVA, 2015).

²⁶ “Método elaborado pela médica e educadora italiana Maria Montessori (1870-1952) no início do século XX e que se propagou no mundo” (SILVA; ROSA, 2001, p. 237).

O projeto das “Casa-Escola Infantil do Bom Senso”, para Santos, R. (2015), pode ser considerado, entre as ações filantrópicas, confessionais e privadas, um avanço para a educação pré-escolar, se configurando como o primeiro movimento com iniciativa pública no estado. Tais instituições se tornaram muito bem vistas pela sociedade da época, pois tinham uma proposta educacional inovadora enquanto uma escola pública, e, dessa maneira, passaram a ser disputadas e valorizadas por famílias mais privilegiadas das camadas alta e média da sociedade.

Aos poucos, o projeto foi chegando ao seu fim, pois o governo do Mato Grosso estava começando a cortar os gastos, inclusive reduzindo cada vez mais o quadro de funcionários, como afirmam Silva e Rosa (2001):

A duração do projeto Casa-Escola Infantil do Bom Senso não foi a mesma em várias unidades; o projeto não teve um fim único, aos poucos foi perdendo as características originais. O governo do Estado, alegando contenção de gastos, foi diminuindo o número de pessoal nas escolas [...]. As professoras que entravam não tinham mais recursos, portanto não sabiam trabalhar com a metodologia; não havia mais o acompanhamento do trabalho por parte da Secretaria. (SILVA; ROSA, 2001, p. 248).

Ainda sobre a década de 1970, Silva, A. S. (1997, p. 82) expõe que a legislação existente no Mato Grosso Uno, referente à educação escolar, era “inexpressiva e fragmentada”. A autora relata a criação do Fundo de Assistência de Mato Grosso do Sul (FASUL) pela Lei nº 37, de 12 de dezembro de 1979, no governo de Marcelo Miranda Soares, impulsionada pelo envolvimento da primeira dama Mariita Soares, e contava com a atuação de três assistentes sociais.

[...] o FASUL, deveria atender as crianças, as mães, os deficientes, as gestantes, o movimento popular, as associações de moradores, além de favorecer o acesso aos serviços de médico, hospitalar e odontológico. Pela abrangência dos projetos, pode-se concluir que não existia preocupação nenhuma com a sua execução. Os projetos de assistência social são elaborados da maneira mais vaga possível e seus usuários podem ser “todos e ninguém”. (SILVA, A. S., 1997, p. 64).

Segundo Silva, A. S., (1997), este órgão, desde a sua criação, possuía uma função assistencialista, entretanto, as suas ações se desenharam ao longo do tempo, sendo de cunho político e voltadas ao interesse dos governadores, trabalho que envolvia as suas esposas. Desta forma, a assistência e a preocupação em realizar um trabalho social ficava de lado, não sendo uma prioridade. Destacamos ainda, que posteriormente foi criada a Secretaria Estadual de Assistência Social (SASC), composta por quatro diretorias, denominadas: diretoria do desenvolvimento infanto-juvenil, diretoria de desenvolvimento de recursos humanos, de desenvolvimento comunitário e de desenvolvimento social (RODRIGUES, 2019).

Conforme relata Yamin (2001), no Mato Grosso do Sul, entre a década de 1980 e 1990, foram desenvolvidos projetos tendo a proposta de atendimento à infância, como: Programa de Atendimento ao Pré-escolar (PROAPE); Programa de Educação Pré-escolar (PROEPRE). No âmbito assistencial podemos citar ainda: Projetos Creches Casulo; Creches Comunitárias do FASUL e Creches Domiciliares (ARRUDA, 2011).

O PROAPE foi criado em 1980, através da Deliberação 96 do CEE/MS, de 1981, e substituiu a “Casa- Escola O Infantil do Bom Senso”, que tinha uma proposta assistencialista e preparatória. Tal Programa se caracterizou por fazer uso de metodologias de baixo custo, porquanto realizado em ambientes da comunidade e não propriamente escolares, e visava oferecer vagas às crianças de 4 a 6 anos. Contava com o auxílio das mães para a sua execução, na limpeza dos ambientes e no preparo das refeições, e buscava envolver e responsabilizar as famílias nas atividades e também em relação a questão social (YAMIN, 2001).

O programa enfatizava o caráter recreativo e nutricional e tinha como proposta, aproveitar espaços “ociosos”, como o pátio das escolas, galpões das Igrejas ou de associações de moradores e outros, para reunir crianças em idade pré-escolar por um período de 3 ou 4 horas, onde recebiam alimentação e desenvolveriam atividades lúdicas com uma professora, uma monitora e a ajuda de algumas mães das crianças. (SILVA, A. S., 1997, p. 85-86).

Desse modo, conforme aponta Yamin (2001), o PROAPE almejava o desenvolvimento da criança pequena de maneira biopsicossocial, com atividades sociais, promovendo o seu equilíbrio emocional e o seu aprimoramento físico-motor. O professor, para fazer parte do programa, precisava desenvolver diversas atividades, desde o treinamento dos voluntários, coordenação, supervisão, diálogo com os pais sobre o cotidiano das atividades, socialização dos alunos, proporcionar o desenvolvimento de hábitos de higiene, auxílio na alimentação que era ofertada às crianças (YAMIN, 2001).

Alguns problemas surgiram no desenvolvimento do PROAPE no decorrer de sua execução, dentre eles, o alto índice de reprovação das crianças, chegando a atingir 50% em 1981. Assim, o programa foi gradativamente extinto. “Em 1986, a Secretaria Estadual de Educação, diante dos resultados de evasão e, atendendo a solicitações de professores e coordenadores, iniciou a reestruturação da pré-escola, evitando a sua expansão, ocasionando a extinção gradativa do PROAPE” (YAMIN, 2001, p. 74).

O MEC, neste contexto, implantou o PROEPRE. Antes de chegar ao Mato Grosso do Sul, este programa teve uma primeira etapa que abrangeu o Distrito Federal e os Estados de Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro. Posteriormente, devido a seu êxito, foi expandido

para abarcar mais Estados: Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Sergipe. Em meados de 1984, localizado na capital do Estado, Campo Grande, o programa teve a sua fundação (SILVA, 1997, p. 89).

Conforme expõe Yamin (2001, p. 76), o PROEPRE apresentava uma proposta com influências de uma concepção piagetiana, onde o professor deveria atingir “[...] o desenvolvimento global e harmonioso do aluno nos seus aspectos cognitivo, afetivo e perceptivo-motor, apresentando uma proposta educacional”. Esses objetivos se contrapunham aos anteriormente almejados para a pré-escola. Nesse programa, o educador deveria estimular a criança a participar das atividades para que o conhecimento fosse construído de maneira conjunta, para tanto, deveria criar um ambiente propício para tornar possível essa construção. Nas palavras de Yamin (2001),

[...] a educação pré-escolar proposta pelo PROEPRE objetivou, através do referencial piagetiano, contribuir para o desenvolvimento cognitivo do aluno, formando os pré-requisitos necessários à escolaridade posterior. Diante da concepção de que a aprendizagem deveria ser adequada às estruturas psíquicas, o aluno era estimulado, através de atividades padronizadas, a fazer suas “próprias descobertas”. (YAMIN, 2001, p. 82-83).

No Mato Grosso do Sul, foram realizados cursos de formação para o referido Programa, ofertados pela Secretaria de Educação. Entretanto, esse treinamento abrangia somente professoras e técnicos da capital, além disso, a aprendizagem dos pressupostos teóricos da teoria piagetiana em um curto período de tempo complicava a sua assimilação, os professores não possuíam tempo disponível para estudo e aperfeiçoamento. Tratava-se, conforme ressalta Silva (1997), de um programa pronto e formatado em São Paulo, que foi comprado pelo MEC, e implantado sem o cuidado de pensar na sua adaptação aos demais estados.

Em relação à assistência, o governo do estado atuava através de convênios com a FUNABEM e a LBA e da OMEP de cunho privado. Estabelecidos esses convênios, através deles havia a transmissão de verbas, movimentação de profissionais, amparo técnico e estrutural. “Os convênios são firmados, também, entre as secretarias estaduais e entidades filantrópicas de caráter privado, responsáveis pela manutenção de grande parte das creches” (SILVA, 1997, p. 110).

Dessa forma, o “Projeto Casulo” chegou ao Mato Grosso do Sul por volta de 1979, e foi desenvolvido através de convênios entre a Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e as prefeituras municipais. O projeto objetivava atender às crianças de 3 aos 6 anos de idade, propiciar cuidados na área da saúde, e alimentação,

além de realizar atividades recreativas e educacionais. No entanto, acabou abarcando mais o atendimento a educação pré-escolar e não priorizando o atendimento integral das crianças nas creches, como proposto inicialmente. Assim, nesse caso, o convênio com a LBA e o MS acabou dificultando a expansão das creches para o atendimento às crianças de 0 a 3 anos, que no estado era ainda muito restrito (SILVA, 1997, p. 118).

Em uma pesquisa intitulada “História do Clube de Mães e as origens do atendimento à criança pequena em Naviraí/MS (1974 – 1990)”, Rodrigues (2019) aponta que um dos objetivos do Projeto Casulo era o atendimento às crianças para que as mães tivessem a possibilidade de trabalhar no tempo livre, para aumentar a renda da família. Tal projeto foi implementado no município de Naviraí-MS, onde “[...] o departamento do Projeto Casulo foi criado em 1979 no Clube de Mães atendendo a 50 crianças de 4 e 5 anos” (RODRIGUES, 2019, p. 89). Segundo a autora, o Clube de Mães, por meio do Projeto Casulo, realizou o atendimento de diversas crianças, propiciando o desenvolvimento nos aspectos do cuidado, da saúde e alimentação, apesar de não contar com profissionais com formação específica para tal função.

Em 1983 surgiram as “Creches Comunitárias” do FASUL, por meio da elaboração de um documento denominado “Creches Comunitárias: estrutura, organização e funcionamento”, cujo objetivo apresentado era o redirecionamento do trabalho das creches, baseando-se no conceito de “educação compensatória”. Objetivava, assim, o atendimento às crianças carentes, na faixa etária de 0 a 6 anos e 11 meses, para possibilitar o trabalho feminino.

Assim, as creches são pensadas a partir da necessidade da mãe que trabalha fora, e não como um direito da criança de frequentar um equipamento educativo. E mais ainda: o trabalho da mulher e o acesso à creche estão diretamente associado à “pobreza” e “carência”, o direito à educação, saúde e nutrição das crianças é expresso como um favor do governo, dos profissionais que ali trabalham e, em última instância, das classes dominantes. O assistencialismo e o paternalismo são a base desse tipo de projeto. (SILVA, 1997, p. 119).

Com base em Silva (1997), evidenciamos que a criação das creches esteve relacionada à questão da pobreza, e o atendimento à criança pobre visou atender somente às necessidades físicas, de guarda, e nutricionais. Destarte, o olhar da população para essas instituições era de gratidão por um serviço prestado pelo governo, pois a percepção da educação como um direito ainda não existia.

O projeto “Creches Domiciliares” foi criado nessa mesma conjuntura tendo em vista a necessidade de um amparo assistencial. No Mato Grosso do Sul, foi implantado nas cidades de Aquidauana, Três Lagoas e Campo Grande, e desenvolvido pela OMEP. As creches eram “[...] concebidas como uma opção para atender crianças de 0 a 6 anos de idade, pois, devido à

ausência de creches na maioria dos bairros, as mães que trabalhavam fora do lar organizavam-se e revezavam-se no cuidado com as crianças” (ARRUDA, 2011, p. 61).

As “Creches Domiciliares” resultaram de um movimento de luta das camadas populares que visavam suprir a necessidade do atendimento às crianças, assim como consistiu numa forma de apelo ao poder público, para que houvesse a construção e manutenção de creches públicas. Essa iniciativa foi adotada por diversas secretarias estaduais e de promoção social, objetivando a ampliação do número de crianças atendidas, pois tratava-se de uma iniciativa de baixo custo. Silva (1997, p. 113) relata que “[...] o projeto previa que uma moradora do bairro ficasse com algumas crianças, em sua casa, durante o período de trabalho das mães”.

No decorrer do funcionamento das “Creches Domiciliares” foram tecidas diversas críticas sobre o seu modo de funcionamento, sobretudo quanto ao número excessivo de crianças e à falta de infraestrutura do local em que as mesmas eram atendidas. Silva, A. S. (1997) ressalta a questão profissional, pois não havia nenhum tipo de formação e preparo para a “mãe-crecheira”, nem embasamento teórico que respaldasse prática e atendimento de qualidade.

A proposta das creches domiciliares é mais uma das formas que o poder público encontrou para não se responsabilizar diretamente com a construção e nem com a manutenção de creches públicas. O Estado apropria-se de uma idéia oriunda das classes populares e transforma aquilo que era paliativo e emergencial numa proposta oficial e sistematizada, sem ao menos garantir uma melhoria das condições de atendimento. (SILVA, A. S., 1997, p. 114-115).

Conforme as análises realizadas por Silva (1997), todos os programas criados possuíam semelhanças entre si, e a concepção que a creche seria um local onde as crianças pobres poderiam ficar enquanto as suas mães trabalhavam foi presente durante esse período. Por isso, não se mostrava necessária a preocupação com a formação do profissional atuante na creche, nem mesmo com o trabalho pedagógico. Assim, “[...] os órgãos responsáveis pela política da creche não explicitam em nenhum momento qual seria o trabalho pedagógico a ser desenvolvido por essas profissionais, nem tão pouco surgem alternativas de formação para as professoras” (SILVA, 1997, p. 124).

Podemos observar que tal perspectiva inscrevia-se em vários outros lugares pelo país, inclusive em Mato Grosso do Sul, conforme apresentado por Montiel (2019), que investigou o processo de transição do atendimento dos profissionais atuantes no município de Naviraí, na gerência de assistência social, entre o período de 1995 e 2005. Nesse sentido, a autora expõe que a educação da criança pequena no município “[...] esteve vinculada a um atendimento centrado em atividades básicas de cuidado, com uma proposta pedagógica para a submissão e

aceitação da condição do atendimento às crianças pobres e necessitadas de assistência” (MONTIEL, 2019, p. 160), expressando a necessidade de formação dos quadros para essa faixa etária e de como andava o atendimento sob tal perspectiva dos profissionais.

Na década de 1990, começaram a ocorrer algumas mudanças sobre o atendimento escolar, por efeito da promulgação da Constituição de 1988, na qual já constava uma Proposta Pedagógica. Assim surgiram “[...] as *Diretrizes Gerais para o Ensino do Pré-Escolar e de 1º grau/dezembro de 1989*, que sofreu alterações em 1992, gerando uma nova proposta: *as Diretrizes Curriculares. Uma proposta de Educação para o MS- Pré-escolar*” (YAMIN, 2001, p. 87, grifos da autora). Tal proposta apresentava uma concepção piagetiana, segundo a qual a criança deveria construir o seu próprio conhecimento, tornando-as pessoas críticas e autônomas. O professor deveria trabalhar e direcionar seus conteúdos, através de temas integrados, propiciando um ambiente facilitador para esse desenvolvimento (YAMIN, 2001).

2.3 Assistência à Educação: contexto histórico em Dourados-MT/MS

Chegamos a Dourados-MT/MS, cidade palco da história da instituição *Lar Santa Rita*. Objetivamos, nesta seção, apresentar alguns dados históricos sobre a trajetória da cidade, sua evolução como município, sobretudo em relação ao atendimento e assistência à infância.

Nas primeiras décadas do século XX, as instituições educativas e de assistência à infância eram inexistentes em Dourados, sendo, portanto, a educação escolar promovida informalmente, como explicita Monteiro (2021):

A história da educação de Dourados nas primeiras décadas do século XX é pautada pela escolarização informal, realizada pelas famílias, ora nas escolas de improviso ou por professores viajantes que esporadicamente apareciam na região para ensinar as crianças da zona rural, percorrendo as fazendas a cavalo para levar a instrução nos diversos recônditos da região. (MONTEIRO, 2021, p. 147).

Brazil e Mancini (2012, p. 127) apontam que, na década de 1930, o ensino se constituía de “[...] de turmas mistas, cujas atividades desenvolviam-se nas residências dos próprios professores, sem dispor de verbas públicas para cobrir despesas dos alunos com material didático”. Assim, em Dourados, a educação escolar desenvolveu-se lentamente, fato motivado, segundo Furtado e Marques (2013), por aspectos como a considerável distância entre o município e a capital Cuiabá, a expansão territorial do estado e a falta de meios para locomoção.

Em 1929, instalou-se em Dourados a Missão Evangélica Caiuá, uma iniciativa religiosa dos missionários da Missão Leste do Brasil. Com a pretensão de disseminar o ensino, em 6 de

abril de 1939, houve a criação da primeira instituição escolar do município, a Escola Presbiteriana Erasmo Braga, de caráter confessional protestante e particular, que marcou a história local por primeiramente ofertar vagas apenas para o ensino primário. Esta escola funcionou até 1960 anexa à Igreja Presbiteriana de Dourados (SANTOS, R., 2015).

Cumprir destacar que a colonização do Mato Grosso (Uno), e conseqüentemente a de Dourados, está intrinsecamente ligada à história agrária que movimentou o processo de colonização no estado, diversos movimentos de colonização que envolviam tanto indígenas quanto não-índios (MONTEIRO, 2021). Getúlio Vargas, em seu governo, impulsionou e incentivou a criação de políticas que favoreciam a ocupação de terras, tendo em vista a pretensão do desenvolvimento agrário da região. Com isto, “[...] pretendia-se desenvolver regiões urbanas e industriais, para qual, tornava-se necessário integrar o interior do país à economia nacional” (SANTANA JÚNIOR, 2009, p. 4). Inicialmente, as terras dessa região eram habitadas por índios Guaranis e egressos da Guerra do Paraguai.

No Governo Vargas, foram criadas novas estratégias visando o desenvolvimento da região, dentre as quais destacam-se a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), oficializada pelo Decreto de Lei Federal 5.941, de 28 de outubro de 1943. Segundo Monteiro (2021, p. 103), por causa da CAND, diversos imigrantes foram atraídos para a cidade, brasileiros, estrangeiros e japoneses que objetivavam o plantio nas terras fornecidas. A Figura 11, datada de 1943, mostra a sede da CAND, cuja construção era de madeira, contendo janelas feitas com o mesmo material, e, ao lado da porta de entrada, há dois homens, possivelmente colonos e colaboradores da Colônia.

Figura 11 – Sede da Colônia Nacional Agrícola de Dourados (1943)



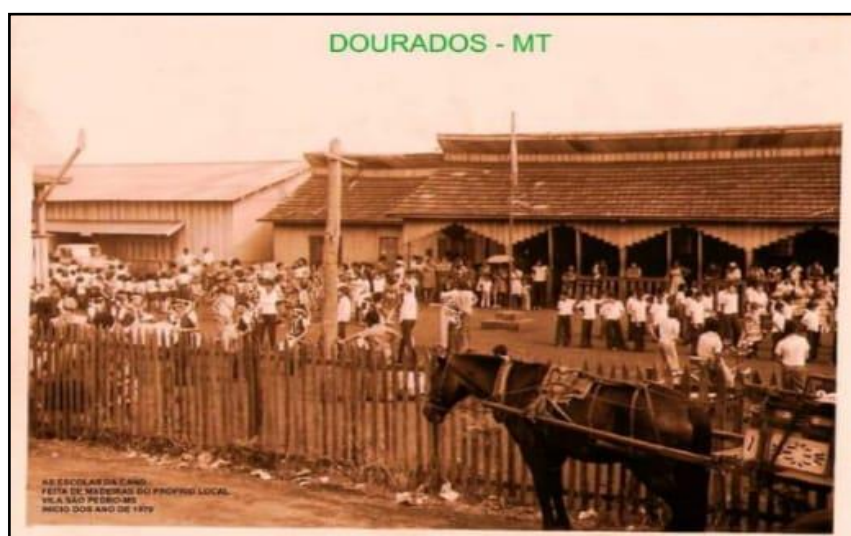
Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados

Real (2000) aponta que a CAND está ligada à gênese do surgimento das instituições no município, pois, a partir desse intenso processo de crescimento demográfico, a necessidade de criação das instituições escolares surgiu visando o atendimento à infância. A autora cita o Regulamento da Colônia Municipal de Dourados²⁷, que previa tais iniciativas dado o aumento populacional. Tais instituições foram então criadas no município, tendo sido consideradas, através do decreto, função do Estado, e a presença dos filhos dos colonos, obrigatória. Importa destacarmos, de acordo com Arakaki (2011), a visão do colono em relação à CAND:

O colono, como toda sua família, era petebista por simpatia a Getúlio Vargas. Na opinião deles, Vargas pensou nos pobres ao implantar a Colônia Federal, que tinha sido muito bom para os pobres a quem tinha distribuído terra. A perseguição política praticada contra os petebistas vinha, sobretudo, de partidários da UDN. Perciliano Bueno Cavalheiro, cartorário em Dourados desde 1959, conta que foi preso por dar “vivas ao Brizola”. (ARAKAKI, 2011, p. 8).

A Figura 12 mostra uma escola da CAND, localizada na Vila São Pedro, no início da década de 1970. O registro fotográfico revela que a escola foi construída com madeira, e a sua estrutura possuía uma fachada com o estilo tradicional da época. Também indica a quantidade considerável de crianças atendidas, todas dispostas no pátio. Possivelmente tratava-se de alguma festividade, pois há uma banda musical composta por pessoas uniformizadas, assim também vestidas os/as demais estudantes. Logo em frente e próximo a uma cerca de madeira, há uma carroça, muito utilizada para o deslocamento na época. De acordo com Amaral (2005), a Igreja Católica estava presente nestas instituições da Colônia, eram ministradas aulas de catequese, realizadas missas e alguns sacramentos.

²⁷ O Regulamento da Colônia Municipal de Dourados tem redação dada pelo Decreto 70, da Prefeitura Municipal, de 9 de outubro de 1946 (REAL, 2000, p. 101).

Figura 12 – Escola da Colônia Agrícola Nacional de Dourados²⁸ (1970)

Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados

Em relação às instituições escolares instaladas em Dourados-MT, apresentamos o Quadro 6, adaptado de Lima (2010), que apresenta um panorama do período de 1930 a 1950.

Quadro 6– Instituições escolares em Dourados-MT entre as décadas de 1930 e 1950

Instituições	Ano de Instalação	Nível	Natureza	Origem	Regime de Ensino
Erasmus Braga	1939	Ensino Primário	Privada	Confessional Protestante	Escola Mista
Joaquim Murtinho	1947	Ensino Primário	Pública	Não Confessional	Escola Mista
Oswaldo Cruz	1954	Ensino Primário/ Secundário	Privada	Não Confessional	Escola Mista
Patronato de Menores	1954	Ensino Primário	Privada	Confessional Católica	Escola Mista
Escola Imaculada Conceição	1956	Ensino Primário/ Secundário	Privada	Confessional Católica	Educação Feminina (Em regime de internato e externato)
Escola Agrícola Dom Bosco	1956	Preparação Prática para o trato agrícola	Privada	Confessional Católica	Educação Masculina (Em regime de internato)
Escola Estadual Presidente Vargas	1958	Ensino Secundário	Pública	Não Confessional	Escola Mista

Fonte: Adaptado de Lima (2010)

Destarte, o desenvolvimento de Dourados foi pautado pelo surgimento de instituições confessionais, públicas e privadas. Segundo Santini (2011), a partir da década de 1950, houve mudanças em relação à escolarização do município, cuja população neste ano chegou ao

²⁸ Segundo membros da página da Comissão de Revisão Histórica de Dourados, esta escola localizava-se na Cooperativa, hoje atual Vila São Pedro, em Dourados, e denominava-se “Escola Reunidas São Pedro”.

número de 22.843 habitantes. Porém, o crescimento populacional urbano ocorreu lentamente. Em 1950, a população rural ainda representava um maior número, pois a CAND objetivava o crescimento agrícola da região, através do plantio e a ocupação de terras (SANTOS, R. 2015).

Em 1954, houve a inauguração do prédio do Patronato de Menores, que posteriormente teve o seu nome alterado para Educandário Santo Antônio, uma instituição católica e particular, que ofertava o ensino primário. “O Patronato de Menores de Dourados – Ação Social Franciscana foi a primeira instituição escolar católica que os Franciscanos conseguiram consolidar institucionalmente no município” (MONTEIRO, 2021, p. 153).

Posteriormente, em 9 de fevereiro de 1955, mais uma instituição de ensino de caráter confessional e católico foi fundada, o Instituto Educacional de Dourados, hoje Escola Franciscana Imaculada Conceição, mantendo-se em pleno funcionamento. A instituição foi fundada por irmãs franciscanas oriundas do Rio Grande do Sul, e, seguindo uma tendência difundida entre as instituições da região, apresentava uma proposta pedagógica embasada no método montessoriano²⁹, implantado na escola no ano de 1970 (SARAT, 2016).

Outras instituições foram localizadas em relação à história da infância em Dourados. De acordo a pesquisa de Santos (2015, p. 63), houve a criação da Casa Escola O Infantil do Bom Senso (1973-1986), da Escolinha Tia Themis e do Centro Educacional Dona Menodora. Até o momento, não há pesquisas sobre as duas últimas, instituições que, portanto, merecem ser investigadas a fim de se contribuir para a historiografia da infância e da educação do município.

De acordo com Real (2000), esse contexto originou o movimento para as primeiras fundações de instituições educativas em Dourados. A autora destaca que, principalmente entre os períodos de 1960/1970 e 1970/1980, o município cresceu rapidamente, surgindo, assim, a necessidade da criação de entidades que amparassem a infância. Em 1960, a população urbana e rural totalizava 84.955 habitantes, já em 1968, passou para 148.980 habitantes, um crescimento significativo em um curto período (MONTEIRO, 2021). A seguir, no Quadro 7, resultado da pesquisa feita por Real (2000), estão descritas as entidades filantrópicas criadas nas décadas de 1960 e 1980, por efeito dessa necessidade, e que visavam o amparo à infância.

²⁹ O espaço da escola era organizado e adequado conforme o projeto de uma educação independente, livre e individualizada. Assim, todo material, mesas, cadeiras, armários, materiais pedagógicos, brinquedos, bem como arquitetura, representada por salas, janelas, portas, banheiros, acompanhavam o conceito montessoriano – ser de tamanhos apropriados às crianças (SARAT, 2016, p. 176-177).

Quadro 7 – Entidades filantrópicas de atendimento à infância, em Dourados-MT/MS

Nº	Nome da Instituição	Regime de Atendimento	Entidade Mantenedora	Nº de crianças atendidas	Data de fundação
1	Lar Santa Rita de Cássia	Semi-internato	³⁰ -	50	12/11/1965
2	Creche Lar André Luiz e Pavilhão da Sopa	Integral	Centro Espírita André Luiz	60	28/12/1980
3	Creche São Francisco	Integral	Igreja São Francisco	60	15/03/1983
4	Creche Recanto da Criança	Integral	³¹ -	60	10/06/1984
5	Creche Recanto Raízes	Fechou em dezembro de 1997 – falta de verbas			
6	Creche Pingo d'Água	Criada em 3.10.90 e desativada, provavelmente em 1993.			

Fonte: Adaptado de Real (2000)

Ressaltamos que tal cenário refere-se ao recorte tempo da investigação da autora, no período de 1988 a 1998. Assim, o objetivo com a fundação dessas instituições, conforme aponta a autora, era a retirada das crianças das ruas, e o atendimento as mesmas enquanto as mães trabalhassem, tendo como foco principal a realização de cuidados assistenciais, de higiene e alimentação, não dispo de profissionais qualificados (REAL, 2000). A população de Dourados enfrentava um intenso quadro de pobreza, devido ao grande crescimento populacional e à falta de estrutura adequada, como aponta Monteiro (2021, p. 108): “[...] as dificuldades enfrentadas pelas famílias eram inúmeras, desde a falta de moradia, transporte, saneamento básico, atendimentos de saúde, acesso a escolas...”. Tais instituições foram criadas em meio a esse contexto, e, para que pudessem se manter, contavam com o trabalho voluntário, doações de membros da sociedade civil e realização de eventos para a captação de recursos.

As fontes impressas da época expressavam essa realidade e necessidade da população, o número de crianças abandonadas crescia diariamente. Podemos observar tal situação na edição de 24 de novembro de 1957, do Jornal O Progresso, que solicita amparo ao governo:

Dourados precisa de um reformatório. Com a sua população crescendo dia a dia, cresce também o número de *menores desamparados*. É preciso que os governos as amparem enquanto há tempo para que ainda possam ser *uteis* à Pátria (O PROGRESSO, 24/11/1957, p.1, sic, grifo nosso).

³⁰ Nos primeiros anos de fundação, em sua primeira gestão, o Lar Santa Rita de Cássia não possuía nenhuma mantenedora. Conforme o acervo institucional, a partir de 1982, na sua segunda Gestão, o Lar passou a ser mantido pela Loja Maçônica de Dourados. Demais detalhes veremos no próximo capítulo.

³¹ A creche Recanto da Criança, a partir de abril de 1998, passou a ser mantida integralmente pela prefeitura Municipal de Dourados, ligada à PRO-SOCIAL (REAL, 2000, p. 88).

Os apontamentos feitos da notícia fazem parte do contexto vivenciado pela população de Dourados no período.

Se neste capítulo apresentamos uma contextualização da história da assistência e do atendimento à infância no Brasil, no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, finalizando com um panorama sobre o município de Dourados/MT-MS e seus aspectos quanto ao atendimento à criança pequena, no próximo, tratamos de um dos “efeitos” desse contexto, a saber, a fundação do *Lar Santa Rita*, primeira instituição de assistência criada no município.

3 O LAR SANTA RITA: HISTÓRIA E TRAJETÓRIA

Neste capítulo, a partir da extensão documentação localizada, narramos e analisamos a fundação e a trajetória do *Lar Santa Rita*, situado em Dourados, tratando especificamente sobre sua finalidade e aspectos da organização da primeira gestão diretiva, ocorrida entre os anos de 1965 e 1982. Tratamos sobre as mudanças da instituição em seus primeiros anos, modificações do espaço físico, seu estatuto institucional, assim como apresentamos algumas fontes iconográficas que contam a história da instituição no contexto do recorte temporal delimitado.

No entanto, de acordo com o volume de documentação da investigação, optamos por dividir este capítulo em dois momentos, considerando como a entidade estruturou-se desde a sua fundação e manteve-se pautada em estratégias para o seu funcionamento, com a organização de festas e celebrações envolvendo a comunidade. Também analisamos quais infâncias estavam presentes no *Lar* e por quê a população recorria ao atendimento ofertado por essa instituição. Por fim, problematizamos as perspectivas da comunidade sobre o *Lar Santa Rita*, sua participação e motivações para tal, ou seja, como os munícipes de Dourados percebiam a entidade, olhar que se projetava na documentação institucional e jornais locais.

3.1 A instituição: fundação, instalação e os primeiros anos

O *Lar Santa Rita* foi fundado na cidade de Dourados, em Mato Grosso (Uno), que se encontrava em um processo intenso de crescimento demográfico, conforme abordamos no capítulo anterior. Devido à CAND, muitas pessoas chegavam à cidade e não encontravam estrutura adequada para instalação e moradia. Por conseguinte, o número de crianças aumentou significativamente, e não havia instituições para atendê-las, tampouco políticas públicas visando seu amparo e assistência. Segundo Gressler e Swensson (1988), na década de 1960, crescia também a pobreza da população e o número de crianças abandonadas:

Nesta época mulheres de toda a região apareciam a fazer queixa ao Juiz de Direito de abandono... e iam deixando os filhos em sua porta, pois estavam a morrer de fome. Em 1º de novembro de 1965, o Juiz Rafael, com 5 crianças abrigadas em sua casa, saía, a pé, de casa em casa, convocando senhoras e senhoritas para uma reunião no Fórum; aquela tarde, após exposta a situação, foi escolhida uma diretoria provisória, a fim de que desse início à entidade. (GRESSLER; SWENSSON, 1988, p. 156).

A história do *Lar Santa Rita* tem sua gênese nesse movimento, onde o juiz de direito da época, Rafael Arcanjo de Arruda, convocou uma Assembleia Geral no dia 12 de novembro de

1965, no Fórum da Comarca de Dourados, objetivando a criação de uma instituição para abrigar os menores abandonados. Nessa reunião compareceram senhoras, ditas damas da caridade e que faziam parte da elite douradense, filantropos e juristas, totalizando o número de 19 pessoas, conforme assinaturas ao final da Ata. A eleição da diretoria da entidade ocorreu por votação, sendo empossados como componentes da primeira direção: Presidente, Geni Ferreira Milan; Vice-Presidente, Maria de Lourdes da Cruz e Souza; 1.^a Secretária, Ymera Fedrizzi; 2.^a Secretária, Maria Floreza Pessôa Carneiro; 1.^a Tesoureira, Afife Bussuan e 2.^a Tesoureira, Filomena Guimarães Gomes (HISTÓRICO..., 2005, p. 6). Ao final da reunião, ficou instituída a primeira razão social da instituição, “Abrigo de Menores Necessitados de Dourados”. Na Figura 13, identificamos o juiz Rafael Arcanjo de Arruda, que presidiu a reunião de fundação da entidade, e sua esposa, Marione Figueiredo Arruda. Já na Figura 14, identificamos Geni Ferreira Milan, eleita a primeira presidente do *Lar Santa Rita*.

Figura 13 – Rafael Arcanjo de Arruda e sua esposa Marione Figueiredo Arruda



Fonte: Dourados, recantos e histórias (Facebook, 2022)

Figura 14 – Mahiba Rasslan Franco, Milton Sá Santos e Geni F. Milan (1960)



Fonte: Revista Dourados: sua história em fotografia

A edição de 24 de novembro de 1965, do jornal O Progresso, comunicou a fundação da instituição e exaltou tal iniciativa e o objetivo do Abrigo: permitir “[...] os *menores abandonados*, receberem uma proteção mais segura, mais condizente com suas necessidades, retirando-os das ruas e da escola do *vício*” (O PROGRESSO, 24/11/1965, p.1, grifo nosso³²). Enfatizamos que, em seu início, a entidade acolhia crianças desde recém-nascidas até aquelas com 12 anos de idade. Ainda no mesmo impresso, o trabalho do juiz de direito, Rafael Arcanjo de Arruda, muito prestigiado na época, foi enfatizado. A notícia publicada na edição de 27 de novembro de 1965 comentou a reunião ocorrida que originou o *Lar*.

Todos os douradenses devem apoiar esta Entidade de alto fim filantrópico, para que muito breve deixemos de ver perambulando pelas ruas tantas crianças maltrapilhas e opiladas, ao Deus dará; pois, se Deus quiser, essas crianças terão uma casa onde obterão toda a assistência adequada, onde poderão frequentar as aulas, onde, enfim, aprenderão a tornarem-se *úteis* a elas mesmas e à sociedade. (O PROGRESSO, 27/11/1965, p. 6, grifo nosso, sic).

Podemos observar, a partir destes trechos, como a infância pobre era vista na imprensa local, associada à filantropia, onde havia a preocupação em retirar as crianças abandonadas das ruas e do vício. Ela era identificada como trombadinha, menor infrator, reproduzindo-se, assim, uma concepção de pobreza (KUHLMANN JR., 2015, p. 27). Nesse sentido, a infância era percebida sob uma perspectiva utilitarista, que esteve presente no Brasil nas primeiras décadas do século XX, e foi disseminada pelos impressos locais.

O *Lar Santa Rita* foi fundado em endereço provisório, no edifício do Fórum local. Segundo a Ata da segunda reunião, ocorrida no dia 21 de novembro de 1965, decidiu-se enviar um requerimento à prefeitura municipal para solicitar o prédio onde funcionava o antigo Posto de Puericultura³³ da cidade, que estava abandonado e sem uso. Assim, pouco tempo depois, o prefeito da época, Napoleão Francisco de Souza³⁴, cedeu o terreno para a entidade.

A inauguração oficial da instituição ocorreu no dia 27 de agosto de 1966, já no terreno cedido, na Rua Espírito Santo³⁵. Em sua inauguração, o *Lar* possuía dois pavilhões doados pelo Sr. Antônio Moraes dos Santos. Conforme a Ata disposta nas Figuras 15 e 16, estavam presentes na inauguração: Rafael Arcanjo de Arruda (juiz), Napoleão Francisco de Souza (prefeito), a

³² Nas transcrições de jornais e outros documentos históricos, mantivemos a grafia original.

³³ A Puericultura era considerada como a ciência da família, em colaboração da mãe e do médico, do amor materno esclarecido pela ciência (KUHLMANN JR., 2015, p. 91).

³⁴ Napoleão Francisco de Souza foi prefeito de Dourados entre 1962 e 1967. Estava no comando da cidade na ocasião do Golpe Militar de 1964. Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/noticias/nossa-historia-ja-ouviu-falar-em-napoleao-francisco-de-souza-937c08045/371862/>. Acesso em: 7 maio 2022.

³⁵ A rua Espírito Santo hoje denomina-se Toshinobu Katayama.

diretoria da entidade, Medina (advogado), Italo Giordano (juiz). Inicialmente, o *Lar* acolhia seis crianças: “[...] A presidente Da. Geny Milan, depois de breves palavras, fez uma demonstração juntamente com seu marido, das contas e despesas do Abrigo, e leu uma relação de crianças em nº de seis” (ATA/Livro 01, Inauguração do Lar Santa Rita de Cássia, 27/08/1966, p. 17-18).

Figura 15 – Ata de Inauguração – 2ª Página

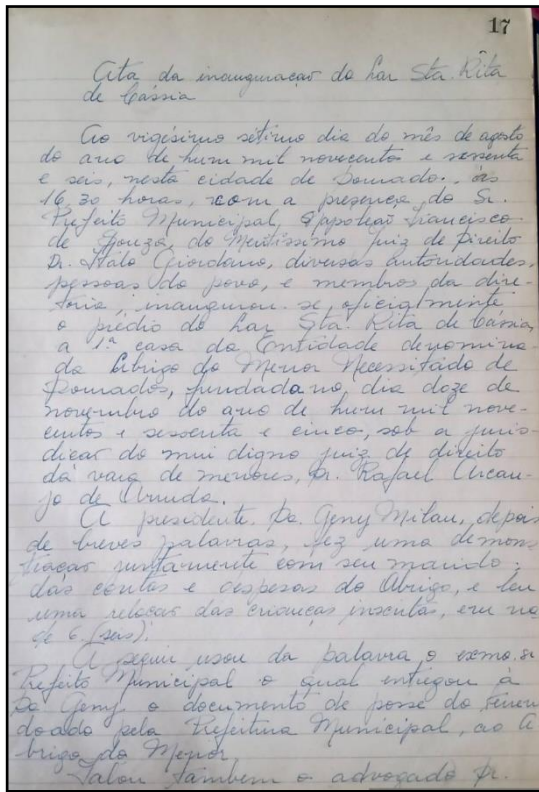
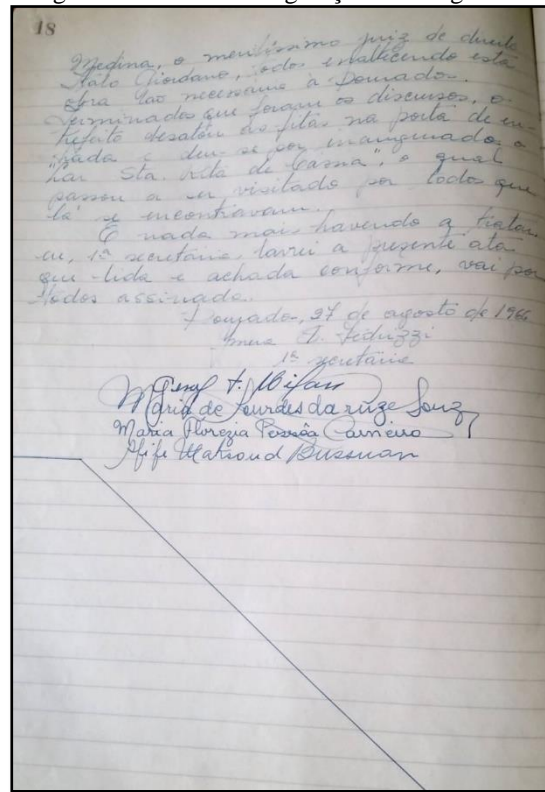


Figura 16 – Ata de Inauguração – 1ª Página



Fonte: Acervo institucional do Lar Santa Rita/Dourados-MS

Noticiada no jornal *O Progresso*, na edição do dia 3 de setembro de 1966, a fundação do *Lar Santa Rita* foi enfatizada e a população douradense convocada para visitar a instituição, realizar doações e colaborar com o seu funcionamento. Destacamos que a iniciativa da fundação foi considerada como necessária para uma cidade “civilizada”:

Sábado às 16 hs, em solenidade simples porém significativa, inaugurou-se o <Lar Sta. Rita de Cássia>, com a presença do Prefeito Municipal, diversas autoridades e de pessoas do povo e da sociedade. Portanto, nós douradenses, já temos onde abrigar as crianças menos afortunadas, um prédio bom, confortável, com o mínimo indispensável. Continuem, pois, colaborando para manter as crianças que lá já se encontram. Visitem o lar, vejam o que falta a essas crianças (roupas principalmente), e façam a sua doação que pequena ou grande será bem recebida. Está de parabéns a diretoria do Abrigo que realizou uma grande obra, necessária a qualquer cidade civilizada. (O PROGRESSO, 03/09/1966, p. 6, sic, grifo nosso).

O trecho acima nos leva a refletir qual seria a concepção de uma cidade considerada civilizada na época, onde havia a necessidade da fundação de uma instituição para abrigar as crianças pobres “menos afortunadas”, pois a visão das mesmas perambulando pelas ruas não era agradável à paisagem cotidiana do cidadão de “bem”, ou seja, a elite douradense, pessoas que possuíam maior poder aquisitivo. Buscava-se civilizar a criança por meio dessas entidades, instituindo à população pobre comportamentos socialmente aceitáveis, formando-as a partir de valores considerados ideais pela sociedade do período (ELIAS, 2006).

Dessa forma, compreendemos que tais instituições de assistência eram fomentadas na busca por um ideário de civilidade, para que as crianças abandonadas pudessem ser retiradas dos olhos da população, levadas para o *fundo da cena social*. Este conceito é apresentado por Norbert Elias em seu livro “O Processo Civilizador: uma história de costumes”, onde o autor aponta que as características animais, instintivas e primitivas do humano foram banidas da vista e colocadas no *fundo da cena social* (SARAT, 2014).

Havia, pois, a necessidade de uma educação que mudasse os modos e os costumes da população, logo, dessas crianças. Entre as características de uma educação civilizadora estão os objetivos de controle e normatização dos indivíduos que se fazia presente no processo de tentativa de controlar as emoções e os comportamentos infantis, pois como aponta Elias (2011):

Atualmente, o círculo de preceitos e normas é traçado com tanta nitidez em volta das pessoas, a censura e a pressão da vida social que lhes modela os hábitos [...] A criança que não atinge o nível de controle das emoções exigido pela sociedade é considerada “doente”, “anormal”, “criminosa”, ou simplesmente “insuportável”, do ponto de vista de uma determinada casta ou classe e, em consequência, excluída da vida da mesma. (ELIAS, 2011, p. 140).

As crianças e as famílias que estivessem fora dos modelos ou padrões sociais esperados deveriam ser tratadas pela sociedade e nesse aspecto a instituição era importante. Nesse sentido, Magalhães, J. (2004, p. 57) aborda a instituição e sua relação com regras e normas, estruturas sociais organizadas; ela faz parte desta realidade social, pois está envolvida e ou “[...] associa-se a ideia de permanência e de sistematicidade, à ideia de norma e normatividade. Certas correntes sociológicas destacam o ‘movimento normativo’, com o objetivo de consagrar a noção de permanência”. Cada instituição possui suas características e especificidades, sua identidade própria, portanto, a esse lugar os indivíduos vão para aprender determinados padrões considerados importantes pelo e para seu grupo, pois elas têm etiquetas específicas.

O Estatuto que determina as normativas da instituição, e seus principais objetivos, foi aprovado na quarta reunião, ocorrida no dia 28 de março de 1966, no salão do Fórum da

Comarca da cidade, foi presidida pelo juiz Rafael Arcanjo Arruda, conforme consta no Histórico da entidade: “Após leitura de todos os capítulos do estatuto o qual foi realizado pelo juiz o mesmo foi aprovado por todos os presentes. Em seguida deliberou-se que fosse enviado uma cópia para o jornal Diário Oficial em Cuiabá-MT” (HISTÓRICO..., 2005, p. 7). Também esteve presente na ocasião Sidney Gomes, o jornalista do Jornal O Progresso, responsável pela divulgação no impresso.

O primeiro Estatuto institucional, apesar de aprovado no ano de 1966, foi registrado em cartório somente no dia 2 de março de 1972, tendo sido redigido em 20 artigos que designavam: art. 1º: da constituição; art. 2º: finalidades; art. 3º: da manutenção; art. 4º: da administração; art. 5º: designações à diretoria; art. 6º: designações à presidente; art. 7º: designações à vice-presidente; art. 8º: designações à 1º secretária; art. 9º: designações à 2º secretária; art. 10º: designações à 1º tesoureira; art. 11º: designações à 2º tesoureira; art. 12/13º: dos órgãos auxiliares; art. 14/15º: do conselho fiscal; art. 16º: da assembleia geral; art. 17º: dos sócios; art. 18º: deveres dos sócios; art. 19º: direitos dos sócios; art. 20º: das disposições gerais. A entidade foi declarada com o título de utilidade pública municipal em 10 de agosto de 1981 pela Lei Municipal nº 111, de 08 de julho de 1980 e o disposto na Lei nº 23 de novembro de 1979.

Conforme citado, buscando o bom funcionamento da entidade, para a composição dos órgãos auxiliares, foram criados departamentos com denominações e funções próprias, formados pela diretoria, e visavam a o bom andamento das atividades institucionais. Para cada departamento eram escolhidos membros da diretoria e também sócios:

Art. 13. Fazem parte dos Órgãos Auxiliares: a) Departamento de Assistência que funciona no “Lar Santa Rita de Cássia”. b) Departamento de Publicidade; c) Departamento de Subsistência; d) Departamento de Educação; e) Departamento de Saúde; f) Departamento social, etc. g) Ao Departamento Social compete representar socialmente o Abrigo, proporcionando reuniões de arte, estudos e orientação técnica, festividades com a finalidade de organizar donativos que servirão de fundos para aplicação dentro das finalidades dos mesmos. (ESTATUTO DO ABRIGO DE MENORES NECESSITADOS DE DOURADOS, 1972, p. 2).

Nessa conjuntura, o *Lar Santa Rita* representou um marco para a cidade de Dourados, como a primeira instituição fundada com a finalidade de acolher os menores desamparados. Conforme Helena (2021) apontou, a entidade amparava crianças não somente de Dourados, mas também de toda a região. Assim, inicialmente, sua manutenção foi possível a partir do recebimento de verbas de diversas categorias, como: mensalidade dos sócios, doações da comunidade, auxílio dos poderes públicos Federal, Estadual e Municipal (ART. 3º, ESTATUTO DO ABRIGO..., 1972, p. 1).

Em relação aos mantenedores, destacamos os sócios que possuíam nomenclaturas e categorias diferentes, classificação que foi estabelecida de acordo a contribuição/mensalidade do indivíduo, sua história de participação na entidade e as doações realizadas:

Dos sócios: a) O Abrigo de menores necessitados de Dourados, possui 4 (quatro) categorias de sócios, fundadores, contribuintes, honorários e beneméritos. b) Sócios *fundadores* são todos aqueles que assinaram as atas das primeiras reuniões de fundação. c) Sócios *contribuintes*, aqueles que forem inseridos e colaborarem com o pagamento de uma contribuição mensal fixa pela Diretoria. d) Sócios *honorários* são os que prestarem relevantes serviços ao abrigo. e) Sócios *beneméritos* são aqueles que em Colaboração com a Associação contribuir com uma soma superior a Cr\$ - -, ou imóvel de relativo valor (Art. 17º do Estatuto do Abrigo de Menores Necessitados de Dourados, 1972, p. 4, sic, grifo nosso).

Dessa forma, pode-se dizer que os sócios contribuintes possuíam principal participação para manutenção e existência da entidade. A preocupação em manter os sócios e aumentar esse número era uma constante. De acordo com a 92ª Ata, de 3 de janeiro de 1969, a pedido da presidente da época Sra. Geni Milan, foram feitas campanhas nos municípios de Fátima do Sul e Itaporã, buscando essa expansão.

Nos seus primeiros anos de funcionamento, além dos sócios, a entidade contava principalmente com contribuições e doações mensais de vários membros da sociedade, como a participação das senhoras que faziam parte da elite douradense. Conforme consta no trecho da Ata da sétima reunião “Da. Geny Milan, presidente, disse que já recebeu as 1ªs contribuições mensais de muitas sras. de Ds. e que está encontrando a maior boa vontade da parte de todas” (ATA Nº 07/Livro 01 do Lar de Menores – Santa Rita, 22/04/1966, p. 11). Com as contribuições recebidas, as reformas/manutenções do prédio da entidade foram sendo realizadas, custeavam a compra de materiais de construção e a mão de obra, assim como melhorias internas, manutenção de funcionários, compra de roupas e alimentos para as crianças.

Uma outra estratégia encontrada para a manutenção da instituição, sugerida pela presidente na época Sra. Geni Milan, constava no aproveitamento dos muros que cercavam o *Lar Santa Rita* para anúncio de propagandas comerciais, ficando decidido, em reunião lavrada em Ata, que cada comerciante deveria pagar a sua divulgação mensalmente, sem quantidade estipulada, ficando a critério de cada um e de acordo com suas possibilidades (ATA Nº 12/Livro 01 do Lar de Menores Santa Rita, 23/09/1966, p. 23). Posteriormente, outra ação pensada pela diretoria foi colocar cestas identificadas com o nome da entidade e distribuídas nas feiras da cidade, para recolher frutas e verduras ou qualquer doação feita pela comunidade.

Partindo dessa perspectiva, enfatizamos a existência de títulos de sócios beneméritos, que eram entregues de acordo com as contribuições e doações realizadas, por meio de

cerimônias, onde o alto “espírito caridoso e filantrópico” era enfatizado, como um exemplo para os demais cidadãos cristãos. Assim, podemos observar, na notícia abaixo, o apelo à solidariedade dos cristãos, pois estas instituições da época eram inspiradas nesses ideais, e retiravam do poder público a responsabilidade pelo amparo à infância. A notícia publicada na edição de 11 de outubro de 1969, do Jornal O Progresso, em forma de convite intitulado “Causas Filantrópicas” trazia o seguinte texto:

O prédio atual, foi construído com capacidade de abrigar 30 crianças. Hoje, mantem 59, não aceitando mais, por falta de espaço, pois diariamente nos chegam mais e mais crianças, que somos obrigados a recusar, por não termos onde colocá-las. É uma situação calamitosa, a da criança desamparada. Querendo solucionar êste problema, elaboramos um projeto de construção que abrigará 300 menores, sende êste o nosso ideal. Visto que encontramos ressonância em nosso apêlo, dirgimo-nos à V.Sa., na esperança de obtermos ajuda para a felicidade e bem estar de tantas crianças, tão precocemente atingidas pela má sorte, que só agora encontraram um verdadeiro lar. Se obtivermos auxílio, irmanados com a boa vontade e *solidariedade dos cristãos*, conseguiremos realizar algo de bom, e de duradouro, pois como diz São Francisco de Assis – ‘é dando que se recebe’. (O PROGRESSO 11/10/1969, p.1, grifo nosso).

O *Lar Santa Rita* contava com as doações da comunidade, dentre as quais destacamos a de Antônio Morais dos Santos, que custeou a construção de um novo pavilhão, onde funcionou o dormitório para as crianças abrigadas, inaugurado no dia 18 de março de 1972. Na Figura 17, observamos no canto direito, ao fundo, o dormitório construído, onde aparecem duas beliches de madeira, e no lado esquerdo do registro, Ymera Fedrizzi, 1ª Secretária do *Lar*, e ao seu lado, Antônio Morais dos Santos e sua esposa Derluce Morais.

Figura 17 – Inauguração do Pavilhão “Antônio e Derluce Morais” (1972)



Fonte: Dourados, recantos e histórias (Facebook, 2022)

A Figura 18 mostra o momento da assinatura da Ata nº 217, no Livro Ata 02, que comunica a inauguração e transcreve detalhes do evento ocorrido:

A sra. Afife, passou a palavra a 1ª secretária, [...] e que traduzindo o pensamento da Diretoria, disse da emoção e alegria ao receber êste pavilhão, que tão em boa hora, veio trazer conforto para 40 meninos, e embora sabendo da simplicidade e desprendimento do benfeitor, fazia esta inauguração, não por motivo de vaidade da Diretoria, mas sim para que servisse de exemplo à outros, para que todos os cidadãos da comunidade tivessem um autêntico espírito cristão como o do Sr. Antônio Moraes e de sua digníssima esposa. (ATA Nº 217/Livro 02 do Lar de Menores – Santa Rita, 18/03/1972, p. 54).

Figura 18 – Assinatura da Ata da Inauguração do Pavilhão “Antônio e Derluce Moraes” (1972)



Fonte: Dourados, recantos e histórias (Facebook, 2022)

Logo nos primeiros anos de funcionamento da entidade não havia divisões entre meninos e meninas nos dormitórios, porém, encontramos registros do ano de 1976 que demonstram a intenção dessa separação: “Falou-se da necessidade de ser construído um novo pavilhão para se conseguir a separação, ou melhor, a criação de dependências isoladas para atender os abrigados do sexo masculino” (ATA Nº 218/Livro 02 do Lar Santa Rita, 02/06/1976, p. 95). Após a construção de um novo pavilhão, os dormitórios foram separados, mas as atividades de lazer e brincadeiras eram realizadas conjuntamente, todos interagiam no pátio da instituição e demais espaços (ENEIDA, 2021, informação verbal).

Segundo Escolano (1998, p. 26), a arquitetura escolar se constitui como uma espécie de discurso que “[...] institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos”. Assim, percebemos

que o espaço institucional deve ser analisado como um construto cultural que vai além de sua materialidade, possui sistemas, regras, discursos, um jogo de simbolismos.

Neste contexto, nas fontes e documentações, que, segundo Ginzburg (2007), são indícios, pistas, “sinais”, verificamos a presença de uma quantidade significativa de doações realizadas pela comunidade na trajetória do *Lar Santa Rita*, incentivadas por meio dos impressos locais, conforme já citamos. Dessa maneira, segundo o histórico da entidade, eram realizadas promoções e eventos sociais (festas, shows, leilões, rifas, carnês de contribuições, campanhas), organizados para angariar recursos, tendo como responsável por tal organização e movimentação era Ymera Fedrizzi, secretária do *Lar* (HISTÓRICO..., 2005).

No Quadro 8, apresentamos uma relação das doações feitas por membros da comunidade douradense e também uma promoção. Os espaços foram construídos e reformados com os recursos financeiros obtidos.

Quadro 8 – Transcrição das doações e reformas feitas no espaço físico do Lar Santa Rita

Data	Espaço doado/ Reformas e Construções	Recurso: Doador/Promoções/Verbas
Novembro/1965	1 Terreno (antigo posto de Puericultura)	Sr. Napoleão Francisco de Souza (prefeito)
Agosto ³⁶ /1966	1 Terreno	Sr. Coronel José Alves Ribeiro (Coronel Zelito)
11/10/1969	1 Pavilhão (cozinha, refeitório, dispensa)	Promoções – Batizado “Pavilhão Geny Ferreira Milan ³⁷ ”
18/03/1972	1 Pavilhão (Dormitório)	Sr. Antônio Moraes dos Santos e Sra. Derluce
12/01/1972	Reforma do prédio em geral: construção de um corredor ligado ao novo pavilhão (dormitório), pintura do prédio, troca de pisos.	Verba recebida da Liga Brasileira de Assistência (LBA).
06/07/1972	Compra dos lotes 3 e 4 localizados ao lado da quadra do Lar.	Baile de Debutantes no Clube Social com a banca “Cassino de Servilha”.
02/06/1976	1 Chácara	Sr. César Luchesi
16/06/1976	1 Pavilhão (Dormitório)	Sr. Antônio Moraes dos Santos e Sr. José Tavares Couto.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, adaptado do Histórico do Lar de Crianças Santa Rita (2005)

Com a chácara doada, mencionada acima, no Quadro 8, planejava-se a construção de dependências e pavilhões para abrigar as crianças do sexo masculino com idade a partir de 8 anos, onde “Os meninos aprenderiam serviços de horta, pomar e granja e continuariam os seus estudos na cidade, o que dependeria também de condição própria” (ATA N° 218/Livro 02 do

³⁶ Nas documentações analisadas encontramos algumas datas completas (dia/mês/ano), entretanto, outros registros mostram apenas o mês e o ano.

³⁷ O pavilhão foi nomeado em homenagem a Sra. Geni Ferreira Milan, uma das fundadoras do Lar. Sua morte, em 1969, causou uma grande comoção na cidade.

Lar Santa Rita, 02/06/1976, p. 96). Pretendia-se dar início a esse projeto nos meses subsequentes, entretanto, não encontramos registros de tal movimentação.

Outro ambiente que compunha o espaço físico da entidade, o qual podemos observar na Figura 19, trata-se da cozinha. Segundo os arquivos institucionais, tal registro ocorreu em 1980, e nele mostra-se a cozinha já bem equipada, contendo um fogão industrial, várias panelas e utensílios, armários, torneira e louças. Conforme Helena (2021, informação verbal) expôs em seu relato oral, vários itens foram adquiridos com doações e a cozinha foi equipada com o passar do tempo. O fogão inicialmente era feito de ferro e foi construído especificamente para a instituição. No registro também aparecem duas funcionárias do *Lar*.

Figura 19 – Cozinha do Lar Santa Rita (1980)



Fonte: Acervo institucional do Lar Santa Rita/Dourados-MS

Na Figura 20, visualizamos o pavilhão construído de forma mais detalhada. Possuía uma cobertura com telhas, estruturas de ferro, iluminação, cadeiras e o que parecia ser uma bancada, onde, no momento do registro, estava sendo servido um lanche. Denotamos uma grande movimentação de crianças e alguns adultos, e apesar de não constar na legenda e nos arquivos institucionais, podemos compreender que este registro foi feito em alguma data comemorativa. Destacamos que a imagem é registrada com intencionalidade e finalidade, representando um testemunho visual, pois “[...] é o que resta do acontecido, fragmento congelado de uma realidade passada, informação maior de vida e morte, além de ser o produto final que caracteriza a intromissão de um ser fotógrafo num instante dos tempos” (KOSSOY, 2001, p. 22).

Figura 20 – Pavilhão do Lar Santa Rita (1979)



Fonte: Acervo institucional do Lar Santa Rita/Dourados-MS

Compreendemos as imagens aqui apresentadas como marcas de um passado, da cultura de uma época que compõe a história da instituição. Elas revelam características de sua estrutura, de sua gênese e de seus primeiros anos de funcionamento, que nos possibilitam refletir sobre as memórias e os acontecimentos. Portanto, “[...] a fotografia, assim compreendida, deixa de ser uma imagem retida no tempo para se tornar uma mensagem que se processa através do tempo” (MAUAD, 1990, p. 19).

Apresentamos a seguir a trajetória de Geni Ferreira Milan, sua ligação com o *Lar Santa Rita*, suas ações na cidade de Dourados, e como tais acontecimentos repercutiram na imprensa local.

3.2 Geni Ferreira Milan: uma mulher à frente do seu tempo

No dia 29 de julho de 1923, no município de Dourados-MT, nasceu Geni Ferreira Milan (Figura 21). Filha de João Ferreira Lima e Helena Ferreira, casou-se com Milton Milan, com quem teve dois filhos: Rógina e Gelton Rosemar. Recebeu papel de destaque entre as mulheres douradenses que fizeram história, citada como exemplo “[...] pela tenacidade, e pelo arrojo e, também, pelo diletantismo” (CAPILÉ JR.; CAPILÉ; CRUZ E SOUZA, 1995, p. 285).

Figura 21 – Geni Ferreira Milan



Fonte: Acervo do Lar Santa Rita/ Dourados-MS

Geni Milan participou ativamente na mobilização de ações sociais na cidade de Dourados, dentre elas, além da fundação do *Lar Santa Rita*, podemos citar: propiciar o transporte de pessoas e ajuda para as mulheres em seus partos, envio de doentes de Dourados para o Hospital das Clínicas, ações de combate à pobreza em Cuiabá. Estimulava ainda o futebol e participava da corrida de cavalos, colaborou também com a fundação do Clube Social de Dourados, onde ocorriam diversos eventos filantrópicos, muitos com a renda revertida para o *Lar* (CAPILÉ JR.; CAPILÉ; CRUZ E SOUZA, 1995, p. 285).

Uma de suas características citadas nas entrevistas realizadas em nossa investigação, é a excentricidade com sua maneira de vestir-se e comportar-se, julgada pouco comum para uma mulher na década de 1960. Nesse sentido, refletimos com Santos, S. (2010):

Em diferentes sociedades e épocas, a mulher foi vítima de variadas formas de discriminação em relação ao sujeito masculino. Atividades, experiências vividas pelo homem podiam ser negadas às vivências femininas, sem que isso fosse questionado pelo grupo social, devido à neutralização que cercava esses fatos. (SANTOS, S., 2010, p. 55).

Dentre essas ações tidas como pouco “femininas”, participava ativamente do trabalho e cuidados das fazendas de sua família, andava a cavalo, vestindo calças, armada e com uma espécie de cinturão. Roger (2022, p. 8, informação verbal), neto de Geni, lembra de uma fotografia³⁸ em que sua avó estaria com tais vestimentas: “[...]essa foto, pra mim, é a foto que

³⁸ A fotografia citada infelizmente não foi localizada para compor o corpus documental desse item.

marca muito a personalidade dela, onde ela se encontra de bombacha, cinturão, 38 na cintura, bota cano alto, calça pra dentro da bota, chapéu, fazendeira mesmo". Os autores abaixo também pontuam:

Quem viveu em Dourados no período anterior ao ano de 1969, por certo a de recordar-se daquela interessante figura, cujo arrojo a colocou sempre num patamar um tanto acima dos naturais, nos moldes femininos. A sua excentricidade residia num vigor fora do comum. A sua ação importava num determinismo que fazia da sua personalidade algo fora do normal (CAPILÉ JR.; CAPILÉ; CRUZ E SOUZA, 1995, p. 102).

Entretanto, apesar de utilizar vestimentas consideradas masculinas, nos bailes³⁹ realizados no Clube Social de Dourados portava-se de maneira elegante, utilizando vestidos e comandando as cerimônias realizadas. Localizamos diversos registros fotográficos desses momentos, como aquela fixada na Figura 22, em que Geni Milan aparece coroaando a Miss Estudantil Zani Brum, ao lado de Zé Câmara⁴⁰, que veste terno branco.

Figura 22 – Coroação da Miss Estudantil (196-)



Fonte: Dourados, recantos e histórias (Facebook, 2022)

Roger (2022, p. 9, informação verbal) apontou sobre esses momentos de festa dos quais Geni participou, indicando que ela *“[...] trajava os melhores vestidos, se não o melhor vestido da festa e era super feminina. Para mim, é surreal. A mulher era, no dia a dia, fazendeira, ia lá na lida, todo dia, caçava perdiz... e, numa noite de gala, ela estava lá, impecável”*.

³⁹ Os Bailes e eventos realizados no Clube Social serão abordados posteriormente.

⁴⁰ Informações fornecidas por Jussimara Matos Souza, no grupo do Facebook “Dourados, recantos e histórias”.

Na Figura 23, oriunda do acervo pessoal de Roger Milan, visualizamos a família de Geni Milan. No canto esquerdo, Gelton Milan (filho), apoiado em uma espécie de bengala; ao seu lado, Milton Milan (esposo); e à sua frente, Rógina (filha), usando um vestido. Gelton Milan, segundo o depoente, *[...] nasceu com paralisia infantil, mas essa condição nunca o limitou... meu tio, quando era mais jovem, andava com maior dificuldade, por causa do grau da deficiência, creio eu, mas não tenho certeza*” (ROGER, 2022, p. 6, informação verbal).

Figura 23 – Família de Geni Ferreira Milan



Fonte: Acervo pessoal de Roger Milan

Em meio à trajetória de Geni Ferreira Milan, citamos seu trágico desfecho que surpreendeu a todos e marcou a cidade de Dourados e o *Lar Santa Rita*. Amaral (2014), em sua obra, relata alguns acontecimentos sobre o município e também narra a história de sujeitos marcantes na trajetória douradense, abordando, no final do trecho abaixo, brevemente sobre a morte de Geni, ocorrida no dia 3 de janeiro de 1969:

Anos atrás, em meu primeiro livro, incluí uma crônica sobre “Dona Geni”, essa mulher totalmente diferente de todas as outras da cidade. A cada um de seus atos ou falas (reais ou imaginários), o universo feminino de Dourados era abalado e a ordem local era subvertida. Até hoje sou grata à Geni. Com ela aprendi a ser ousada, verdadeira e rebelde era muito, muito divertido. Ela foi a minha primeira feminista, a mais autêntica das que conheci (Geni morreu assassinada em um dia 3 de janeiro, meu aniversário). (AMARAL, 2014, p. 217).

Encontramos poucas explicações sobre o falecimento de Geni Milan. Nesse sentido, corroboramos com Perrot (2005, p. 11), que pontua as dificuldades para o pesquisador que deseja estudar sobre as mulheres, pois “[...] as mulheres ‘não contam’. E existe aí muito mais que uma simples advertência”. Localizamos somente alguns trechos que lamentaram a sua morte, porém, não abordam exatamente como ela ocorreu: “[...] no auge de sua carreira filantrópica, Geny, que foi mãe extremosa, companheira fiel, progressista, dinâmica, *teve a sua vida ceifada de forma trágica*” (CAPILÉ JR.; CAPILÉ; CRUZ E SOUZA, 1995, p. 285, grifo nosso). No Jornal O Progresso, identificamos em algumas edições homenagens feitas pela comunidade à Geni, como a coluna escrita pelo promotor de justiça e titular da Comarca de Dourados da época, Marcelo Ataíde, que citou as crianças do *Lar Santa Rita*:

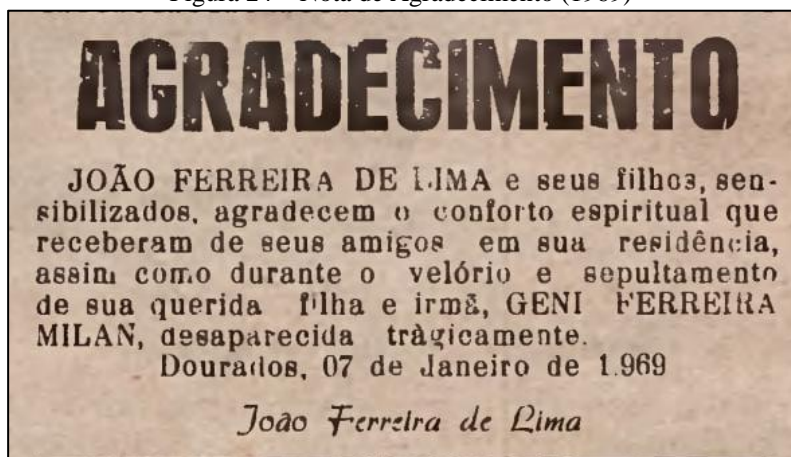
Profundamente sensibilizado pela morte da querida D. GENY verdadeiro patrimônio e riqueza moral essa sociedade em nome da minha família e enlutado lar – humildes crianças desamparadas por todo mundo rogo-lhe conforto da fé a qual ela viveu para o bem e felicidade do próximo. Flor de rara formosura, pulcritude e esplendor, cuja haste uma abominável tesoura de incompreensão brutalmente cortou e a jogou no chão onde suas pétalas, alvejadas do AMOR AO PRÓXIMO, foram pisoteadas, espalhadas pelos pés de um execrável, insólito e estúpido desentendimento. Foi-se a FLOR! Fica, porém, perfumando de caridade os tempos dos desafortunados, a romantizando de amparo e compreensão de todas as crianças desamparadas o melhor de seu VIVER e ONDE ela viverá eternamente protegendo, agasalhando, e ninando com ternura os humildes e humilhados, os pequenos sofridos e esquecidos – *O Lar Santa Rita de Cássia*. (O PROGRESSO, 29/02/1969, p. 6, grifo do autor).

O autor compara Geni Milan a uma flor de rara formosura, que foi cortada e jogada ao chão por um “execrável” e estúpido desentendimento. Sobre os motivos que a levaram à morte não localizamos nenhum registro na literatura e imprensa local, entretanto, segundo Roger (2022, informação verbal), em seu relato oral, a situação foi causada por um desentendimento em um restaurante da cidade:

Segundo a versão que sei, meu tio Gelton teve algum problema para ser resolvido com o dono do restaurante que ficava do outro lado da rua da casa deles. Minha Avó ficou sabendo e foi lá para ver o que estava a acontecer. Daí para frente, somente sei que o dono do restaurante sacou uma arma e antes que houvesse um diálogo para entendimento do que ocorria, apertou o gatilho e matou minha Avó, que conseguiu andar ainda poucos passos antes de falecer. A posteriori, fez a passagem nos braços de minha mãe. A casa deles ficava do outro lado da rua, onde é hoje as Casas Bahia ao lado da Polícia. Um sobrado muito grande na época. Uma verdadeira mansão. (ROGER, 2022, p. 10, informação verbal).

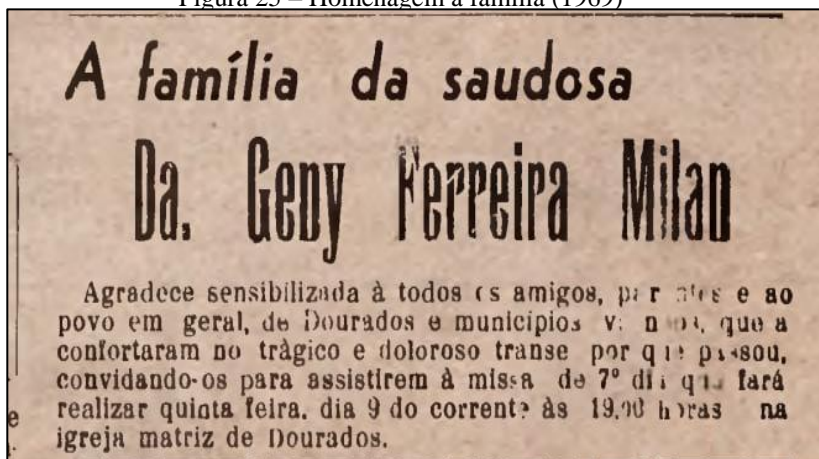
Após esse trágico acontecimento, na edição do dia 8 de janeiro de 1969 do Jornal O Progresso, foram publicados agradecimentos aos amigos por João Ferreira de Lima (Figura 24), e uma nota do próprio jornal (Figura 25) à família de Geni Ferreira Milan, com o convite para a sua missa de sétimo dia, na Igreja Matriz de Dourados.

Figura 24 – Nota de Agradecimento (1969)



Fonte: Jornal O Progresso, edição de 7 de janeiro de 1969

Figura 25 – Homenagem à família (1969)



Fonte: Jornal O Progresso, edição de 7 de janeiro de 1969

Elias (2001), em sua obra *A Solidão dos Moribundos*, aborda sobre a temática da morte. Para o autor, só o ser humano tem consciência que este momento chegará em algum instante de sua vida, e vários aspectos passam a envolver esse fato. Busca-se maneiras distintas para lidar com a questão da morte, procuramos explicações para esse acontecimento, algo natural do ciclo da vida. Conforme expõe Sarat (2001), a morte é um problema dos vivos, falar sobre ela nos desperta sentimentos, de temor nos adultos e de curiosidade nas crianças. Nos questionamos sobre quais sentimentos foram despertados por este acontecimento trágico nas crianças acolhidas no *Lar* na época do ocorrido, e como este fato foi contado a elas, dentro da entidade.

Elias (2001) escreve sobre essa relação da morte nos adultos e a respeito de como esse acontecimento reflete na criança:

Uma vaga sensação de que as crianças podem ser prejudicadas leva a se ocultar delas os simples fatos da vida [...]. Mas o perigo para as crianças não está em que saibam da finitude de cada vida humana, inclusive a de seu pai, de sua mãe e de sua própria.

A dificuldade está em como se fala às crianças sobre a sua morte, e não no que lhes é dito. Os adultos que evitam falar a seus filhos sobre a morte sentem, talvez não sem razão que podem transmitir a eles suas próprias angústias. (ELIAS, 2001, p. 1).

Segundo o autor, antigamente as crianças participavam de rituais que eram realizados após a morte de um indivíduo, a mesma ocupava um lugar natural na vida da criança (ELIAS, 2001). Corroboramos com Sarat (2001), que trata a respeito das explicações para a morte que se conta às crianças, segundo as quais as pessoas falecidas “viram estrelas”, “nuvens”, “anjinhos”, ou simplesmente estão “descansam num grande e belo jardim do céu”. Tais motivos estão ligados também à religiosidade e crença de cada sujeito.

O *Lar Santa Rita* possui, em sua gênese, ligação com a religião católica, o que nos faz levantar a hipótese de que a morte de Geni Milan foi abordada dentro da instituição com um sentido e explicação religiosa, fazendo reverberar a ideia que ela estaria no “céu”. O fato de encontrarmos poucas informações sobre a história de Geni Milan, sua trajetória até o momento de sua morte, senão poucas notícias e breves notas ao tratar do *Lar Santa Rita*, merece nossa atenção. Historicamente, diversos autores expõem sobre essa invisibilidade que foi imposta às mulheres, o seu ocultamento na sociedade. Sobre isto, Duby e Perrot (1990) questionam:

Escrever a história das mulheres? Durante muito tempo foi uma questão incongruente ou ausente. Voltadas ao silêncio da reprodução materna ou doméstica, na sombra da domesticidade que não merece ser quantificada nem narrada, terão mesmo as mulheres uma história? (DUBY; PERROT, 1990, p. 7).

Diante das reflexões realizadas e informações localizadas, concluímos que a história de Geni Milan foi, de certa maneira, silenciada; a história de uma mulher irreverente e marcante que possuía uma visão diferente do papel da mulher na sociedade, que antes era ocultada, designada a ficar somente nos bastidores (PERROT, 2005). O nome Geni Milan está presente em ruas na cidade de Dourados, em um Centro de Educação Infantil Municipal⁴¹ (CEIM), porém, ser questionarmos moradores da cidade sobre a sua história, poucos saberão.

Na próxima seção, abordamos alguns aspectos sobre a primeira gestão diretiva do *Lar Santa Rita*, como a entidade se manteve após a morte de sua fundadora, suas mudanças no contexto do recorte temporal adotada na pesquisa, as rotinas presentes no cotidiano da instituição, sua organização e demais normativas instituídas pelo Estatuto, assim como acontecimentos marcantes registrados em Ata.

⁴¹ O CEIM Geny Ferreira Milan situa-se na Rua Deolinda Rosa da Conceição, Vila Cachoeirinha, em Dourados. Para saber mais, acesse: <https://www.facebook.com/ceim.genyferreiramilan>. Acesso em: 7 maio 2022.

3.3 Primeira gestão diretiva (1965-1982): organização e funcionamento

Constatamos o registro em Ata referente à reorganização da diretoria ocorrida após o falecimento da Sra. Geni, cuja empossada como presidente substituta foi Arlene Andrade Marques, por um curto período (26 de setembro de 1969 a 17 de novembro de 1969). Ainda no ano de 1969, houve a eleição de Maria Floreza Pessoa Carneiro, que permaneceu no cargo até o mês de março de 1970. Somente no dia 13 de março de 1970, às 20h30min, foi realizada uma reunião para dar posse à nova diretoria da instituição, conforme a Ata nº 144 do Livro 01:

Aos treze dias do mês de março de hum mil e novecentos e setenta, às 20:30 horas, na secretaria do Lar Santa Rita de Cássia, foi realizada uma reunião que havia sido convocada para dar posse à nova diretoria eleita para o biênio 1970-1972, eleita em Assembléia Geral, dia seis do corrente mês, conforme ata nº 141; a qual contou com a presença das seguintes pessoas: D. Afife Bussuan, eleita presidente, D. Cidinha Oliveira, eleita vice-presidente, D. Ymera Fedrizzi, eleita 1ª secretária, D. Odália Lourenço, 2ª secretária, D. Guiomar Rabelo Mota, 1ª tesoureira, D. Iracema Silva Rosa, eleita 2ª tesoureira. Presentes também as componentes da Diretoria passada, que no momento passavam às mãos das eleitas os seus respectivos cargos.

Na ocasião, uma nova diretoria foi empossada, tendo como presidente Afife Macksoud Bussuan, a qual já fazia parte do grupo administrativo da instituição desde a sua fundação, e que permaneceu na função até o ano de 1982. Cabe ressaltar que os cargos que compunham a diretoria não eram remunerados, e a cada dois anos (biênio) havia uma nova eleição. No Quadro 9, a seguir, apresentamos um levantamento sobre esse processo das mudanças da primeira gestão diretiva do *Lar* até a eleição da última mudança presidência (1965-1982).

Quadro 9 – Primeira Gestão do Lar Santa Rita (12/11/1965 a 15/03/1982)

Nº	Presidente	Vice-presidente	1ª/2ª Secretária	1ª/2ª Tesoureira	Período
1	Geni Ferreira Milan	Maria de Lourdes Crus de Souza / Maria Floreza Pêssoa Carneiro	Ymera Fedrizzi/ Maria Floreza Pêssoa Carneiro	Afife Bussuan Macksoud/ Filomena Guimarães Gomes	1965 a 1969
2	Arlene ⁴² Andrade Marques	-	Marcinha Silva Melo/ Maria Floreza Pêssoa Carneiro	Afife Bussuan Macksoud/ Adail Carneiro Rodrigues	26/09/1969 a 17/11/1969
3	Maria Floreza Pêssoa Carneiro	-	Arlene Andrade Marques	Afife Bussuan Macksoud/ Adail Carneiro Rodrigues	03/01/1969 a 02/03/1970

⁴² Após o falecimento da Sra. Geny Ferreira Milan no dia 03/01/1969, assumiu como presidente substituta Arlene Andrade Marques por um curto período, conforme a ata 120ª e 127ª não consta nenhum nome nos registros como vice-presidente.

5	Afife Macksoud Bussuan	Cidinha Oliveira	Ymera Fedrizzi/ Odalia Lourenço	Guiomar Rabello Mota/ Iracema Silva Rosa	1970 a 1972
6	Afife Macksoud Bussuan	Maria Aparecida Miranda de Oliveira	Ymera Fedrizzi/ Janete Morais Salomão	Guiomar Rabello Mota/ Iracema Silva Rosa	1972 a 1974
7	Afife Macksoud Bussuan	Akemi Higoshi Iguma	Maria de Lourdes da Cruz e Souza/ Esmeralda Vargas Frota	Helena Tsumori Uemura/ Eny Milan	1974 a 1976
8	Afife Macksoud Bussuan	Helena Tsumori Uemura	Janete Morais Salomão/ Sonia Ujacow	Lauderflia Marques Torraca/ Diema Natalina Cordenonsi	1976 a 1978
9	Afife Macksoud Bussuan	Ana Maria de Carvalho Vilela	Moni Rasslen Abdul Malek/ Odaliria Lima de Oliveira	Marlene Balestieri Badin/ Noeli Nascimento Valente	1978 a 1980
10	Afife Macksoud Bussuan	Ana Maria Ortiz	Maria de Fátima Gomes/ Ana Maria Domingues	Marilena Saconi/ Sonia Ujacow	1980 a 1982

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos Livros Ata do Lar Santa Rita (1965-1982)

Conforme exposto no Quadro 9, a diretoria do *Lar* foi composta majoritariamente por mulheres, desde a sua fundação até o ano de 1982. Este fato deve-se à designação que consta no Estatuto institucional, em seu Art. 4º da administração, “b) A Diretoria será sempre eleita em Assembleia Geral e terá a duração de dois anos, constituída por elementos *femininos*” (p. 1, grifo nosso). As mulheres eram as principais envolvidas com as designadas “causas filantrópicas”, indicando a presença massiva feminina na filantropia. Elas eram as damas da sociedade da época, e “[...] projetaram-se em diferentes frentes de ação em vários momentos” (CAMARA, 2017, p. 211). Observamos, nesse sentido, os registros em Ata exaltando o trabalho caridoso e voluntário realizado pelas damas da caridade.

O Artigo 5º do Estatuto refere-se aos encargos da diretoria, que tinha por função formular e propor orçamentos anuais, decidir a aplicação de fundos sociais disponíveis e destinados à instituição, prestar contas ao conselho fiscal, conceder diplomas aos sócios honorários e beneméritos com a aprovação da Assembleia Geral, autorizar despesas urgentes, convocar reuniões extraordinária (ESTATUTO DO ABRIGO DE MENORES NECESSITADOS DE DOURADOS, 1972, p. 1).

A Figura 26 mostra algumas mulheres desse percurso que atuaram no *Lar Santa Rita* na época. Da esquerda para direita observamos: Ivone Capilé, Roxana Malek, Afife Bussuan (presidente), Mona Malek, Adail Lourenço, Cidinha Oliveira (vice-presidente) e Odalia

Lourenço (2ª secretária), Ymera Fedrizzi (1ª secretária). Esta fotografia registra um jantar⁴³ oferecido por Ymera, no Grande Hotel, um famoso hotel na cidade de Dourados, reunindo algumas mulheres. Todas elas estão com semblante alegre e sentadas em um sofá e poltronas. Essas reuniões eram frequentes e aconteciam também nas próprias casas das mulheres que faziam parte da diretoria do *Lar*.

Figura 26 – Mulheres atuantes no Lar Santa Rita (197-)



Fonte: Dourados, recantos e histórias (Facebook, 2022)

Já na Figura 27 estão Ymera Fedrizzi, Afife Bussuan, e Odalia Lourenço. Trata-se de um registro que parece retratar uma cerimônia de entrega de título/homenagem. Ora, a fotografia revela momentos da história, acontecimentos, como retrata Burke (2017, p. 49) “[...] imagens, assim como textos e testemunhos orais, são uma forma importante de evidência histórica”. Segundo os registros, Ymera Fedrizzi era responsável pelos eventos e campanhas feitas pelo *Lar Santa Rita*, bem como pela organização e oratória (apresentação).

⁴³ Esta informação foi concedida por Roxana Malek, que aparece, ainda criança, ao lado de Afife Bussuan, no grupo Dourados, recantos e histórias.

Figura 27 – Mulheres integrantes da Diretoria - Primeira gestão (197-)



Fonte: Dourados, recantos e histórias (Facebook, 2022)

Importa enfatizar os objetivos e finalidades da entidade elencados pela diretoria e sócios, em seus primeiros anos de funcionamento, com base no Estatuto do “Abrigo de Menores Necessitados de Dourados”, em seu Art. 2º:

São suas finalidades: a) Dar assistência de modo geral a todos os menores necessitados de Dourados, velando por sua saúde, educação, instrução e bem estar da infância e juventude; b) manterá na proporção da possibilidade, tantas casas, com nomes definidos, regidas pelos presentes estatutos, quantas forem necessárias, para assegurar a sua finalidade; c) comprovadamente necessitado, receberá e manterá desde os recém-nascidos até os menores de 12 anos, de ambos os sexos; d) vigiar, proteger e colocar os menores, egressos do abrigo (ESTATUTO DO ABRIGO DE MENORES NECESSITADOS DE DOURADOS, Art. 2º, 1972, p. 1).

Tais objetivos fomentaram a proposta de abertura da instituição, qual seja a de proteger e amparar a infância abandonada douradense e proporcionar a adoção dessas crianças a casais que procurassem a entidade. Assim, percebemos a importância do documento na busca de narrar a história, sendo necessário “[...] conhecer a fundo, ou pelo menos da melhor maneira possível, a história daquela peça documental que se tem nas mãos” (ALBERTI, 2006, p. 63).

Saviani (2005, p. 28) conceitua a palavra “instituição” em seu sentido de origem e aponta os seus significados em quatro acepções “[...] 1. Disposição; plano; arranjo. 2. Instrução; ensino; educação. 3. Criação; formação. 4. Método; sistema; escola; seita; doutrina”. Assim, podemos analisar a partir das concepções trazidas pelo autor, que a instituição possui a educação contida em seu significado. O caráter educativo do *Lar Santa Rita* não foi

explicitamente expresso em seu estatuto, entretanto, observamos tal preocupação em suas rotinas estabelecidas, espaços e atividades propostas.

Saviani (2005) ressalta ainda o aspecto social das instituições, afirmando que elas

[...] são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem. (SAVIANI, 2005, p. 28).

A partir do conceito de instituição e sua relação social, localizamos as fichas de registro das crianças que ingressavam na entidade, ilustradas na Figura 28 e na Figura 29. Nesse documento constavam os dados pessoais da criança e dois pais, um local reservado para uma foto 3x4, a data e horário de entrada na entidade, por quem a criança foi entregue a data de saída, caso houvesse. Em seu verso havia um espaço intitulado “Condições da criança na ocasião do recebimento” e observações.

Figura 29 – Ficha de Registro de Entrada (1976) (frente) Figura 28 – Ficha de Registro de Entrada (1976) (verso)

REGISTRO DE ENTRADA DE MENORES NO ABRIGO LAR SANTA RITA DE CÁSSIA

No de Ordem _____

Nome Maria Emerilda Batista do Nascimento

Antiga Residência Itanhém - BA. Telefone _____

Idade 13 anos Data do nascimento 20/03/60

Lugar do nascimento Itanhém - BA.

Sexo Feminino

Nacionalidade Brasileira

Côr Morona Pat. _____ nacion. _____

Cabelo Preço Mãe Imbel B. P. B. Braço.

Olhos Verdes

Altura 1,33 m.

Peso 30 kls.

QUANDO PAIS ESTRANGEIROS

No da Carteira: _____ No do Registro Geral: _____

Casou com brasileira? Não Nome do cônjuge: _____

Tem filhos brasileiros? Não Quantos? 2 (dois)

Mãe Emerilda Batista do Nascimento e Pai Imbel B. do Nascimento

Data da chegada no Brasil: _____ Naturalizado? Não Decreto No. _____

Data da Admissão no Abrigo: _____

Horário de entrada: _____ Dia _____ Mês _____ Ano _____

Entregue à Diretoria do Lar Sta. Rita _____ de _____ de 19 _____

Data da dispensa: 5-10-76

Recbi os seguintes documentos que pertencem ao menor: Registro _____

de _____ de 19 _____ Felipe Durão

Apelo de Mendes Oliveira
Observação: mãe foi vista com 2 filhos que são seus filhos.

Letícia do Lar

Fonte: Acervo institucional do Lar Santa Rita/ Dourados-MS

Nesse espaço designado (Figura 28), encontramos a descrição de alguns motivos apontados pelos pais e responsáveis para deixar a criança na instituição, dentre eles: a pobreza, falta de condições financeiras; falecimento da mãe ou do pai da criança; situação de desemprego; motivos de saúde; necessidade de trabalhar para sustentar os filhos e não ter com quem deixá-los; desentendimento entre o casal (encaminhamento do juiz de direito).

Constatamos que a pobreza e o falecimento de um dos genitores apresentaram-se como um constante motivo apontado para a entrada das crianças na instituição. Localizamos, ainda, casos de internato por um tempo determinado e previamente combinado, como, por exemplo, em ocasiões de viagem e procedimentos cirúrgicos urgentes realizados, que necessitavam de repouso da mãe. Nesses casos, após o período combinado, a criança era retirada do *Lar*.

Ainda sobre o movimento de ingresso das crianças ao *Lar Santa Rita*, destacamos dados obtidos com a análise do livro intitulado “Crianças que ficaram no Lar de Agosto/66 a Março/84”, no qual encontramos o registro do nome da criança, sua filiação e data de saída⁴⁴ da entidade. Com base nesses dados, apresentamos o Quadro 10.

Quadro 10 – Ingresso de crianças registradas (1966-1982)

Ano	Número de crianças registradas (entrada)
1966	42
1967	26
1968	12
1969	44
1970	23
1971	51
1972	64
1973	41
1974	62
1975	22
1976	12
1977	21
1978	33
1979	59
1980	28
1981	90
1982	109
Total no período:	739

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados da pesquisa (2021)

Pelo exposto no Quadro 10, observamos um aumento oscilante do número de crianças entre o período de 1966 a 1982. Tais dados apontam somente a data de entrada da criança. Todavia, nos chama a atenção os números entre os anos de 1981 e 1982, período no qual que identificamos um elevado crescimento em comparação aos anos anteriores. Assim, nos questionamos sobre o que ocasionou o aumento pela procura da instituição, e como hipótese

⁴⁴ No livro de registro localizamos os dados de entrada das crianças, entretanto somente alguns campos referentes a data de saída estavam preenchidos, pois muitas permaneciam no *Lar Santa Rita* com o passar dos anos.

levantamos a ideia de que somente a partir de 1981 esse procedimento de registro no livro realmente se efetivou como parte da rotina na entidade.

Bacellar (2006) nos ajuda a pensar sobre o documento, sua intencionalidade, pois “[...] documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu”. Nesse sentido, uma situação observada na entidade através dos registros é o estabelecimento de uma rotina com as crianças. A rotina era constituída por horários, conforme inscrito na documentação: “[...] estipulou-se horário para as crianças como o exposto: 7 hs café, 9 hs lanche, 11:30 hs almoço, 15 hs merenda, 18 hs jantar, banho às 17 hs” (ATA Nº 146/Livro 01 do Lar Santa Rita, 25/03/1970, p. 193). Em relação a essa rotina, Helena (2021, p. 5, informação verbal) aponta como acontecia o momento do lanche na entidade: “*No lanche, a gente dava uma fruta, uma banana, uma laranja, aí tinha que descascar aquele monte de laranja...*”. Para os bebês, a janta era uma sopa, e antes de dormir era ofertada a mamadeira.

Ao tratar acerca das rotinas para as crianças pequenas, Barbosa (2000) afirma que estabelecer momentos se configuram como parte do atendimento realizado às crianças e estão ligados a rituais, hábitos, repetições, que demonstram associações à ordem. Nesse sentido, refletimos com Elias (1994, p. 100), pois quem “[...] o indivíduo é treinado para desenvolver um grau bastante elevado de autocontrole e independência pessoal”. A rotina se apresenta, portanto, também visando finalidades sociais, como um mecanismo de controle dos indivíduos.

Dessa forma, um dos reais motivos implícitos buscados com a implementação de uma rotina na entidade, era estabelecer e projetar o lugar de dominação dos adultos, instituindo a organização, a regulação dos comportamentos, o aprendizado das normas de civilidade para o grupo, em nome do “bom funcionamento da instituição”. Assim, as crianças precisariam aprender com a rotina, a controlar seus impulsos e suas ações.

Ainda sobre a rotina vivenciada pelas crianças moradoras do *Lar*, identificamos, através dos registros, a participação em atividades como o Judô, proporcionada pela Academia de Judô Kodokan de Dourados, pelo professor Etalivio Bonfim. Conforme o Livro Nº 02/Ata nº 198, “[...] foram providenciadas roupas de judô para aquelas crianças que receberão aulas desse salutar esporte” (LIVRO Nº 02/ATA Nº 198, p. 31). Ressaltamos, também, as aulas de religião que ocorriam aos sábados na entidade, e eram ministradas pela madre Liuba Heck, diretora do Instituto Educacional de Dourados⁴⁵ à época.

⁴⁵ O Instituto Educacional de Dourados é atualmente a Escola Imaculada Conceição, localizada no município de Dourados-MS.

Nesta reunião compareceram as Irmãs madre Luiba, diretora do Instituto Educacional de Dourados, e a Irmã Lourenço, para combinar a educação religiosa das crianças, visto constar nos Estatutos que qualquer criança têm liberdade de culto, não obstante, quase todas são batizadas na igreja católica, religião dos pais ou responsáveis. As exceções, isto é, crianças criadas dentro de outras religiões tem ampla liberdade de segui-las (ATA Nº 169/Livro 02 do Lar de Menores – Santa Rita, 11/11/1970, p. 11).

Estes dados retirados da Ata nos revelam a presença desse grupo de mulheres que se designavam “cursilhistas” da Igreja Católica, como uma rotina dentro das atividades da entidade. Podemos observar, na Figura 30, o momento das aulas de religião ministradas pelas irmãs. Trata-se de um registro que revela as crianças dispostas em uma mesa no pátio do *Lar*, em uma área aberta. Sobre o móvel, a imagem da Santa Rita de Cássia, que dá nome à entidade.

Figura 30 – Aulas de Religião no Lar Santa Rita (1970)



Fonte: Acervo institucional do Lar Santa Rita/ Dourados-MS

Outra preocupação religiosa vigente era a do batismo, como observamos no registro em Ata: “Batizado e primeira comunhão para as crianças que ainda não receberam esses sacramentos... cinco crianças receberão o batismo e catorze farão a 1ª comunhão” (ATA Nº 86/Livro 01 do Lar Santa Rita, 08/11/1968, p. 105). Conforme expõe Marcílio (1997, p. 52), tal preocupação com o batismo remonta à época da existência da Roda de Expostos, onde havia a preocupação da Igreja em batizar a criança abandonada, para que a sua alma fosse salva.

Nesse sentido, refletimos com Kossoy (2007, p. 60), segundo o qual “[...] a imagem fotográfica vai além do que mostra em sua superfície”, pois tal registro nos revela que, apesar de constar no Estatuto institucional em seu Art. 1º, alínea “a”, que a entidade é “uma sociedade civil, com personalidade jurídica, sem cor política ou religiosa” (p.1), a religião católica era

muito presente na rotina da instituição. Asseveramos, assim, que o historiador precisa realmente compreender as fontes, pois ao fazer o cruzamento entre elas, há, por vezes, informações divergentes. Quando relacionamos o que está escrito no papel com o que é vivenciado, tais divergências podem revelar o interesse de quem escreveu o documento (BACELLAR, 2006).

Ora, observamos tal perspectiva religiosa também no fato registrado em Ata, o qual relata a viagem feita pela diretora da entidade ao Rio de Janeiro em busca de freiras para assumirem cargos no Lar (ATA Nº 218/Livro 02 do Lar Santa Rita, 02/06/1976, p. 95). Entretanto, dentro do recorte temporal de nossas análises, não localizamos, além das aulas ministradas de religião, outros cargos e funções ocupados por membros religiosos.

Apreendemos ainda como se dava o processo de adoção da uma criança, procedimento que fazia parte da rotina na entidade. O casal que desejasse adotar passava por uma entrevista e análise da gestão diretiva, preenchia uma ficha intitulada “Dados gerais sobre a família adotiva do menor interno no ‘Lar Santa Rita de Cássia’ – Dourados”, contendo os dados pessoais do pai e da mãe adotiva e as seguintes perguntas: “Qual a situação civil do casal? Qual a duração do relacionamento? Quantos filhos tem? Qual a despesa do Lar? Qual a renda mensal? Qual a situação de saúde do casal? Porque querem levar o menor? Conhecem os direitos do menor?” Todas as questões eram realizadas e a ficha ficava arquivada na instituição.

A criança, ao ser adotada, passava por um período de adaptação de 30 dias com a família, e, ao final desse tempo, caso não se adaptasse, retornava ao *Lar*. O requerimento de adoção era assinado pelo juiz de Direito da época, e todo esse procedimento era registrado em Ata, como exemplificado a seguir: “Foram entregues os menores [...] ao casal, de acordo com o registro de assinatura do termo de compromisso de guarda de menor pelo M. Juiz de Direito – Dr. Milton Maulei” (Ata nº 127/Livro 01 do Lar de Menores Santa Rita, 26/09/1969, p. 152).

Chama a atenção, nesse fragmento do Estatuto do “Abrigo de Menores Necessitados de Dourados”, em seu Art. 20º, Das disposições gerais, as seguintes exigências para a adoção das crianças abrigadas pelo *Lar*:

A Diretoria com a aprovação do conselho fiscal poderá doar, os menores que tiverem sôb sua guarda e responsabilidade, às pessoas que desejarem desde que façam prova de serem *casados* civilmente, função definida, *idôneos e de reputação ilibada* e titular, digo, e tutelar o menor. (ART.20º DO ESTATUTO DO ABRIGO DE MENORES NECESSITADOS DE DOURADOS, 1966, p. 4, grifo nosso).

Esse artigo retirado do Estatuto, reflete a concepção da época onde a família considerada digna para adoção deveria ser composta por homem e mulher, e ter a sua reputação inabalável, íntegra e idônea de acordo com o julgamento da sociedade. Como descrito acima, o casal

passava pela análise da diretoria da entidade, e somente após a sua aprovação poderia adotar uma criança. Nesse processo de adoção e tutela, muitos casais buscavam crianças mais velhas, para as submeterem a atividades laborais. Essa prática que “[...] remonta ao século XIX quando, no contexto pós-abolição, a sociedade voltou seu olhar para a infância desvalida que passou a ocupar os espaços citadinos” (SOUZA, 2018, p. 236). Marcílio (1998) explicita, nesse sentido, sobre o destino das meninas pobres e desvalidas:

Com as primeiras leis em favor da Abolição da Escravatura – e a própria extinção do sistema escravista no País –, higienistas, juristas e o governo se aliaram à sociedade para fomentar a criação e a manutenção dos estabelecimentos de proteção e de educação das meninas órfãs e desvalidas. Esses estabelecimentos passaram a ser vistos como a salvação das famílias bem postas: tornaram-se o celeiro para se abastecerem de domésticas bem preparadas, a bom preço, ou mesmo gratuitamente. (MARCÍLIO, 1998, p. 177, sic).

Pelo exposto, percebemos que tais práticas eram comuns na década de 1960, onde as famílias buscavam a adoção tendo em vista não um filho/a, mas uma pessoa para realizar serviços domésticos. Dessa maneira, o Estado percebia tal estratégia como positiva, pois retirava as crianças pobres e abandonadas das ruas e dos olhos da população, e as utilizava como mão de obra nos serviços domésticos (SOUZA, 2018).

Outra passagem registrada na documentação trata sobre as famílias que deixavam as crianças no *Lar*, as que assim desejassem poderiam manter contato, fazendo visitas à instituição, algumas até mesmo retornavam para buscar a criança: “*Muita das vezes a criança passava muitos anos e, às vezes, voltava para a família*” (ENEIDA, 2021, p. 4, informação verbal). Entretanto, a partir do ano de 1968, essas visitas ficaram restritas a um horário específico, para que não atrapalhasse os estudos das crianças e o funcionamento interno da entidade.

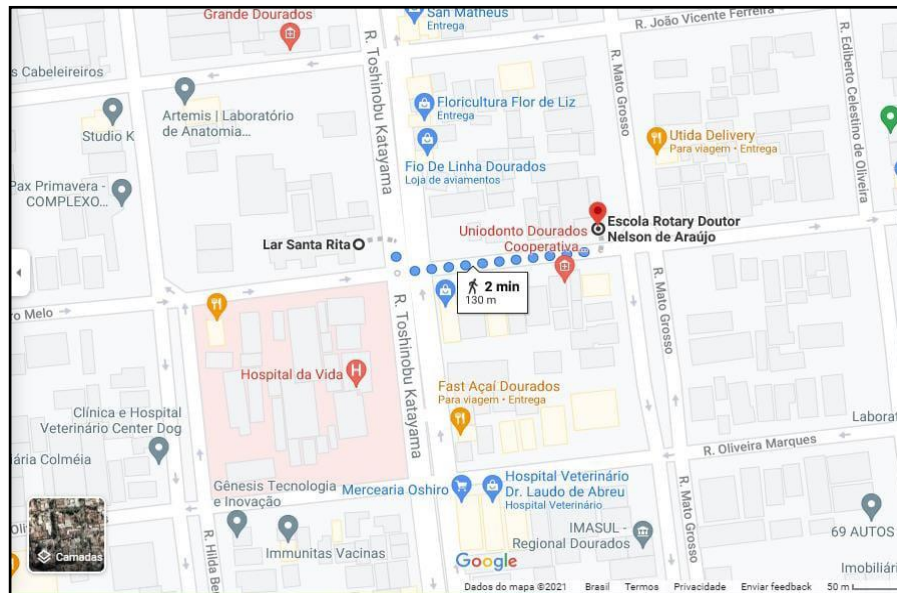
Em 1971, o número de crianças abrigadas pelo *Lar* crescia significativamente, chegando a amparar mais de 100⁴⁶ meninos e meninas. Desse modo, havia a necessidade de matricular as crianças em uma escola, conforme a própria LDBEN nº 4024/1961, que assegurava o direito à educação. Assim, a Escola Estadual Rotary Dr. Nelson de Araújo foi fundada na década de 1970, segundo Luiz⁴⁷ (2012) para atender às crianças do *Lar Santa Rita*. Em seu relato, Helena (2021, p. 2, informação verbal) reafirma “[...]as crianças estudavam lá até o quarto ano.

⁴⁶ Informação concedida pelas entrevistadas, em seus relatos. No ano de 1971 identificamos o número de 51 crianças que ingressaram na entidade, porém, o número total de crianças internas era maior, pois várias permaneciam na instituição.

⁴⁷ Para mais informações sobre a história da Escola Estadual Rotary Dr. Nelson de Araújo, consultar a dissertação de Luiz (2012), intitulada “Retratos da escola: a organização do acervo fotográfico e a utilização de imagens como fontes em história da educação”, e defendida no PPGEduc/UFGD.

Aquela escola foi fundada mais ou menos para as crianças do Lar Santa Rita, porque o Dr. Nelson era muito amigo da Dona Afife... e montou a escola porque era perto”. A escola está localizada há apenas uma quadra da entidade, como visualizamos no mapa abaixo (Figura 31):

Figura 31 – Mapa da distância entre o Lar Santa Rita e a Escola Rotary Doutor Nelson de Araújo



Fonte: Mapa com recorte da cidade de Dourados, disponível no Google Maps⁴⁸.

A Figura 32, a seguir, revela o momento de inauguração da Escola Estadual Rotary Dr. Nelson de Araújo. Segundo o relato de Eliana Rosa Espirito Santo, na foto estão: Décio Rosa Bastos, Leila Fioravanti Rosa, Neil Fioravanti, Ivone Bassil Fioravanti, Marcos Fioravanti, Amelinha Fioravanti, Eymard Martins Ferreira, Eudóxia Muzzi Ferreira, Isabel Muzzi Fioravanti, Arnulpho Fioravanti, Isabel Cristina Fioravanti Dias, Abdias Leite, Antônio Frison, Wilson Ordones, Renê Miguel. Todos se encontravam dispostos em frente ao prédio de alvenaria onde funcionava a instituição. Estavam presentes as autoridades locais e suas famílias.

⁴⁸ Disponível no link: <https://www.google.com/maps/dir/Lar+Santa+Rita+-+Rua+Toshinobu+Katayama+-+Vila+Planalto,+Dourados+-+MS/Escola+Rotary+Dr.+Nelson+de+Ara%C3%BAjo,+Rua+Ciro+Melo,+2677+-+Vila+Planalto,+Dourados+-+MS>. Acesso em: 07 ago. 2021.

Figura 32 – Inauguração Escola Dr. Nelson de Araújo (1974)



Fonte: Dourados, recantos e histórias com tratamento de Paulo Takarada (Facebook, 2022)

Conforme relata Helena (2021), as crianças menores estudavam até o quarto ano na Escola Dr. Nelson de Araújo, e os maiores, na Escola Estadual Presidente Vargas. Fazia parte da rotina das crianças o uso de uniformes para frequentar a escola, e também no cotidiano do próprio *Lar Santa Rita*, como relatou Marisa (2021, p. 4, informação verbal): “*A gente usava no dia a dia. Esse uniforme, eu lembro, azulzinho e xadrez, era shortinho e a camisa. A gente usava, era rotina, principalmente quando tinha eventos, mas a gente usava*”.

Chama a atenção na Figura 33, as crianças dispostas em fila no pátio da instituição, utilizando o uniforme azul claro, normativa da entidade a qual se refere Marisa. Destacamos a homogeneização do uniforme, com cores claras e buscando, como o próprio nome designa, “uniformizar”, tornar a todos iguais. Segundo Elias (2011), a implementação de certas condutas pelos adultos, busca tornar o indivíduo “civilizado”, induzindo modelos de comportamento e impondo normativas. Para o autor, temos um padrão de comportamento, e para que o indivíduo seja considerado civilizado, precisa se comportar atendendo a esse controle rigoroso e obedecendo a uma modelagem específica imposta pela sociedade (ELIAS, 2011).

Observamos a organização do momento. Na fotografia, as crianças estão separadas por filas, divididas entre os meninos e meninas. Seu comportamento também nos chama a atenção, pois encontravam-se dispersas, com o olhar distraído. Tal organização e separação das crianças, advém de estratégias criadas nas instituições para “ordem” e “controle”, em determinados momentos, e eram recorrentes no Lar, como observamos no trecho da Ata “[...] as crianças postadas em fila, cantaram” (ATA/Livro 02 do Lar de Menores – Santa Rita, 18/03/1972, p.

55). Somente no recorte deste registro podemos identificar cerca de 20 crianças dispostas nas filas; à frente das fileiras estão três mulheres que pareciam coordenar o momento.

Figura 33 – Organização das crianças no pátio do Lar Santa Rita (1979)



Fonte: Acervo privado de Marisa Pereira dos Santos

Consta na Ata nº 297, de 1978, a organização para uma nova eleição da instituição e o registro de um comunicado da diretora Sra. Afife Maksoud Bussuan, escrito pela 1ª secretária:

Dona Afife que há doze anos faz parte de diretorias que se sucedem nesta casa, disse estar cansada e pede a quem se interessar por cargos e quiser organizar chapas com participação de pessoas idôneas para dirigir a Entidade, é chegada a hora. Frizou ainda Dona Afife a sua vontade de passar o cargo de diretora a alguém que se interesse e que possa zelar pelas crianças abrigadas com a dedicação necessária. (ATA Nº 297/LIVRO 03 DO LAR SANTA RITA, 13/02/1978, p. 4).

Diante disso, mesmo com tal solicitação da diretora, a mesma permaneceu à frente da instituição até o ano de 1982, período no qual nenhuma organização foi realizada por chapas concorrentes. Assim, no dia 28 de março de 1982, deu-se a posse da nova diretoria da entidade, cuja reunião foi aberta pela Sra. Afife, que relatou alguns fatos ocorridos durante a sua trajetória e agradeceu a colaboração de todos os membros da diretoria. Segundo Marisa (2021), o registro fotográfico disposto na Figura 34 mostra o dia da despedida da Sra. Afife do *Lar Santa Rita*.

Figura 34 – Despedida da Sra. Afife Maksoud Bussuan (1982)



Fonte: Acervo pessoal de Marisa Pereira dos Santos

Consideramos que a fotografia pode transmitir para o presente momentos ocorridos no passado, as “[...] imagens podem testemunhar o que não pode ser colocado em palavras” (BURKE, 2017, p. 49), como o momento registrado na Figura 34. No registro, há a captura da Sra. Afife pelos corredores do *Lar Santa Rita*, rodeada por oito crianças. Mais ao fundo, outras crianças se movimentam. A imagem revela o prédio feito de alvenaria, com uma janela grande e bancos feitos de tijolos. Apesar da despedida da diretoria da entidade, a Sra. Afife permaneceu colaborando com informações e apoio a nova direção, os quais foram solidificados em Ata: “[...] prontificou-se a nos orientar sempre que necessário for dado os seus 16 anos de experiência, comovida afirmou deixar a Diretoria, mas continuará dando seu apoio e amor às crianças” (ATA N° 346/ Livro 03 do Lar Santa Rita, 30/03/1982, p. 43).

Nos anos subsequentes, a Loja Maçônica Estrela de Dourados assumiu a direção da entidade como mantenedora, modificando vários aspectos organizacionais e reformulando o seu estatuto, administrando a instituição por 16 anos, no período de 16 de março de 1982 a 03 de novembro de 1998. Como homenagem a essa primeira gestão diretiva, a Loja Maçônica Estrela de Dourados confeccionou um quadro (Figura 35), com o título de “Presidente de Honra”, em forma de agradecimento aos serviços prestados às crianças e ao *Lar Santa Rita*.

Figura 35 – Quadro de Homenagem à Sra. Afife Maksoud Bussuan (1982)



Fonte: Acervo institucional do Lar Santa Rita/ Dourados-MS

Por conseguinte, como recorte temporal de nossa pesquisa elencamos o ano de 1982 como término do período investigado, último ano da gestão da Sra. Afife Maksoud Bussuan, o quadro apresentado acima, estabelece um marco de encerramento desta gestão, e que encerra também o recorte temporal estabelecido nesta investigação (1965-1982).

3.4 História e memória da Entidade

Nesta seção, nos valem de fontes e registros institucionais e privados que nos permitem narrar parte desta história do *Lar Santa Rita*, fazendo uso de algumas fotografias que representam as memórias da entidade e dos indivíduos que dela fizeram parte, utilizando perspectivas que nos permitem a investigação e apontando momentos marcantes dessa trajetória. Le Goff (1990, p. 410), nos auxilia a pensar sobre a memória:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 1990, p. 410).

A fotografia carrega em si as memórias, é um produto de uma época e de um determinado contexto histórico, que expressa a linguagem do período, o comportamento de uma sociedade, o olhar do fotógrafo. De acordo com Mauad (2005, p. 135), “[...] as imagens nos

contam histórias (fatos/acometimentos), atualizam memórias, inventam vivências, imaginam a História”. Nessa conjuntura, nos deparamos, em nossas análises, com a imagem disposta na Figura 36, que revela um dos momentos da memória da entidade logo nos seus primeiros anos de funcionamento, por volta de 1965/1970, segundo o seu Histórico documental.

Figura 36 – Crianças atendidas pelo Lar Santa Rita no seu início (196-)



Fonte: Dourados, recantos e histórias (Facebook, 2022)

A imagem fotográfica retrata as crianças em frente a um prédio de alvenaria, e a presença de duas funcionárias da instituição, que eram responsáveis pelo atendimento às crianças. Uma está em pé, no lado esquerdo, e a outra, sentada no lado direito, com duas crianças no colo. Identificamos na foto que a faixa etária das crianças era diversa, desde bebês de colo até mais velhas, aparentando ter 10 anos de idade. Aparecem no registro 26 crianças, entretanto, não é possível saber ao certo se tal número corresponde ao total de crianças abrigadas no *Lar*. Possivelmente, o registro fotográfico ocorreu em um horário que o sol estava forte, pois algumas crianças aparecem protegendo o seu rosto, sendo que as crianças maiores estão em pé e as menores sentadas ou no colo das funcionárias.

Corroboramos com Kossoy (2001), que aborda a fotografia como um documento real, utilizado como fonte histórica; “[...] a fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social, registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem” (KOSSOY, 2001, p. 156). O olhar do pesquisador e sua interpretação para esses registros e memórias é que possibilitam revelar perspectivas de análise, conseguir “enxergar coisas miúdas” (ABDALA, 2016); o registro em si sem esse diálogo com o historiador nada nos diz.

Outro registro fotográfico, que faz parte da memória da entidade, corresponde à Figura 37, que nos mostra mudanças realizadas na fachada do *Lar Santa Rita*, registradas na Ata nº 217. Tais reformas foram implementadas na primeira gestão, no biênio de 1970/1971, “[...] a nova frente do Abrigo, com um muro baixo e balastre de ferro, jardim, calçada, pintura do prédio, o corredor ligando a velha parte a nova” (ATA Nº 217/Livro 02 do Lar Santa Rita, 18/03/1972, p. 54-55). Percebemos as características descritas na Figura 34, a qual vemos a fachada de uma casa de alvenaria, com um tom de bege claro e laranja, com muros e grades que já necessitavam manutenção. Logo na entrada, lemos o nome da entidade pintado na parede “Lar Santa Rita - Abrigo de Menores Necessitados de Dourados, fundado em 12/11/1965”. No lado esquerdo do registro, notamos o símbolo da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), e escrito logo abaixo, “Convênio com a FUNABEM - SDS”.

Figura 37 – Vista frontal da fachada do Lar Santa Rita (196-/197-)



Fonte: Acervo institucional do Lar Santa Rita/ Dourados-MS

Como parte da memória institucional, nos foi cedido por Marisa Pereira dos Santos, de seu acervo privado, fotografias que revelam características e fatos marcantes vivenciados.

Tais fontes possuem um valor afetivo, e, como aponta Le Goff (1990, p. 221), adquirem *status* de “criadora de memórias e recordações”. Dentre esses registros, está a Figura 38, que revela um momento de reunião. Na foto, aparecem as crianças moradoras do *Lar*, duas funcionárias e a presidente Sra. Afife Bussuan, disposta no canto esquerdo da cena. Há um número significativo de crianças abrigadas, cujo total, ao menos no registro, é de aproximadamente 67, o que demonstra a demanda que havia na cidade pela instituição.

Figura 38 – Crianças do Lar Santa Rita reunidas no pátio (1977)



Fonte: Acervo privado de Marisa Pereira dos Santos

O fotógrafo buscou um enquadramento central, organizando a disposição para que as crianças menores estivessem sentadas na grama e abaixadas, e as maiores posicionadas atrás, em pé. Observamos um bebê no colo de uma funcionária próxima a Afife. Mauad (1996, p. 8) expõe sobre o papel de autor imputado ao fotógrafo, quando das técnicas por ele utilizadas: “O grau de controle da técnica e das estéticas fotográficas, variará na mesma proporção dos objetivos estabelecidos para a imagem final”.

Pelo exposto, podemos perceber que nem todas as crianças utilizam o uniforme (calça e bermuda azul claro), algumas aparecem com outras vestimentas. Uma das razões para esse fato é o alto número de abrigados, que crescia consideravelmente na época, não havendo vestimentas para todos. Tanto por isto, a busca para angariar mais uniformes para as crianças abrigadas foi registrada em Ata quando de uma doação recebida por outra instituição: “[...] Recebemos da Casa da Amizade do Rotary Club de Dourados uniformes para 14 crianças” (ATA N° 123/Livro 01 do Lar Santa Rita, 29/08/1969, p. 146).

Chama a atenção, a partir da foto (Figura 38), a faixa etária diversa das crianças, que ia desde bebês até crianças maiores de 12 anos, conforme consta no Estatuto da entidade. Eneida

(2021, p. 3, informação verbal) relatou que, entre 1978 e 1980, havia, no total, “[...] em torno de 130/150 crianças. Um número bem grande, de berçário até jovem, adolescente de 17/18 anos”. Concluímos, através do cruzamento de fontes, que a faixa etária das crianças atendidas ultrapassava os 12 anos, como também nos indicou Helena (2021, p. 3, informação verbal): “16 anos, mais ou menos. Mas a gente acolhia até mais, porque dava dó deixar sair assim sem destino, a gente não deixava sair... vários a gente encaminhou, muita gente aqui em Dourados ajudava demais eles”.

No registro abaixo (Figura 39), datado do ano de 1980, percebemos uma movimentação das crianças no pátio do Lar, em uma área coberta. Todas estão dispostas em volta de uma mesa na qual parece haver um bolo de aniversário. Contabilizamos, na imagem, 22 crianças de várias idades, e algumas delas formam uma fila que provavelmente seria para receber o seu pedaço de bolo. Mais ao fundo da imagem, no canto esquerdo, há um menino tomando um refrigerante em uma garrafa de vidro, muito comum na época.

Figura 39 – Aniversário no pátio do Lar Santa Rita (1980)



Fonte: Acervo institucional do Lar Santa Rita/ Dourados – MS

Como apontam Vidal e Abdala (2005, p. 178), “[...] apreciar uma fotografia é sempre um momento de prazer. Um deleite que não se resume à contemplação de pessoas ou lugares que conhecemos e nos trazem à recordação aspectos do passado”. Assim, diversas vezes contemplamos fotografias de lugares e momentos que não vivenciamos. Os momentos retratados nos diversos registros fotográficos são significativos na memória da entidade, pois se festejava os aniversários das crianças, a celebração desta data era algo especial, contava com a participação da comunidade e com a doação de bolos na realização dos festejos.

Nota-se na fotografia (Figura 40), a presença de duas mulheres organizando o momento com os pequenos. Ao fundo, o pátio do *Lar*, que possuía um espaço amplo e contava com parque de diversões, como indicou Helena (2021, p. 11, informação verbal): “[...] *Tinha parquinho e quando ganhava brinquedo usado a gente lavava tudo com água e sabão, para depois dar para eles brincarem, e quando ganhava, deixava tudo na secretaria, e aí, se usava, lavava tudo*”.

Outro registro fotográfico que compôs o corpus documental da pesquisa inscreve-se na Figura 40, que revela um momento do churrasco realizado no próprio pátio do *Lar*. Muitos voluntários auxiliavam nesses acontecimentos, os quais fazem parte das memórias de Marisa (2021, p. 5, informação verbal), por exemplo, que declarou a propósito da cena: “*Esse churrasco... tenho até foto aqui, do pessoal que fazia churrasco para a gente. Essa aqui já era da minha época, inclusive essa foto aqui, tem meus irmãos*”. Ressalta-se que realizar as comemorações desse tipo, o *Lar* contava com doações feitas pela comunidade douradense.

Figura 40 – Churrasco no Lar Santa Rita (198-)



Fonte: Acervo privado de Marisa Pereira dos Santos

As fotografias congelam momentos na imagem. Segundo Kossoy (2002, p. 21), elas “[...]nos mostram um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como foram (estética/ideologicamente) congelados num dado momento de sua existência/ocorrência”. No registro da Figura 40, ao centro, estão as crianças moradoras do *Lar*, de várias idades, e muitas vestidas com o uniforme já mencionado, de cor azul claro. No canto direito situa-se a presidente Sra. Afife (sinalizada com uma seta azul), ao lado de dois homens e uma mulher. Apesar de não conseguirmos observar precisamente, percebemos que atrás e mais ao fundo havia mais pessoas. Já no canto direito do registro, há seis homens, alguns parecem estar responsáveis pelo churrasco. Nesta imagem, muitas crianças menores não

aparecem, pois as maiores estão dispostas à frente, aspecto que nos leva a pressupor que não havia preocupação de que todas fossem registradas, nem organização prévia do fotógrafo.

As imagens fotográficas neste capítulo se constituem na construção das memórias do *Lar Santa Rita*, na escrita de sua história. Tanto o acervo privado quanto institucional são lugares de memória “[...] duplos, enquanto guarda seus acervos ao mesmo tempo pode ser aberto a novas leituras do passado e do presente” (VIDAL, 2005, p. 19).

Nessa perspectiva, no próximo tópico, enfatizamos e problematizamos as relações entre a comunidade e a entidade na assistência à infância, que se constituía também através de ações nas campanhas e promoções que envolviam a todos os indivíduos.

3. 5 Festas e promoções: estratégias para o seu funcionamento

De modo geral, as instituições procuram criar estratégias e táticas para o seu funcionamento. O *Lar Santa Rita*, desde a sua gênese, realizava de festas, celebrações e promoções a fim de se manter em pleno funcionamento e se perpetuar ao longo dos anos, e a comunidade participava ativamente desse processo. Certeau (1998) expõe a definição para o que ele chama de estratégia nos seguintes termos:

O cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações como uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). (CERTEAU, 1998, p. 99).

Tal conceito de estratégia (CERTEAU, 1998) nos faz refletir sobre a organização do *Lar* para o seu estabelecimento e conquista de certo lugar de poder na sociedade douradense. Como estratégias, as divulgações em prol à instituição eram recorrentes nas edições do *Jornal O Progresso*, onde se faziam convites e apelos à comunidade: “[...] E não se esqueçam: a renda reverterá em prol do Abrigo do Menor. E aqui fica mais uma vez o convite para visitarem <Lar Sta. Rita de Cássia>, lá perto do Hospital Sta. Rosa” (O PROGRESSO, 13/08/1966, p. 6).

Como uma de suas principais estratégias de manutenção, melhorias, reformas, construções e pagamento de funcionários, o *Lar*, em seu início, realizava promoções e eventos, como consta na Ata de uma de suas primeiras reuniões em que “[...] falou-se sobre festas programadas em prol do Abrigo e do melhor modo de realiza-las afim de se tirar proveito monetário das mesmas” (ATA Nº 7, 22/04/1966, p. 11, sic). Em outra reunião, também

registrada em Ata, o tema voltou a ser objeto de atenção: “[...] Da. Geny disse que o caixa do Abrigo já estava com pouco saldo, sendo necessário fazer novos movimentos afim de conseguir fundos para o mesmo” (ATA Nº 10, 02/09/1966, p. 19, sic).

Para identificar os principais eventos, promoções e festas realizadas que visavam a subsistência e melhorias da entidade, realizamos um levantamento a partir das fontes acessadas, cujo resultado apresentamos abaixo, no Quadro 11.

Quadro 11 – Promoções, festas e campanhas realizadas no Lar Santa Rita (1966-1988)

Data	Promoção/Festa/Campanha
26/06/1966	Bingo de uma Perua Rural Willys
23/06/1966	Baile de São João
27/08/1966	Baile de Debutantes (realizados anualmente)
03/01/1969	Campanha para angariar mais sócios no município de Fátima do Sul, Itaporã e Dourados.
06/02/1969	Rifa de um bezerro doado ao Lar
1970	Festa Junina (realizada anualmente)
24/04/1970	Show no Cine Ouro Verde com Virgínia Lane e 28 elementos das escolas de samba: Mangueira, Portela e Salgueiro
04/03/1970	Promoção da Marcha dos Estudantes
25/08/1971	Campanha do Gado (promovida pelos fazendeiros da cidade)
30/10/1971	Desfile Bangu (tecidos doados pela fábrica Bangu)
24/11/1971	Campanha do Arroz (sacos de arroz doados pela diretora do Ginásio Estadual Presidente Vargas - Josephine Cloppenburg).
09/02/1972	Campanha das Camas
06/07/1972	Baile com a banda “Cassino de Servilha”
09/1973	Baile Cigano realizado no Clube Social
06/02/1974	Baile Branco realizado no Clube Indaiá
16/07/1974	Jantar promovido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em parceria com o Lar (50% da renda revertida o Lar)
04/1976	Almoço Beneficente no Domingo de Páscoa
1976	Festa da Coca-Cola
1976	Promoção “Hélio Lopes”
1976	Barraca de Exposição
07/04/1977	Rifa de um relógio suíço doado por Leila F. de Souza
10/08/1977	Show no Clube Indaiá
1977	Campanhas realizadas pelo “Lions Club”
1977	Festa do Refrigerante
28/05/1978	Almoço no Clube Indaiá
1978	Barracas nas Festas Juninas realizadas pela Secretaria de Promoção Social da Prefeitura de Dourados
1980	Rifa de um carro

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2022)

Importa destacar que muitos itens promocionais dos quais realizava-se sorteios e rifas eram doados pela comunidade, principalmente pela elite douradense. Localizamos diversas edições do Jornal O Progresso que divulgaram os eventos e promoções descritos no Quadro 11,

tendo sido a primeira promoção localizada referente ao Bingo de uma Perua Rural Willys, um carro clássico da época, com o objetivo de levantar fundos para a construção do prédio do *Lar*.

Em virtude de não ser feriado dia 24, São João, o Bingo da Perua Rural Willys, em benefício do <Abrigo do Menor>, não mais será realizado neste dia conforme o programado, sendo transferido para o dia 26, próximo domingo. O local da realização será o mesmo no Cine Ouro Verde, às 8 horas. Ao concluirmos esta reportagem, queremos levar até as abnegadas sras. Geni Milan, Ymera Fedrizzi, Afife Bussuan e demais colaboradoras, os nossos cumprimentos pela grande obra que estão realizando em Dourados, objetivando dar condições de vivência a centenas de pequeninos desamparados. Deus que é onisciente e tudo sabe, irá recompensá-las! (O PROGRESSO, 22/06/1966, p. 1).

Nesse ínterim, logo em seu início, outro evento realizado para a construção da estrutura do *Lar* foi o Baile de São João, que contou com a divulgação do jornal local, cuja notícia, após o término da festividade, apontou que “[...] o esperado Baile de São João foi um sucesso, pela animação que predominou do princípio ao fim e sucesso pelo bom rendimento em pról do Abrigo do Menor” (O PROGRESSO, 25/06/1966, p. 6, sic). O Show de Virginia Lane, uma artista famosa na década de 1970, foi também um evento que marcou a cidade de Dourados, a saber por seu anúncio nas páginas do mesmo jornal anteriormente citado:

SHOW – Dia 27, 2ª. Feira, no Cine Ouro Verde, com início as 20 horas, o fabuloso Show de Virginia Lane e 28 elementos da escola de samba, malabaristas do pandeiro, o conjunto <Copacabana Boys> muito humorismo e muita moça bonita. Não percam, pois além de se divertirem, estarão colaborando com o <Lar Sta. Rita de Cássia>. NCR\$ 5,00 o ingresso (O PROGRESSO, 25/04/1970, p. 6, sic).

Podemos perceber a constante divulgação dos eventos na imprensa local. Em muitas dessas notas publicavam-se os nomes dos sujeitos promotores das doações para os eventos, os quais, em sua totalidade, conforme apontamos, compunham a elite douradense da época. Certeau (1998) afirma que as estratégias funcionam como mecanismos articulados, que envolvem relações de força e dominação, dentro de uma estrutura social. Para o autor, a estratégia atua como “[...] o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio*” (CERTAU, 1998, p. 46, grifos do autor).

A Figura 41, situada abaixo, explicita um desses importantes eventos realizados anualmente no *Lar Santa Rita*, a saber, a Festa Junina, cujo registro data-se do ano de 1978, tendo como cenário o pátio da entidade. Na fotografia registra-se o exato momento de coroação das “rainhas” e “princesas” da festa, tendo a Sra. Afife Bussuan, presidente do *Lar*,

acompanhada de três crianças. A menina situada ao centro da fotografia, sendo coroada por uma outra, era a “rainha”, e as demais meninas, as “princesas” da Festa Junina.

Figura 41 – Festa Junina no Lar Santa Rita (1978)



Fonte: Acervo privado de Marisa Pereira dos Santos

Conforma Mauad (1996, p. 10) aponta, “[...] a imagem fotográfica permite a presentificação do passado, como uma mensagem que se processa através do tempo”. No registro em questão, destaca-se o traje das crianças, com as vestimentas típicas, os vestidos, e ao fundo as pessoas que participavam da festa. De acordo com Marisa (MARISA, 2021, informação verbal), na festa junina, quem poderia concorrer à premiação para “rainha” e “princesa”, eram as crianças pertencentes às famílias da elite douradense, que colaboravam com doações para o *Lar*, portanto, as crianças moradoras da entidade não poderiam ser coroadas; estas eram, de certa maneira, levadas ao *fundo da cena social* (ELIAS, 2011).

A festa junina do Lar era muito famosa [...] Mas, essas crianças, eram filhos de pessoas com condições, eram as famílias que ajudavam. Tem uma menina sendo a rainha da festa, eu acho que era a que mais vendia votos [...]. Não era as crianças do Lar, era geralmente essas famílias que colaboravam com o Lar, geralmente fazendeiros, tinha

muita gente de posses. Então, a tia Afife se envolvia muito nessas ações, nessas ações beneficentes pro Lar (MARISA, 2021, p. 3, informação verbal).

Cabe destacar que a Festa Junina possui influência da tradição católica e, como expõe Monteiro (2021), ganhou espaço na cultura popular da cidade de Dourados, tendo sido, por isso, incluída na programação do *Lar Santa Rita*. Tradicionalmente ocorria na Praça Antônio João⁴⁹, e contava com quadrilhas, barracas com comidas típicas e até mesmo com a participação de políticos, devido à organização ser feita pela Prefeitura. Assim, essa festividade tornou-se marcante também na memória da instituição, ocorrendo todo ano e com a participação ativa da comunidade. São diversos os registros fotográficos de tais festas, que, considerados em sua dimensão histórica, são capazes de trazer para o presente os acontecimentos do passado, compartilhar memórias de uma determinada época, “[...] testemunhar o que não pode ser colocado em palavras” (BURKE, 2017, p. 49) e levar a refletir o que não está escrito no papel.

A estratégia, segundo Certeau (1998), é o lugar de poder. Quem organizava os eventos, promoções e festas eram as senhoras da elite douradense, que faziam parte da diretoria da entidade e pensavam em formas para mantê-la em funcionamento e atendendo à população. Ymera Fedrizzi era a principal responsável pelo departamento social da entidade, e divulgava os eventos em sua coluna social no Jornal O Progresso, assinada sob a rubrica de Aremy (AMARAL, 2014). Nesse sentido, a exposição midiática das ações realizadas no *Lar* pode ser interpretada como estratégia de poder mobilizada por esse grupo, que detendo “controle” dos meios de comunicação naquele contexto, fazia circular um discurso que as positivava como caridosas e benevolentes, garantindo, assim, sua permanência no cargo e certa influência social.

O Clube Social, cujo prédio é exposto na Figura 42, foi inaugurado nos anos de 1950, e na condição de primeiro estabelecimento da cidade de Dourados era onde ocorriam festas para alta sociedade era o local, inclusive muitos daqueles eventos do *Lar Santa Rita*. Localizado na avenida Joaquim Teixeira Alves, foi fundado por Emídio Rosa, Arnulpho Fioravante, Celso Muller do Amaral, Valmor Borges, Glorinha Muzzi, que compunham a primeira diretoria. Para frequentar o Clube Social era necessário pagar uma mensalidade ou anuidade e ser sócio⁵⁰.

⁴⁹ A Praça Antônio João está localizada no centro de Dourados, e passou a ser denominada como Praça a partir da década de 1950. Leva esse nome em referência ao tenente Antônio João, defensor da Colônia Militar dos Dourados durante a Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai (IBGE, 2022).

⁵⁰ Informações localizadas no grupo do Facebook “Dourados, recantos e histórias”, em texto de Neuza Carvalho do Amaral.

Figura 42 – Clube Social de Dourados (195-)



Fonte: Dourados, recantos e histórias (Facebook, 2022)

Também não podemos deixar de mencionar outro evento de destaque na história da entidade, o Baile de Debutantes, criado pela diretoria do *Lar Santa Rita* e que igualmente visava angariar recursos financeiros. O primeiro Baile de Debutantes ocorreu no dia 27 de agosto de 1966, onde debutaram 23 meninas. Para a ocasião eram vendidas mesas e o traje a ser utilizada era de gala. Este evento foi divulgado e enaltecido no Jornal O Progresso nos seguintes termos: “[...] Nesta oportunidade O PROGRESSO cumprimenta a direção do Lar Santa Rita de Cássia pela brilhante iniciativa em dotar Dourados de um acontecimento, que ficará devidamente marcado indelevelmente em nossos anais sociais” (O PROGRESSO, 31/08/1966, p. 6, sic).

Ymera Fedrizzi era a responsável pelos ensaios do Baile de Debutantes, como aponta Amaral (2014, p. 153), que participou do primeiro baile: “[...] lembro-me claramente de Ymera nos ensaios, com seu bastão, marcando a cadência no piso, acertando o tempo e o ritmo dos passos das debutantes”. Segundo a autora, esses ensaios ocorriam com datas e horas marcadas no Clube Social ou no Grande Hotel (propriedade de Ymera e Vittorio Fedrizzi), onde Ymera, durante muitas horas, ensinava as jovens a andar, a sorrir. Na Figura 43, consta o cartaz de divulgação do primeiro Baile e na Figura 44, as debutantes participantes da festividade.

Figura 43 – Cartaz de divulgação do 1º Baile das Debutantes (1966)



Fonte: Acervo pessoal de Maria Eugênia Carvalho do Amaral

Figura 44 – Baile de Debutantes (1966)



Fonte: Acervo pessoal de Maria Eugênia Carvalho do Amaral

De acordo com Amaral (2014), aparecem no registro da Figura 44⁵¹, nos degraus da esquerda, de cima para baixo: Nêlida Milan e Georgette Mello, Maria Eugênia Carvalho do Amaral, Nêlida Capilé (com uma fita nos cabelos) e Elisa Penzo; Bárbara Lupinetti (com uma

⁵¹ A decoradora de todos os Bailes de Debutantes era Maria Júlia Ribeiro.

flor nos cabelos), Teodorica Melo e Dulce Lopes Bittencourt (de óculos); Paula da Silva, Solange Maria Lourenço e Cleonir Dauzaker. Nos degraus da direita, de cima para baixo: Odete Fernandez, Maria Auxiliadora Galvão e Angela Maria Cezósimo; Gecilda Brandão Dourado e Aidê Casaro; Jane Antacle, Marly Bittencourt e Estela Mary Billerbeck; Sandra Maria Lourenço e Acir Kleim.

Assim, contemplando os registros aqui apresentados, reconhecemos a importância da fotografia para a história, que nos permite visualizar o ontem, fatos históricos marcantes ocorridos visualizados sob um novo prisma (VIDAL, 1994). As fotografias apresentadas nos despertam curiosidades e nos fazem refletir sobre os fatos ocorridos, pois “[...] nunca ficamos passivos diante de uma fotografia: ela incita a nossa imaginação, nos faz pensar sobre o passado, a partir do dado de materialidade que persiste na imagem” (MAUAD, 1996, p. 15). O registro da Figura 45 revela Ymera Fedrizzi apresentando a um dos Bailes de Debutantes:

Figura 45 – Ymera Fedrizzi apresentando um dos Bailes de Debutantes (197-)



Fonte: Dourados, recantos e histórias (Facebook, 2022)

Após todos os eventos e campanhas realizadas pela diretoria do *Lar Santa Rita*, a prestação de contas era divulgada no Jornal O Progresso, juntamente como os agradecimentos à comunidade, como podemos observar em uma das edições do jornal, após a realização da “Marcha do Estudante para o Menor Desamparado”, realizada no dia 04/03/1970:

A Diretoria do Lar Sta. Rita de Cássia, sente-se no dever de tornar público o seu agradecimento aos Diretores e Professores dos Colégios, Ginásios, Escolas Particulares e Grupos Escolares, ao Delegado de Ensino à sua assessora Maria Beatriz, ao Delegado Regional, aos Pais, aos ESTUDANTES, ao comércio em geral, ao Jornal O Progresso, e à Folha de Dourados, responsáveis que foram pelo sucesso inegável da 1ª <Marcha do Estudante para o Menor Desamparado> dotando as crianças do Lar Sta Rita do mínimo indispensável para o seu bem-estar e conforto (O PROGRESSO, 09/05/1970, p. 1).

Dessa maneira, compreendemos que o *Lar* permaneceu durante todos esses anos de existência utilizando os eventos, promoções e divulgações como estratégias para adquirir recursos financeiros visando perpetuar o atendimento à infância douradense e da região, ampliando o seu espaço e propiciando melhorias estruturais.

3.6 A(s) infância(s) do Lar: as crianças nas celebrações

A infância nem sempre foi constituída da mesma maneira. A criança ocupou diferentes lugares na sociedade, e o olhar dos adultos para esse indivíduo mudou no decorrer do tempo. Segundo Sarat (2009, p. 18), a infância é mais que um período definido biologicamente, “[...] surge como categoria social ao longo das transformações que a sociedade vai sofrendo e se apresenta como referência histórica, cultural e social”. A criança, nesse sentido, é um sujeito histórico e social, possuidor de direitos, dono de sua história de vida.

Ora, as fontes que constituem o *corpus* documental de nossa pesquisa nos permitem refletir e analisar quais eram as infâncias presentes no *Lar Santa Rita*, porque chegavam até a entidade como eram suas histórias, qual o motivo para o seu acolhimento, quanto tempo permaneciam na instituição. Conforme expusemos, constava no Estatuto institucional a faixa etária das crianças atendidas pelo *Lar*, que ia desde bebês recém-nascidos até os 12 anos de idade. Porém, nas entrevistas realizadas, as depoentes, a exemplo de Helena (HELENA, 2021), relataram que tal idade se estendia até os 16 anos ou mais.

Em relação ao acolhimento na entidade, em seus primeiros anos de funcionamento, muitas crianças eram deixadas na porta do *Lar*, lembrando historicamente a Roda de Expostos. Tal ato acontecia geralmente porque o expositor não desejava ser identificado. Helena (2021 p. 7, informação verbal) relatou sua experiência a propósito desta questão indicando: “[...] eu, por exemplo, peguei umas três crianças que foram deixadas na porta, e a gente não sabe quem deixou”. Na época, essa prática de abandono ainda ocorria corriqueiramente.

De acordo com as fichas de registros localizadas na instituição, já anteriormente apresentadas, os motivos apontados pelos responsáveis para o ingresso da criança no *Lar* eram,

principalmente, pobreza, desemprego, problemas de saúde e falecimento de um dos genitores. Dois desses motivos foram apontados da ficha de registro de uma das crianças atendidas: “[...] Dona Maria⁵² deixou os seus três filhos, por não ter condições de cuidar pois a mesma é sozinha e precisa trabalhar”, “[...] a mãe morreu com tuberculose e nos foi entregue pelo Sr. João”. Para a internação da criança e o seu acolhimento, o responsável assinava uma “autorização”, registrada em cartório, passando os cuidados daquela para o *Lar*, onde seria cuidada “de acordo com as normas do asilo”. O mesmo ocorria para a retirada da criança da entidade, de maneira que uma declaração deveria ser assinada pela pessoa, responsabilizando-se pelo menor.

Marisa morou na instituição juntamente com seus quatro irmãos após a morte de sua mãe, e foi adotada em 1982 por Afife Bussuan quando esta saiu da presidência da entidade. A referida depoente possui memórias carinhosas sobre o *Lar*, por isso o positivou nos seguintes termos: “[...] o *Lar* é um marco na minha vida. Eu considero que foi um divisor de águas, eu me senti acolhida. Só [tenho] memórias boas, foi realmente um ambiente de acolhimento” (MARISA, 2021, p. 1, informação verbal). Na Figura 46, observamos Afife Bussuan em cerimônia da primeira comunhão de Marisa, localizada ao seu lado.

Figura 46 – Afife Bussuan e Marisa Pereira dos Santos (1985)



Fonte: Acervo pessoal de Marisa Pereira dos Santos

⁵² Foram utilizados nomes fictícios.

Nesta pesquisa, a fotografia é percebida como um monumento, como expõe Le Goff (1990) e também afirma Vidal (1998):

Na percepção da fotografia como monumento e no desafio de analisa-la enquanto fonte para a história, acreditamos que é necessário concebê-la como um discurso, singular na linguagem (não-verbal) em que é constituído, e que, por sua vez, é instituinte de maneiras outras de representar a sociedade e seus conflitos. Uma formação discursiva que produz regras de validação e hierarquização, gerando um próprio ato de fotografar. (VIDAL, 1998, p. 78).

A partir dos registros fotográficos encontrados em nossa investigação, observamos as crianças e apreendemos aspectos das infâncias presentes na instituição. Na Figura 47, por exemplo, tem-se o registro do período inicial de fundação da entidade, na década de 1960. Podemos localizar, no canto direito superior da fotografia, mais ao centro, Afife Maksoud Bussuan, Maria Carneiro e Geni Ferreira Milan. Há 36 crianças de idades diferentes estão dispostas ao redor de uma mesa contendo refrigerantes e um bolo⁵³.

Figura 47 – Aniversário realizado no Lar Santa Rita (196-)



Fonte: Dourados, recantos e histórias (Facebook, 2022)

⁵³ Segundo o relato oral de Marisa (2021), a comunidade podia realizar aniversários na instituição e proporcionar a festa para as crianças abrigadas.

Na figura 48, registra-se também uma festa de aniversário, ocorrida na década de 1970. Em cima de uma mesa, ao fundo, há um bolo, e 4 crianças posicionadas atrás dele. Presentes nesta fotografia há cerca de 40 crianças, porém, possivelmente, o número das que estavam presentes na ocasião era maior, aspecto que não foi possível precisar devido ao enquadramento fotográfico. No canto esquerdo há um homem, mais ao centro aparece uma mulher, e, no canto direito, outra. Segundo Marisa (MARISA, 2021, informação verbal), o trabalho realizado na entidade era voluntário e majoritariamente feminino, principalmente nas datas comemorativas (natal, aniversários, dia das crianças, páscoa). As senhoras iam até o *Lar* e passavam o seu dia, colaboravam com as atividades e até mesmo preparavam as festas, levavam comidas diversas e presentes para as crianças.

Figura 48 – Aniversário realizado no Refeitório do Lar Santa Rita (197-)



Fonte: Acervo privado de Marisa Pereira dos Santos

Compreendemos que “[...] a imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas” (MAUAD, 1996, p. 10). Nesse sentido, o registro nos revela as características da composição do refeitório do *Lar*: três mesas grandes nas quais em suas respectivas cadeiras estão sentadas as crianças maiores; uma mesa pequena, ao centro, rodeada por cadeiras onde estão sentadas as crianças menores; e mais uma mesa grande na qual aloca-se o bolo da festa. O ambiente está decorado com balões, e as crianças parecem estar tomando refrigerantes em garrafas de vidro, características na época. Observamos uma quantidade relevante de crianças negras, aspecto que se repete em todos os registros localizados e que nos leva a levantar a hipótese de que o *Lar*, no período que compreende o nosso recorte temporal (1965-1982), as abrigava em sua maioria. Ora, com as análises realizadas por meio da fotografia, podemos

contemplar pessoas presentes em determinado período histórico, lugares, memórias do passado, acontecimentos em que não nos fizemos presentes (VIDAL; ABDALA, 2005).

O *Lar Santa Rita* possuía, no contexto do recorte temporal investigado, rituais cotidianos que permeavam a rotina das crianças abrigadas, como, por exemplo, celebrações em datas específicas, estabelecimento de horários, organização em filas. Sobre tais rituais dentro das instituições, Boto (2014, p. 6) aponta sua composição e efeitos: “[...] firma[m]-se pelo rito, uma presença partilhada. Forma[m]-se, por tal pertença, elos de comunidade e comunhão”.

Nessa perspectiva, uma data integrante dos ritos da entidade e citada pelos depoentes de nossa pesquisa, foi o Dia das Crianças, evento no qual havia programação diferenciada para comemorá-lo, como lembrou Helena (2021, p. 3, informação verbal): “*Dia das crianças era dia inteiro festa, um lanche de manhã, outro à tarde, porque as pessoas traziam, as padarias ajudavam muito*”. A Figura 49, localizada nos arquivos institucionais, explicita esse momento de comemoração do Dia das Crianças na década de 1980. No registro, posando para a foto aparecem dezenove crianças, sete abaixadas e as demais em pé. A maioria delas segura um picolé com uma de suas mãos. Quinze crianças vestem uma bermuda azul e camiseta branca, possivelmente o uniforme da entidade. Das crianças fixadas na fotografia, oito são negras, uma possui feições indígenas e três aparecem sem uniforme – uma hipótese é a de que estas últimas crianças eram filhas de pessoas da comunidade que visitavam o *Lar* nas datas comemorativas.

Figura 49 – Dia das Crianças promovido no Lar Santa Rita (198-)



Fonte: Acervo institucional do Lar Santa Rita/Dourados-MS

Mais ao fundo da imagem há grande movimentação de pessoas adultas e de outras crianças, pois, nessas datas, havia a participação da comunidade douradense no *Lar*, ofertando lanches e colaborando com os festejos (HELENA, 2021, informação verbal). Eneida (2021, p. 5, informação verbal) também relatou este aspecto, afirmando que, “[...] no dia da criança, quando era a comemoração, levavam muito bolo, muito doce”.

Celebração constante no *Lar Santa Rita* também era a Páscoa, uma festa de matriz cristã. Considerando sua realização, identificamos a ligação da entidade com a religião, assim como se evidencia em outros momentos comemorativos/ritualísticos. Na Figura 50 contemplamos uma mesa ao centro, sobre a qual estão alocados diversos suvenires em formato de coelho. Em primeiro plano, aparecem sete crianças sentadas, oito adultos e, ao fundo da cena, aparecem duas pessoas e uma criança caminhando. No canto direito há uma janela aberta, na qual visualizamos a parte de cima de uma cama tipo beliche, aspecto que nos leva a apreender que nesse local situava-se o dormitório das crianças.

Figura 50 – Celebração da Páscoa ocorrida no Lar Santa Rita (198-?)



Fonte: Acervo institucional do Lar Santa Rita/Dourados-MS

As fotografias presentes nesses momentos de celebração registram as crianças, a presença da comunidade, e se justificam porquanto “[...] as datas comemorativas são datas que relembram eventos históricos e culturais e também podem fazer parte do costume ou da tradição de um povo” (TOMAZETTI; PALAURO, 2016, p. 151). O *Lar Santa Rita* instituía esses momentos como parte de um ritual para as crianças abrigadas. As imagens revelam-se parte da história e são produzidas a partir de um contexto histórico social:

Já foi dito que as imagens são históricas, que dependem das variáveis técnicas e estéticas do contexto histórico que as produziram e das diferentes visões de mundo que concorrem no jogo das relações sociais. Nesse sentido, as fotografias guardam, na sua superfície sensível, a marca indefectível do passado que as produziu e consumiu. Um dia já foram memória presente, próxima àqueles que a possuíam, as guardavam e colecionavam como relíquias, lembranças ou testemunhos. (MAUAD, 1996, p. 10).

Nesse sentido, destacamos ainda o registro fotográfico fixado na Figura 51, feito na década de 1970. Na cena, as crianças moradoras do *Lar* estão dispostas em uma foto do tipo posada, em frente a uma parede decorada com a escrita “Feliz Natal” e outros motivos natalinos. Há trinta e quatro crianças, todos meninos, e um deles, sentado no chão, acaricia um cachorro que, possivelmente, também fazia parte do cotidiano na instituição. As crianças possuem idades variadas (possivelmente dos 3 aos 14 anos). Os menores foram posicionados sentados e próximos ao banco, e os maiores, ao fundo e nas laterais. O espaço do registro é um salão, área onde as crianças poderiam ficar e brincar, e no qual, mais adiante, localizavam-se os banheiros e os pavilhões dos dormitórios.

Figura 51 – Registro natalino (197-)



Fonte: Acervo privado de Marisa Pereira dos Santos

Na imagem, observamos somente meninos, mas, provavelmente, apenas para fins de registro, eles foram separados das meninas, público este que o *Lar* também abrigava. Mais uma vez constatamos o elevado número de crianças negras e com variadas idades. De acordo com os registros em Ata analisados, o Natal no *Lar Santa Rita* contava com a participação e doação dos sócios, a exemplo do Natal de 1971, comemoração para a qual “[...] ficou combinado de

todas pedirem donativos para os seus sócios, ou em presentes ou em dinheiro e de se fazer pacotes com antecedência, para que os presentes sejam de acordo com a idade” (ATA Nº 208, 24/11/1971, p. 40-41). Localizamos, no mesmo ano e na mesma Ata (ATA Nº 208, 24/11/1971), o registro que trata da abolição da figura do “Papai Noel”, devido ao designado “espírito da realidade católica”, o que reforça, mais uma vez, a presença do catolicismo no cotidiano da entidade como um rito e celebração. Nesse sentido, expõe Boto (2014, p. 8), “[...] o rito reafirma uma pertença. Por intermédio do rito constrói-se a coesão e os laços de solidariedade social”.

Pelo exposto, apreendemos o cuidado, por parte dos depoentes, em manter suas lembranças, principalmente em relação às comemorações realizadas no *Lar Santa Rita*. Tais acontecimentos foram importantes na vida dos indivíduos participantes; são momentos vividos no presente e que hoje fazem parte do passado, como nos ensina Le Goff (1990, p. 203), pois a “[...] distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo”.

3.7 O olhar da comunidade sobre o Lar

Em diálogo com Certeau (2020), compreendemos que toda pesquisa historiográfica se articula em um lugar de produção socioeconômica, envolvida política e culturalmente. O *Lar Santa Rita* amparava-se nesse lugar social, a comunidade se fazia presente ativamente em seu cotidiano, fornecendo subsídios para o seu funcionamento, manutenção e ampliação. Conforme as teorizações do referido autor, tratava-se de “[...] capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras, e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias” (CERTEAU, 1998, p. 99).

Inferimos que a comunidade exercia um papel ativo dentro do *Lar Santa Rita*, participando de promoções, campanhas, eventos e também do cotidiano da instituição. Monteiro (2021) expõe que tais ações, como a publicação de campanhas (natal, dia das crianças, páscoa) de cunho caritativo e filantrópico, voltadas para o atendimento à criança pobre e desvalida, passou a ser uma característica marcante dos filantropos e da imprensa na cidade de Dourados, que divulgava e exaltava os nomes dos seus benfeitores. No trecho a seguir, extraído da edição do Jornal O Progresso, do dia 21 de dezembro de 1952, com o título “Os douradenses pobres vão ter um Natal feliz”, menciona-se a doação de Antônio Morais, cujas colaborações resultaram na construção e em melhorias da estrutura física do *Lar Santa Rita*:

Felizmente no corrente ano os pobres de Dourados vão ter, como nos anos anteriores, momentos de alegria e satisfação na data em que se comemora o nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo. A nossa reportagem recolheu junto ao Sr. Antônio Morais dos

Santos a agradável notícia de que por sua iniciativa e contando com os seus próprios recursos, será feita farta distribuição de brinquedos, roupas e guloseimas a todas as crianças pobres de Dourados que assim terão, para a felicidade de todos nós, um Natal alegre e venturoso. Também a Legião Brasileira de Assistência vai atender ao Natal dos adultos pobres que, naquele dia receberão das mãos da Sra. Neuza Carvalho do Amaral, Presidente daquela entidade, roupas e calçados. É, pois, motivo de grande satisfação para todos esta grata notícia, pois, verifica-se que *o espírito de filantropia* preside os atos de nossas autoridades e daqueles que, possuindo sobejos recursos, fazem questão de proporcionar *aos desprotegidos da sorte*, um Natal feliz, um Natal prodigo, um Natal festivo. Parabéns aos pobres de Dourados e aqueles que com invejável desprendimento voltaram os seus olhares para uma ação *tão digna, tão nobre e tão louvável* (O PROGRESSO, 21/12/1952, p. 1, grifo nosso, sic).

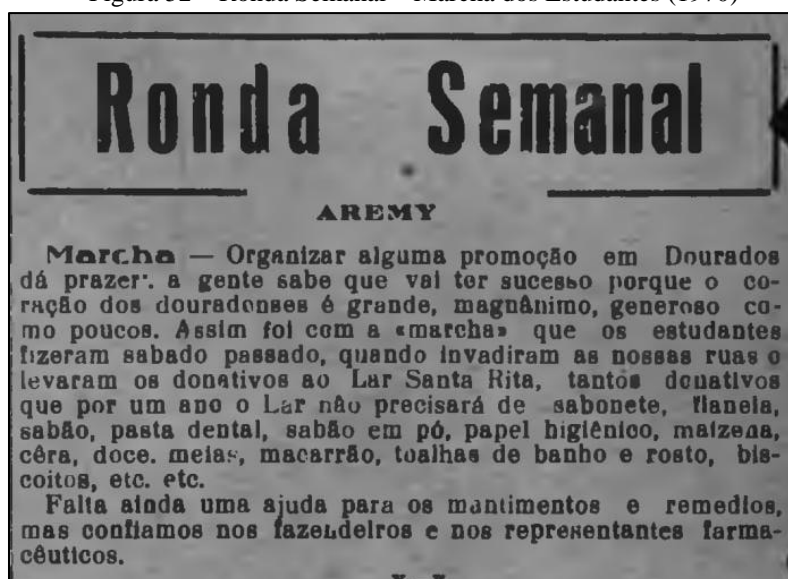
As fontes impressas nos revelam as ações realizadas pela comunidade e como efetivavam-se as práticas de caridade e filantropia em Dourados, sempre exaltando o “espírito de filantropia”, que marcou a história da assistência. Os indivíduos “caridosos” e “cidadãos de bem” eram comumente citados na imprensa local, fato que, possivelmente, fomentava as doações e visava a promoção social até mesmo de políticos. Os movimentos filantrópicos originaram o próprio *Lar Santa Rita*, como podemos contemplar no trecho abaixo, também extdo Jornal O Progresso, que exaltava o movimento da comunidade.

A construção do <Abrigo do Menor Necessitado>, é a prova mais eloquente do desejo de realização e alto espírito de colaboração, e ARRÔJO, do povo douradense. Não faz ainda 60 dias que foi iniciada a campanha para a construção do Abrigo do Menor e lá já está ele praticamente pronto, com sua inauguração programada para o próximo mês de julho (O PROGRESSO, 22/06/1966, p. 1).

Souza (2018, p. 55) trata do ideal filantrópico que impulsionou a sociedade a buscar lugares para abrigar as crianças abandonadas, porquanto, sob essa perspectiva, “[...] a exposição das crianças que até então era justificada e aceita em casos de extrema pobreza, passou a ser alvo de reprovação e censura pois, como consequência, contribuiria para aumentar a vadiagem, a mendicância, a prostituição e criminalidade”, e comprometia também o aspecto da cidade e sua “paisagem urbana”, pelo fato de as crianças vagarem pelas ruas da cidade.

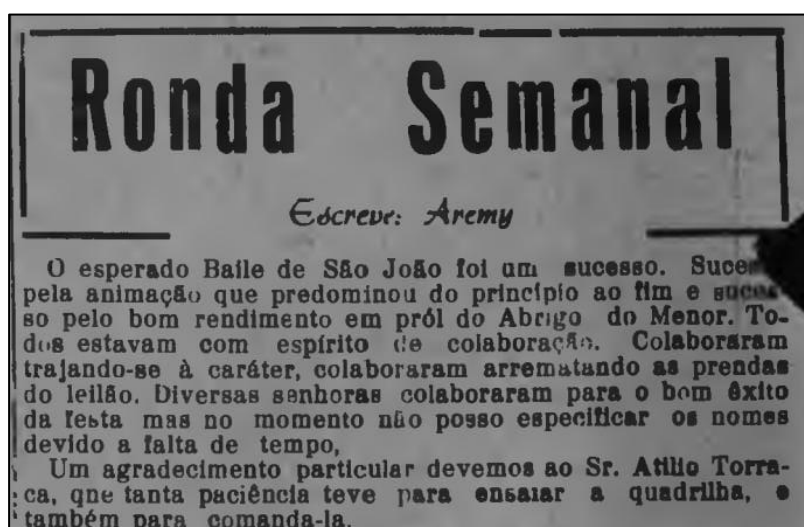
As principais notícias sobre os movimentos filantrópicos eram divulgadas especialmente na coluna intitulada “Ronda Semanal”, escrita por Ymera Fedrizzi (membro da diretoria do *Lar*), sob a rubrica de Aremy. Eram veiculados os resultados das promoções, os nomes dos benfeitores, a quantia arrecadada e até mesmo pedidos de doações dirigidas à comunidade, como observamos em duas edições do Jornal O Progresso, do dia 2 de maio de 1970 e do dia 25 de junho de 1966, dispostas na Figura 52 e Figura 53, respectivamente.

Figura 52 – Ronda Semanal – Marcha dos Estudantes (1970)



Fonte: Jornal O Progresso, 02/05/1970

Figura 53 – Ronda Semanal – Baile de São João (1966)



Fonte: Jornal O Progresso, 25/06/1966

Enfatizamos nos trechos das notícias como a comunidade percebia as ações realizadas em prol do *Lar Santa Rita* como um ato de generosidade e envolvimento em “tão nobre causa”, o verdadeiro espírito de colaboração. A entidade movimentava a comunidade douradense com seus eventos, campanhas e promoções. Estas ações tornavam-se muito visíveis na sociedade, como um exemplo a ser seguido, também buscava-se essa visibilidade por meio de seus benfeitores. Percebemos uma relação de poder e interdependência entre a entidade e a comunidade, constituída por meio dessa função que uma exerce sobre o outra (ELIAS, 2008).

Desse modo, refletimos criticamente sobre como a comunidade percebia a instituição socialmente, perspectiva que se refletia nas notícias dos impressos, como eram realizadas as

chamadas à comunidade para participar das campanhas, ressaltando que todos possuíam um “coração generoso”. Tal apelo está relacionado historicamente à Igreja, que reitera a necessidade de seus fiéis dar esmolas, fazer caridade como uma condição para a salvação (MARCÍLIO, 1998). A finalidade das publicações veiculadas era o incentivo à comunidade para a sua participação ativa no *Lar Santa Rita*, que contava com essa participação para poder manter-se, lembrar os cristãos da importância de um ato caridoso, de ajuda ao próximo.

Alguns trechos de reuniões registradas em Atas nos revelam o olhar da comunidade para a entidade, e diversas ações realizadas dentro do *Lar*, como a criação de um “Jardim de Infância” para as crianças abrigadas, ação na qual, posteriormente, “[...] elogiou-se o alto espírito filantrópico da sra. Maria Clara Simões” (ATA Nº 147, / Livro 01 do Lar de Menores – Santa Rita, 08/04/1970, p. 196). Entretanto, não localizamos demais registros sobre a existência de um Jardim de Infância dentro do *Lar*.

Enfatizamos também o trecho da documentação que relata a ação da diretoria quanto ao período de férias das crianças, onde realizou-se uma campanha para que as famílias recebessem uma criança para passar o período das férias e festas “[...] deixar as crianças passarem com pessoas de *boa vontade* que queiram oferecer estas férias à elas, claro, cada uma com uma família” (ATA Nº 208/ Livro 02 do Lar de Menores – Santa Rita, 24/11/1971, p. 41, grifo nosso). O relato de Marisa, que morou no *Lar* na década de 1970, sugere que este momento se tornou marcante em sua memória:

Eu lembro muito bem do Natal que eu passei na casa da Dona Fernanda⁵⁴, a filha dela é a Maria [...]. Quando eu passei o Natal lá, eu lembro até o vestido, um vestido amarelo, e ganhei boneca... Lembro da cor do meu vestido, era amarelinho. E eu passei lá o Natal com eles, foi muito bacana (MARISA, 2021, p. 4, informação verbal).

O envolvimento feminino era evidente no *Lar*, e ocorria por iniciativa de esposas de políticos, da elite e senhoras católicas, donas de casa, que agiam por meio de trabalhos voluntários, passavam o dia na instituição, contribuía com lanches para as crianças e organizavam as festas. Muito desse trabalho servia para a promoção política dos esposos, ações e campanhas eram divulgadas e motivadas pelos jornais locais e pelos membros da própria diretoria da instituição, que afirmavam fazer tais ações “[...] não por motivo de vaidade da Diretoria, mas sim para que servisse de exemplo a outros, para que todos os cidadãos da comunidade tivessem um autêntico espírito cristão” (ATA Nº 217/Livro 02 do Lar Santa Rita, 18/03/1972, p. 54).

⁵⁴ Foram utilizados nome fictícios.

O apoio financeiro da comunidade dirigido à entidade deu-se desde o início por meio de seus sócios, sendo uma quantia estabelecida paga mensalmente, além das muitas doações realizadas. Proprietários de lojas da cidade, comerciantes, donos de mercados e padarias contribuíam com serviços ou donativos para a manutenção do *Lar*, e os agradecimentos a eles direcionados eram devidamente registrados em Ata: “[...] agradecemos à sra. Josephine, diretora do Ginásio Estadual Presidente Vargas pela doação de sacos de arroz” (ATA Nº 208/ Livro 02 do Lar Santa Rita, 04/11/1971, p. 40). Eneida (ENEIDA, 2021, informação verbal) ressaltou a participação da comunidade nessas ações, alegando, por exemplo, que “[...] roupa nunca faltou, a comunidade levava sacos de arroz, sacos de feijão, carne, ovos, verduras”. Ainda sobre as doações, Helena (HELENA, 2021, informação verbal) também apontou:

Plantador de feijão da época [...] dava 10 sacos de feijão quando ele colhia, então para deixar os 10 sacos de feijão guardados caruncha o feijão, então a gente cedia as máquinas que vende feijão e ele dava pra nós até 10 sacos. Se a gente gastava 30 kg, a gente pegava 30 kg; outros davam arroz, 50 sacos de arroz para o Lar. (HELENA, 2021, p. 9, informação verbal).

Nessas falas e registros documentais, observamos a relação da comunidade com o *Lar Santa Rita*, presente desde a sua fundação e na construção de sua estrutura inicial. Explicitamos como esse olhar se projetava nos jornais locais e na documentação institucional e refletimos sobre tal relação, que mostrou-se permeada por boas ações, sendo divulgadas nos impressos locais e muitas vezes fotografadas. Nos questionamos, diante dessas evidências, se em alguns momentos o interesse esteve presente, tanto político quanto por visibilidade social, nos gestos considerados filantrópicos. Assim, concluímos que, principalmente desde a sua fundação e os seus primeiros anos de funcionamento (1965-1982), a sociedade douradense mostrou-se ativa dentro da entidade e desempenhou um papel essencial para a sua manutenção e existência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o intuito de narrar e analisar a história do *Lar de Crianças Santa Rita* desenvolvida entre os anos de 1965 a 1982, instituição localizada no município de Dourados, Mato Grosso do Sul. Trata-se da primeira instituição fundada para promover assistência à infância, permanecendo há mais de 50 anos em plena atividade, porquanto funciona até os dias de hoje, tendo ainda ampliado o seu atendimento como escola de Educação Infantil.

Esperamos que, ao longo dos capítulos que estruturam o trabalho, tenhamos alcançado os objetivos propostos. Em um primeiro momento, abordamos a história da assistência e o atendimento às crianças abandonadas. Posteriormente, apresentamos a história da instituição, as características de sua primeira gestão diretiva, narrando fatos e descrevendo a documentação inscrita no contexto do recorte temporal elencado (1965-1982). Por fim, tecemos uma análise da documentação do *Lar Santa Rita*, problematizando as infâncias presentes na entidade, as relações sociais entre os indivíduos, a imprensa e a comunidade douradense.

Com os dados provenientes deste estudo, constatamos que o *Lar Santa Rita* exerceu papel significativo no acolhimento à infância abandonada da cidade de Dourados e até mesmo da região, constituindo-se como o primeiro lugar fundado e destinado à assistência de crianças pequenas. A entidade, desde a sua fundação, possuía uma relação significativa com a comunidade, ligada aos gestos de caridade e às boas ações envolvendo a filantropia, entretanto, ao mesmo tempo, o sentimento de incômodo por parte da sociedade era presente e ressaltado nas notícias de impressos locais, sendo constante a busca de um lugar que retirasse as crianças do convívio social, das ruas, visando tornar o ambiente urbano mais “agradável” à sociedade.

Consideramos ser legítima a nossa investigação, pois, embora a instituição tenha sido fundada em 1965 e mantido o atendimento às crianças com histórias de abandono em regime de internato institucional até os dias de hoje, não havia, até o momento, nenhuma pesquisa sobre a sua história, que permanecia silenciada no âmbito da história da educação local. Assim, ao nos aproximarmos do *Lar Santa Rita*, de sua materialidade, de seus vestígios, localizamos uma documentação preservada, e narramos a história dessa instituição que teve uma grande parcela de contribuição para a assistência à criança pequena no município.

As análises foram tecidas a partir de documentação, de notícias do Jornal O Progresso, de fotografias tanto de acervo institucional quanto de acervos privados, de entrevistas realizadas que nos apresentaram indícios e caminhos percorridos desde a fundação da entidade. Tratamos, pois, de fazer como aponta Ginzburg (2007, p. 151): “[...] farejar, registrar e interpretar e classificar pistas infinitesimais”. Evidenciamos as diversas possibilidades existentes de

investigação sobre o *Lar Santa Rita*, e também as lacunas deixadas por esta pesquisa, pois na entidade ainda pode-se encontrar uma vasta documentação após o término da primeira gestão diretiva, e de nosso recorte temporal, ano de 1982. Portanto, as considerações aqui tecidas estão longe de ser “finais”, mas são apenas um passo nessa caminhada investigativa.

Pelos documentos analisados, identificamos que o movimento para a fundação da entidade deu-se pelo juiz de direito da época, Rafael Arcanjo Arruda, e por um grupo de senhoras pertencentes à elite douradense, tendo Geni Ferreira Milan como a primeira presidente eleita. Em seu primeiro ano de funcionamento, o *Lar* não possuía instalações próprias, seu primeiro prédio foi construído após as doações da comunidade, com diversas campanhas e promoções. Inicialmente, amparava crianças de 0 a 12 anos, período que poderia estender-se até 16 anos. Muitas das crianças eram abandonadas na porta da entidade sem a identificação de um adulto responsável, já outras, eram oriundas de famílias que procuravam o abrigo espontaneamente e por necessidade. Localizamos nos registros muitos casos em que todos os irmãos de uma determinada família eram internados.

Os pais/responsáveis, caso desejassem, poderiam visitar as crianças, porém, a maioria não o fazia, de modo que aquelas permaneciam internadas sem contato com sua família de origem. De acordo com as fontes documentais encontradas, a adoção no *Lar*, no período de 1965 a 1982, funcionava sem burocracia e procedimentos legais, sendo necessárias a realização de uma entrevista com a família e a assinatura, pelo juiz de direito, de um termo de compromisso de guarda de menor. A criança passava por um período de adaptação de 30 dias e, se desejasse, poderia voltar à entidade, aspecto constatado em alguns dos registros institucionais.

O *Lar Santa Rita* contou, em sua primeira gestão diretiva, com a participação ativa majoritariamente de mulheres. Após a morte de sua fundadora, Geni Ferreira Milan, em 1969, seguiu-se a gestão apenas por presidentas, tendo sido a entidade administrada por Afife Maksoud Bussuan de 1970 a 1982. O primeiro Estatuto institucional foi registrado em cartório no ano de 1966, documento no qual identificamos aspectos organizacionais da primeira diretoria, como o seu objetivo, sua manutenção, administração, funções de cada cargo ocupado, deveres e direitos dos sócios.

Nessa trajetória, o *Lar* manteve como uma de suas características principais de sua primeira gestão, a ampla participação da comunidade inserida em sua rotina, utilizada também como uma estratégia de funcionamento, manutenção, ampliação e organização. A comunidade poderia realizar visitas à entidade, organizar festejos em datas comemorativas, fazer festas de seus filhos dentro da instituição. Algumas crianças abrigadas passavam o período de férias escolares na casa de membros da comunidade, e também em datas como o Natal. Além dos

sócios contribuintes, a entidade recebia muitas doações da comunidade, que financiava a construção de pavilhões e melhorias estruturais. Tais doações eram amplamente divulgadas na imprensa local, o que nos faz refletir sobre a intencionalidade desses sujeitos quanto a sua promoção social e a tentativa de se construírem como “cidadãos de bem” e “caridosos”.

Outro aspecto identificado na documentação institucional refere-se ao elevado número de crianças atendidas pela entidade desde a sua fundação (1965) até o término da primeira gestão (1982), que totaliza 739 crianças. Ora, o número apresentado inscreve apenas as crianças registradas no livro institucional; possivelmente, logo nos primeiros anos de fundação, muitas delas não tinham seus nomes anotados. Esse aspecto evidencia a necessidade da comunidade douradense de buscar a assistência, assim como a ativa participação do *Lar* na sociedade. Os principais motivos identificados nos registros para o abandono eram a pobreza, a falta de condições financeiras; falecimento de um de seus genitores; situação de desemprego; motivos de saúde; necessidade de trabalho para sustentar a família e não ter com quem deixar a criança; desentendimento entre o casal (encaminhado pelo juiz de direito).

Assim, encerramos esta pesquisa não com um ponto final, mas como um início de diversas possibilidades investigativas ainda existentes sobre a história do *Lar Santa Rita*, instituição que contribuiu e ainda contribui para a história da cidade de Dourados, e, principalmente, para a assistência à infância abandonada, realizando um atendimento de amparo, fornecendo abrigo, alimentação, encaminhamento para o estudo em escolas próximas, adoção às famílias e acompanhamento da criança. Esperamos que os resultados aventados possam contribuir para a historiografia local, recuperando a história desta instituição e possibilitando a abertura para a produção de novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, Rachel Duarte. Fotografia de e na escola: práticas do olhar e representações sociais. *In*: MUNHOZ, Fabiana Garcia; MORAES, Felipe Tavares; CALDEIRA-MACHADO, Sandra; ABDALA, Rachel Duarte; ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios (org.). **De madeiras e artes de fazer flechas: apontamentos teóricos-metodológicos em História da Educação**. Taubaté: Casa Cultura, 2016. p. 257-276.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155-202.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Percursos de um Arq-Vivo: entre arquivos e experiências na pesquisa em História da Educação**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2021.
- AMARAL, Inez Maria Bitencourt do. **Entre Rupturas e Permanências: a igreja católica na região de Dourados (1943-1971)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2005.
- AMARAL, Maria Eugênia Carvalho do. **Celebrando dezembro, janeiro, fevereiro**. Campo Grande: Letra Livre, 2014.
- ARAKAKI, Suzana. Ditadura militar em Mato Grosso do Sul: história e historiografia. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2011. p. 1-11. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308167906_ARQUIVO_XXVIAnpuhSUZANAARAKAKIartigo.pdf. Acesso em: 7 maio 2022.
- ARRUDA, Arlei Guedes de Souza. **Educação Infantil: dos direitos legais à prática cotidiana em um CEI da rede pública municipal de Corumbá-MS**. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2011.
- ÁVILA, Fernando Bastos de. **Pequena enciclopédia de doutrina social da Igreja**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1993.
- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-79.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor & por força: rotinas na educação infantil**. 2000. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- BAZÍLIO, Luiz Cavaliere. **O menor e a ideologia de segurança nacional**. Belo Horizonte: Vega-Novo Espaço, 1985.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- BURKE, P. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. Editora Unesp Digital: São Paulo, 2017.

BOTO, Carlota. A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. **Revista História da Educação**, [S.l.], v. 18, n. 44, p. 99-127, set./dez. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/45765>. Acesso em: 7 maio 2022.

BRAZIL, Maria do Carmo; MANCINI, Ana Paula Mancini. História das instituições formadoras de professores na fronteira Brasil-Paraguai: o caso de Dourados, Mato Grosso (Uno) –1940-1970. **Revista Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 123-136, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/18622>. Acesso em: 7 maio 2022.

CAMARA, Sônia. As damas da assistência à infância e as ações educativas, assistenciais e filantrópicas (Rio de Janeiro/RJ, 1906-1930). **Revista História da Educação**, [S.l.], v. 21, n. 53, p. 199-218, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321652605014>. Acesso em: set. 2021.

CANABARRO, Ivo. Fotografia, história e cultura fotográfica. **Estudos Ibero Americanos**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 23-29, dez. 2005. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1336>. Acesso em: 26 set 2020.

CAPILÉ JR., João Augusto; CAPILÉ, Júlio; CRUZ E SOUZA, Maria de Lourdes da. **História fatos e coisas douradenses**. Dourados, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: Artes do Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan. /jun. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005>. Acesso em: 7 maio 2022.

DORIGON, Nelci Gonçalves. **Educação e Trabalho: a convocação das workhouses**. 2006 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006. 156 p.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente: a antiguidade**. v. 1. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos: seguido de envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Trad. Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert. **Escritos & Ensaios**: 1. Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Tradução do posfácio de Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESCOLANO, Augustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. *In*: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. p. 19-58.

FERREIRA, Eliana Maria. **Educação infantil no cotidiano: diálogos entre adultos e crianças**. 2019. 161 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

FIGUEIREDO, Cândido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1913. Disponível em: [31552-pdf.pdf](https://www.gutenberg.org/files/31552/pdf.pdf) (gutenberg.org). Acesso em: 08 de mar. 2022.

FURTADO, Alessandra. Os Arquivos Escolares e sua Documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145- 159, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42357>. Acesso em: 7 maio. 2022.

FURTADO, Alessandra; MARQUES, Inês Velter. Fontes para pesquisa e escrita da história da educação em Dourados e região (1940-1990): mapeamento e inventário. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá. **Anais [...]**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013. p. 1-12. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

GEREMEK, Bronislaw. Pobreza. **Enciclopédia Einaudi**. v. 38. Sociedade e Civilização. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1999. p. 213-244.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRAVE, João. (org.). **Lello Universal: novo dicionário encyclopédico luso-brasileiro**. Porto Lello, 1900.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao Município de Dourados**. Dourados: L.A. Gressler, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca**. 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=450359>. Acesso em: 7 maio 2022.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O livro Fontes Históricas como fonte.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-22.

JOHANSEN, Carla Cristina. **A interiorização da assistência à infância e a experiência do Asylo de Orphans Anália Franco em Ribeirão Preto (1901-1925).** 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

KOSSOY, Boris. **Os Tempos da Fotografia: O Efêmero e o Perpétuo.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

KRAMER, Sonia. **A Política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 5-18, mai-ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHVsJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Unicamp, 1990.

LIMA, Maria Bethânia. **História da formação docente no antigo sul de Mato Grosso: limites e possibilidades a respeito do caso de formação de professores das séries iniciais no município de Dourados/MS (1959-1982).** 2010. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

LUIZ, Marilda Cabreira Leão. **Retratos da escola: a organização do acervo fotográfico e a utilização de imagens como fontes em história da educação.** 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

MACHADO, Liliana Vicente. **Pobreza comum, vala partilhada: a pobreza coimbrã através dos registros de enterramento na vala geral do cemitério da Conchada (1871-1890).** 2015. 295 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 73-98, 1996. Disponível em: https://codecamp.com.br/artigos_cientificos/ATRAVESDAIMAGEMFOTOGRAFIA.pdf. Acesso em: 7 maio 2022.

MAUAD, Ana Maria. **Sob o signo da imagem:** a produção fotográfica e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. 1990. 2 vol. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1990.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XXI. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 13, n.1, p. 133-174, jan/jul. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5417>. Acesso em: 7 maio 2022.

MAGALHÃES, J. P. de. **Tecendo nexos:** história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil - 1726-1950. In: FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 51-76.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARCONI, Marina. A; LAKATOS, Eva M. **Metodologia científica:** ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista de Ciência da Educação**, Porto Alegre, n.1, p. 71-84, set./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38647>. Acesso em: 7 maio 2022.

MONTEIRO, Juliana da Silva. **O Patronato de menores de Dourados - MT/MS:** cultura escolar e estratégias da Ação Social Franciscana (1950-1983). 414 f. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

MONTIEL, Larissa Wayhs Trein. **Da assistência à Educação Infantil:** a transição do atendimento à infância no município de Naviraí-MS (1995 – 2005). 310 f. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Julia Falivene (org.) **Escolas profissionais públicas do Estado de São Paulo: uma história em imagens**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto** – os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943 – 1960). Dourados: UFGD, 2014.

NASCIMENTO, Silvana Jesus do. **Crianças indígenas kaiowá abrigadas em situação de reinserção familiar:** uma análise em torno da rede de proteção à criança e ao adolescente. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

PAVÃO, Eduardo N. A. Balanço histórico e historiográfico da assistência à infância “desvalida” no Brasil. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312775051_ARQUIVO_trabalhofinalrevisaoANPUH2011.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

PASSOS, Iara Cunha. Assistência social no Brasil durante e ditadura militar: benefícios e beneficiários. **Salão UFRGS – Conhecimento, informação, inovação**. Porto Alegre, 2015.

PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de. Apresentação. *In: PINSKY, Carla; Luca, Tania Regina de. (org.). O Historiador e suas Fontes*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 11-22

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEREIRA, Ivanete. F; CAMPOS, Míria I. Surgimento das instituições de atendimento à criança e a mulher trabalhadora: uma relação histórica. **Horizontes – Revista de Educação**, Dourados, v. 3, n. 5, p. 117-129, jan./jul. 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/4427/0>. Acesso em: 7 maio 2022.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.

REAL, Giselle Cristina Martins. **Educação infantil: políticas públicas e ação institucional**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

RIBEIRO, Betânia de O. L; SOUZA, Marilsa A. A. A. A Infância sob as lentes da história: conhecendo o orfanato Santo Eduardo em Uberaba/MG (1944 A 1964). *In: PRADO, Claudio G; SILVA, Fernanda D; SOUZA, Vilma A. (org.). Infâncias olhares que se entrecruzam*. Barlavento, 2018. p. 48-74.

RIZZINI, Irma. A assistência à infância na passagem para o século XX – da repressão à reeducação. **Revista Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 77-94, mar/maio, 1990.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil – Percorso histórico e desafios do presente**. São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene. Introdução. *In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (org.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRIGUES, Gisele. T. S. **História do Clube de Mães e as origens do Atendimento a criança pequena de Naviraí – (MS) (1974 –1990)**. 2019. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA - o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. *In: FREITAS, C. M. História social da infância no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p.137-157.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil – O caso da creche. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 51, p. 73-79, 1984. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1462>. Acesso em: 7 maio 2022.

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da educação infantil e processo de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p. 7-40, jul. 1999. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1462>. Acesso em: 7 maio 2022.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)**. São Paulo: USP, 2006.

SABINO, Elianne Barreto. **Infância pobre e educação no juízo de órfão do Pará (1870-1910): acolher, proteger, cuidar e educar “os filhos do estado”**. 2019. 236 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2019.

SANGLARD, Gisele; LOPES, Maria Antônia. Pobreza e Assistência: debates historiográficos. **Revista Tempo**, Niterói, v. 24, n. 2, p.281-284, maio/ago. 2018.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 71-91, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/pGxhfrq8GCrNr4GFrnNKXKt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2022.

SANTOS, Ronise Nunes. **A história da “Casa escola O Infantil do Bom-senso” em Dourados (1973-1986)**. 2015. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

SANTOS, Elton C. R. dos; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. Educação infantil em Mato Grosso (1920 -1945). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2011.

SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. Mulheres de olhos grandes: subjetividade feminina e autonomia. In: ZINANI, Cecil Jeanine Albert. **Mulher e literatura: história, gênero e sexualidade**. Caxias do Sul: Educus, 2010, p. 115-126.

SANTOS, Eleni Carvalho dos. **Política de atendimento às crianças órfãs: um estudo do Lar Santa Catarina de Sena em Vitória da Conquista-BA (1962-2002)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.

SANTANA JÚNIOR, Jaime Ribeiro. Formação territorial da região da grande Dourados: colonização e dinâmica produtiva. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 89-107, jan/jun. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2367>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SANTINI, Poliana Gianello. **A Presença da Igreja Católica na educação em Dourados/MS: o caso do Patronato de Menores (1943 – 1983)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2011. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300911244_ARQUIVO_Textoversaoanpuh.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.

SARAT, M. Contribuições de Norbert Elias aos estudos da infância e processo civilizador. *In*: GEBARA, A.; COSTA, C. J.; SARAT, M. (org.). **Leituras de Norbert Elias: Processo civilizador, educação e fronteiras**. Maringá: Eduem, 2014. p. 157-174.

SARAT, Magda. Morte, vida e mistério: uma história contada nas lembranças de infância. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 71-88, 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645572>. Acesso em: 7 maio 2022.

SARAT, Magda. Infância e educação infantil: do renascimento à modernidade. *In*: SARAT, Magda. **Fundamentos Filosóficos da Educação Infantil**. Maringá: EDUEM, 2009, p. 13-24.

SARAT, Magda. As origens da história da educação infantil em Mato Grosso do Sul-Brasil: formas de atendimento e presença das práticas pedagógicas montessorianas. *In*: CONGRESO IBEROAMERICANO DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN LATINOAMERICANA, 7., 2016, Medellín. **Anais [...]**. Medellín, 2016.

SARAT, Magda; SANTOS, Reinaldo dos. História oral como fonte: Apontamentos metodológicos e técnicos da pesquisa. *In*: COSTA, C. J.; MELO, J. J. P.; FABIANO, L. H. (Org.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 49-78

SARAT, Magda; SILVA Anamaria Santana. A educação infantil em Mato Grosso do Sul: histórias das práticas montessorianas. *In*: FURTADO, A. C; SÁ, E. F. de. (org.). **História da Educação do Centro-Oeste: instituições educativas e fronteiras**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2015.

SAVIANI, Demerval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 4, 2005, p. 27-33. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382>. Acesso em: 7 maio 2022.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. História da Educação do tempo presente: bases teórico-metodológicas. **Revista Filosofia e Educação**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 295-312, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635481>. Acesso em: 7 maio 2022.

SILVA, Anamaria Santana. **Política de atendimento à criança pequena em Mato Grosso do Sul (1983/1990)**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SILVA, Anamaria Santana da; ROSA, Mariete Félix. Recordando e Colando: as origens da educação infantil em MS. *In*: MONARCHA, Carlos (org.). **Educação da infância brasileira: 1875 -1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 233-270.

SILVA, Anamaria S.; SOUZA, B.D; HOLANDA, R. S. As origens do atendimento à infância no estado de Mato Grosso: a Creche e lar Sta Rosa. **Educação & Fronteiras**, Dourados, v. 2, n. 2, p. 1-15, 2009.

SOUZA, Marilsa Aparecida Alberto Assis. **O Orfanato Santo Eduardo e a assistência às crianças pobres em Uberaba - MG (1920-1964)**. 2018. 396 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2018.

TOMAZZETTI, Cleonice Maria; PALAURO, Marisa de Mattos. Datas comemorativas na educação infantil: quais sentidos na prática educativa? **Crítica Educativa**. Sorocaba, v. 2, n. 2, p. 150-164, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/87>. Acesso em: 1 mar. 2022.

VIDAL, Diana Gonçalves. Fontes visuais na História: significar uma peça. **Varia História**, Belo Horizonte, n.13, p. 128-131, jun. 1994.

VIDAL, Diana Gonçalves. A fotografia como fonte para a historiografia educacional sobre o século XIX: uma primeira aproximação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org). **Educação, Modernidade e Civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. Apresentação. Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. **Revista Brasileira da História da Educação**, Maringá, v 5, n. 2, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5761/576161079004.pdf>. Acesso em: 7 maio 2022.

VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Rachel Duarte. A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 177-194, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3745>. Acesso em: 7 maio 2022.

YAMIN, Giana A. **A evolução do atendimento pré-escolar do Estado de Mato Grosso do Sul a partir de uma análise do histórico das propostas governamentais**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.

FONTES DOCUMENTAIS

ABRIGO DOS MENORES NECESSITADOS DE DOURADOS. **Certidão Registrada em Cartório**. Dourados-Mato Grosso, 11 de maio de 1966.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 19 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.941 de 28 de outubro de 1943**. Cria a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-5941-28-outubro-1943-416007-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF:

Presidência da República, 1990. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm/. Acesso em: 29 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1961. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23/08/2021.

COMISSÃO DE REVISÃO HISTÓRICA DE DOURADOS (Facebook). Fotografias. Disponível em: <https://www.facebook.com/comissaaoderevisao>. Acesso em: 7 jun. 2021.

DOURADOS. **Lei nº 2.816, de 06 de novembro de 1967**. Declara de utilidade pública o Abrigo dos Menores Necessitados de Dourados.

DOURADOS, RECANTOS E HISTÓRIAS (Facebook). Fotografias. Disponível em:
<https://www.facebook.com/groups/douradosrecantoshistorias>. Acesso em: 09/03/2021 e 11/03/2021.

HISTÓRICO do Lar de Crianças Santa Rita, 2005, Dourados/MS.

LAR DE MENORES SANTA RITA. LIVRO ATA Nº 01, Registro de Atas do nº 01 a 149. Ata de Fundação. Arquivo institucional do Lar de Crianças Santa Rita. Mato Grosso, 12 de novembro de 1965.

LAR DE MENORES SANTA RITA. LIVRO ATA Nº 02, Registro de Atas do nº 150 a 292. Arquivo institucional do Lar de Crianças Santa Rita. Mato Grosso, 30 de abril de 1971.

LAR DE MENORES SANTA RITA. LIVRO ATA Nº 03. UNIÃO ESPÍRITA DE DOURADOS – U.E.S.D. DOURADOS – MS. Registro de Atas do nº 293 a 357.

LAR DE MENORES SANTA RITA. LIVRO ATA Nº 04, Registro de Atas do nº 01 a 106. Arquivo institucional do Lar de Crianças Santa Rita. Mato Grosso do Sul, 05 de abril de 1984.

MATO GROSSO. **Decreto nº 2328, de novembro de 1974**. Marcou a criação das Casas Escola “O Infantil do Bom Senso”, nas cidades sede de Cuiabá, Campo Grande, Três Lagoas, Corumbá, Aquidauana e Dourados. Arquivo passivo da Escola Estadual Castro Alves (EECA).

BRASIL. **Lei Complementar nº 31 de outubro de 1977**. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp31.htm. Acesso em: 03 abr. 2021.

O PROGRESSO. 21/12/1952. Dourados, MT.

O PROGRESSO. Associação protegerá menores desamparados. 24/11/1965. Dourados, MT.

O PROGRESSO. Ronda Semanal. 27/11/1965. Dourados, MT.

O PROGRESSO. Abrigo do menor: uma obra meritória. 22/06/1966. Dourados, MT.

O PROGRESSO. Ronda Semanal. 25/06/1966. Dourados, MT.

O PROGRESSO. Ronda Semanal. 13/08/1966. Dourados, MT.

O PROGRESSO. Será inaugurado hoje o Lar Sta. Rita de Cássia. 27/08/1966. Dourados, MT.

O PROGRESSO. Sucesso absoluto o Baile das Debutantes. 31/08/1966. Dourados, MT.

O PROGRESSO. Ronda Semanal. 03/09/1966. Dourados, MT.

O PROGRESSO. Prestação de contas do Baile de Debutantes. 07/09/1966. Dourados, MT.

O PROGRESSO. Causas Filantrópicas. 11/10/1969. Dourados, MT.

O PROGRESSO. Ronda Semanal. 25/04/1970. Dourados, MT.

O PROGRESSO. Agradecimento. 09/05/1970. Dourados, MT.

O PROGRESSO. Eleição de uma nova diretoria. 11/03/1972. Dourados, MT.

Documentos Fotográficos:

Disponibilizados do arquivo pessoal de Marisa Pereira dos Santos, arquivo institucional e fotografias retiradas dos grupos da internet “Memórias Douradenses” e “Dourados, recantos e histórias”.

Entrevistas:

ENEIDA Maria Gebaile Oliveira Martins. Entrevista com Eneida Maria Gebaile Martins. [29 abr 2021]. Entrevistadora: Priscila Demeneghi da Silva Vargas. Dourados-MS, 2021. 1 arquivo.mp3. (34min26s). p. 1-7.

HELENA Tsumori Uemura. Entrevista com Helena Tsumori Uemura. [01 set. 2021]. Entrevistadora: Priscila Demeneghi da Silva Vargas. Dourados-MS, 2021. 1 arquivo.mp3. (42min2s). p. 1-12.

MARISA Pereira dos Santos. Entrevista com Marisa Pereira dos Santos. [04 jun. 2022]. Entrevistadora: Priscila Demeneghi da Silva Vargas. Dourados-MS, 2021. 1 arquivo.mp3. (38min). p. 1-9.

ROGER Alexandre Milan Brochado. Entrevista com Roger Alexandre Milan Brochado. [6 fev. 2022]. Entrevistadora: Priscila Demeneghi da Silva Vargas. Campo Grande-MS, 2022. 1 arquivo.mp3. (58min53s). p. 1-14.

APÊNDICE A – DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÃO

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS</p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO</p>	<p>PPGEdu Programa de Pós-Graduação em Educação UFGD</p>
--	--	--

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FAED/UFGD

Dourados, outubro de 2020.

Dra. Magda C Sarat Oliveira
Profa. PPGEdu/FAED/UFGD

DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÃO

Eu, Professora Associada da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação Doutora MAGDA C. SARAT OLIVEIRA, SIAPE 1509353, residente e domiciliada à Rua José Domingos Baldasso, 514. Declaro para devidos fins que SOU ORIENTADORA da acadêmica Priscila Demeneghi da Silva Vargas, aluna regular no Programa de Pós-Graduação em Educação, no curso de Mestrado em Educação, ingressante da turma de 2020 na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sob o RGA nº 2020MTD013011, a qual desenvolve o Projeto de pesquisa intitulado: A História do “Lar Santa Rita” em Dourados (1965-1982).



Considerando que seu objeto de investigação é a história e a memória do “Lar Santa Rita”, instituição que há mais de 50 anos tem contribuído com o município de Dourados em várias ações e atendimento à infância douradense, informamos que todos os dados e levantamentos a serem feitos só serão utilizados para fins pedagógicos e acadêmicos, e com estrita autorização. Bem como, qualquer divulgação de resultados da pesquisa só deverá ocorrer com documentação devidamente autorizada.

Certa de contar com vossa colaboração e compressão na construção de mais um capítulo da História da educação de nosso município, desde já agradecemos e estou à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Prof. Dra. Magda C. Sarat Oliveira
PPGEDu/GPEPC/FAED/UFGD
(Professora Orientadora)

APÊNCIDE B – TERMO DE CONSENTIMENTO

 <p style="font-size: small;">UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS</p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO</p>	 <p style="font-size: x-small;">Programa de Pós-Graduação em Educação UFGD</p>
--	--	---

Pesquisa: O LAR SANTA RITA (1965-1982): ORIGENS DAS INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS EM DOURADOS – MT/MS

Pesquisadora Orientadora: Dra. Magda Sarat

Contatos: E-mail: magdasarat@ufgd.edu.br

Pesquisa Orientanda: Priscila Demeneghi da Silva Vargas

Contatos: E-mail: pri_dsv@hotmail.com Telefones: (67) 98116-6246 / (67) 3426-2958

Prezado/a, você está sendo convidado/a participar da pesquisa intitulada: “O Lar Santa Rita (1965-1982): origens das instituições assistenciais em Dourados – MT/MS”, desenvolvida no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados na linha de pesquisa História, Memória e Sociedade. Desse modo, nosso objetivo é investigar por meio de relatos orais e arquivos pessoais, a história de fundação e primeiros anos de funcionamento da instituição Lar Santa Rita (1965-1982), buscando conhecer as vivências e experiências dos sujeitos que fizeram/fazem parte dessa história. Sua participação na pesquisa consistirá em participar de entrevistas. Após será realizada a transcrição da mesma e você receberá uma cópia para averiguar a sua autenticidade. Destacamos que você poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem penalidades, entretanto gostaríamos de contar com a sua participação. A entrevista e as informações serão utilizadas estritamente para o uso e escrita desta dissertação, sua identificação ocorrerá somente se concordar com a autorização do uso de seu nome. Caso não concorde, essas informações se manterão confidenciais e em nenhum momento da pesquisa, você será identificado/a.

Assim, declaro que li as informações contidas neste documento antes de assinar este termo. Confirmando que recebi uma cópia deste. Forneço meu consentimento livre e espontâneo para participar como voluntário, deste estudo. Declaro que concordo em colaborar com a pesquisa.

Assinatura: _____

Nome: _____

Documento de identificação: _____

Dourados - MS, _____ de _____ de 2021.

APÊNDICE C – CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO PESSOAL

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS</p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO</p>	<p>PPGEdu Programa de Pós-Graduação em Educação UFGD</p>
--	--	--

CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE ARQUIVO PESSOAL

Pesquisa: O LAR SANTA RITA (1965 - 1982): ORIGENS DAS INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS EM DOURADOS – MT/MS.

Pesquisador Orientador: Dra. Magda Sarat.

Contatos: E-mail: magdasart@ufgd.edu.br

Pesquisadora Orientanda: Priscila Demeneghi da Silva Vargas

Contatos: E-mail: pri_dsv@hotmail.com Telefone: (67) 98116-6246



Pelo presente documento, eu _____
CPF _____ residente na cidade de _____
Estado _____, autorizo sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do relato oral de caráter histórico e documental, que prestei a pesquisa O LAR SANTA RITA (1965 - 1982): ORIGENS DAS INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS EM DOURADOS – MT/MS.

A pesquisadora fica, conseqüentemente, autorizada a utilizar, publicar e disponibilizar para fins acadêmicos, as mencionadas fontes no todo ou em parte.

Assinatura: _____

Dourados - MS, _____ de _____ de 2021.

**APÊNDICE D – CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE RELATO
ORAL**

 <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS</p>	<p align="center">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO</p>	 <p>Programa de Pós-Graduação em Educação UFGD</p>
--	--	---

CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE RELATO ORAL

Pesquisa: O LAR SANTA RITA (1965 - 1982): ORIGENS DAS INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS EM DOURADOS – MT/MS.

Pesquisador Orientador: Dra. Magda Sarat.

Contatos: E-mail: magdasart@ufgd.edu.br

Pesquisadora Orientanda: Priscila Demeneghi da Silva Vargas

Contatos: E-mail: pri_dsv@hotmail.com Telefone: (67) 98116-6246

Pelo presente documento, eu _____,
CPF _____ residente na cidade de _____
_____ estado _____, autorizo sem



quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do relato oral de caráter histórico e documental, que prestei a pesquisa O LAR SANTA RITA (1965 - 1982): ORIGENS DAS INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS EM DOURADOS – MT/MS.

A pesquisadora fica, conseqüentemente, autorizada a utilizar, publicar e disponibilizar para fins acadêmicos, o mencionado relato no todo ou em parte.

Assinatura: _____

Dourados - MS, _____ de _____ de 2021.

APÊNDICE E – CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO

 <p style="font-size: small;">UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS</p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO</p>	 <p style="font-size: small;">Programa de Pós-Graduação em Educação UFGD</p>
--	---	---

CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO

Pesquisa: O LAR SANTA RITA (1965 - 1982): ORIGENS DAS INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS EM DOURADOS – MT/MS.

Pesquisador Orientador: Dra. Magda Sarat.

Contatos: E-mail: magdasart@ufgd.edu.br



Pesquisadora Orientanda: Priscila Demeneghi da Silva Vargas

Contatos: E-mail: pri_dsv@hotmail.com Telefone: (67) 98116-6246

Pelo presente documento, eu _____, professora, CPF _____ residente na cidade de _____ estado _____, declaro permitir à Pesquisa, O LAR SANTA RITA (1965 - 1982): ORIGENS DAS INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS EM DOURADOS – MT/MS, sob a responsabilidade da pesquisadora: Priscila Demeneghi da Silva Vargas, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do relato de caráter histórico e documental do material de arquivo privado de meu acervo pessoal/institucional disponibilizado para o acesso de (fotografias, Relatório de resumo de Atas, Estatuto e outros) que prestei a referida pesquisa na cidade de _____, em ____/____/____. A pesquisadora fica, conseqüentemente, autorizada a utilizar, publicar e disponibilizar para fins acadêmicos, a minha identificação, na referida pesquisa.

Assinatura: _____

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA: MARISA PEREIRA DOS SANTOS

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO</p>	
---	--	---

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Marisa Pereira dos Santos

- Nome/Idade.
- Qual a sua formação profissional atual?
- Naturalidade?
- Conte nos sobre sua relação com o Lar Santa Rita?
- Quais são suas memórias mais marcantes do Lar Santa Rita?
- Como era o Lar Santa Rita na época? Do que você se lembra (a organização, o funcionamento, as pessoas, os funcionários, o mobiliário, a disposição dos espaços, as festas e celebrações, etc.)
- Quantas crianças moravam na instituição?
- Quais as atividades realizadas com as crianças das quais você se recorda?
- Na sua opinião como a instituição contribuiu para o acolhimento à infância douradense na época?
- A senhora se envolver em algum projeto de assistência como o do Lar Santa Rita ou outros em ações desta natureza?
- Qual a sua opinião sobre este trabalho de assistência que a senhora Afife fez e fazia na época que atendia tantas pessoas? E como a senhora percebe tais ações na atualidade?

**APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA: ENEIDA MARIA GEBAILÉ
OLIVEIRA MARTINS**

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS</p>	<p align="center">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO</p>	<p>Programa de Pós-Graduação em Educação UFGD</p>
--	--	---

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Eneida Maria Gebaile Oliveira Martins

- Nome/Idade.
- Qual a sua formação profissional atual?
- Naturalidade?
- Conte-nos um pouco sobre como começou a sua relação com o Lar Santa Rita.
- Como era o seu trabalho na instituição?
- Como se constituía o Lar Santa Rita na época? Do que você se lembra? (a organização, o funcionamento, as pessoas, os funcionários, o mobiliário, a disposição dos espaços, as festas e celebrações, etc.)
- Quantas crianças aproximadamente moravam na instituição?
- Quais as atividades realizadas com as crianças das quais a senhora se recorda?
- Por quanto tempo a senhora permaneceu com o trabalho na entidade?
- Na sua opinião, como a instituição contribuiu para o acolhimento à infância douradense na época?
- Quais são as suas memórias mais marcantes no Lar Santa Rita?
- Qual a sua opinião sobre este trabalho de assistência que a Sra. Afife fez e fazia na época, que atendia tantas pessoas? E como a senhora percebe tais ações na atualidade?

APÊNDICE H – ROTEIRO DE ENTREVISTA: HELENA TSUMORI UEMURA



<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS</p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO</p>	<p>PPGEdu Programa de Pós-Graduação em Educação UFGD</p>
--	--	--

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Helena Tsumori Uemura

- Nome/Idade.
- Naturalidade?
- Como começou a relação da senhora com o Lar?
- Como era na época de sua fundação? Conte nos um pouco do que a senhora se lembra sobre o seu funcionamento (a organização, as pessoas, os funcionários, o mobiliário, a disposição dos espaços, as festas e celebrações, etc).
- Como eram as festas e comemorações no Lar?
- Quantas crianças moravam na instituição?
- Quanto as reuniões da diretoria, como ocorriam? Eram realizadas sempre no Lar?
- Como funcionava a organização dentro da diretoria da entidade? Eram estabelecidas funções?
- Quais são as suas memórias mais marcantes no Lar Santa Rita?
- Qual a sua opinião sobre este trabalho de assistência que a Sra. Afife fez e fazia na época, que atendia tantas pessoas? E como a senhora percebe tais ações na atualidade?

APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA: ROGER ALEXANDRE MILAN BROCHADO

 <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS</p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO</p>	 <p>PPGEdu Programa de Pós-Graduação em Educação UFGD</p>
--	--	--

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roger Alexandre Milan Brochado

- Nome/ Idade.
- Formação profissional atual?
- Naturalidade?
- Quem era Geni Ferreira Milan?
- Qual a sua relação com a Geni Ferreira Milan?
- Como era a relação dela com o Lar?
- Em nossas pesquisas localizamos que Geni morreu muito jovem. Como ocorreu a sua morte?
- Qual foi o impacto dessa notícia para a cidade? E para as crianças moradoras no Lar?
- Qual o legado que ela deixou, em sua opinião?